



# OS CUIDADOS NO BRASIL:

MERCADO DE TRABALHO E PERCEPÇÕES

HILDETE PEREIRA DE MELO  
LUCILENE MORANDI  
LORENA LIMA DE MORAES

# Os Cuidados no Brasil: Mercado de Trabalho e Percepções

*Hildete Pereira de Melo*

*Lucilene Morandi*

*Lorena Lima de Moraes*



**Hildete Pereira  
de Melo<sup>1</sup>**

1 Professora associada, Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense UFF, coordenadora adjunta do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE).

Contato:  
**[hildete43@gmail.com](mailto:hildete43@gmail.com)**



**Lucilene  
Morandi<sup>2</sup>**

2 Professora associada, Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense UFF, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE).

Contato:  
**[lmorandi@id.uff.br](mailto:lmorandi@id.uff.br)**



**Lorena Lima  
de Moraes<sup>3</sup>**

3 Professora adjunta, Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, coordenadora do DADÁ: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde.

Contato:  
**[lorena.moraes@ufrpe.br](mailto:lorena.moraes@ufrpe.br)**

**Título da Publicação:**

Os Cuidados no Brasil: Mercado de Trabalho e Percepções

**Autoras:**

Hildete Pereira de Melo

Professora associada, Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense UFF, coordenadora adjunta do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE). Contato: hildete43@gmail.com

Lucilene Morandi

Professora associada, Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense UFF, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE). Contato: lmorandi@id.uff.br

Lorena Lima de Moraes

Professora adjunta, Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, coordenadora do DADÁ: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde. Contato: lorena.moraes@ufrpe.br

**Assistentes de Pesquisa:** Bárbara Cristina Vieira da Silva; Camila Pereira Brígido Rodrigues (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF); Deborah Cristina Rodrigues Victor (Graduanda de Economia - UFF);

**Projeto e Diagramação:** Estúdio Coisafina

Contato: camiconti@gmail.com

**Foto de Capa:** Barbara Verge | unsplash

**Copyright**© Hildete Pereira de Melo, 2022

**Copyright**© Lucilene Morandi, 2022

**Copyright**© Lorena Moraes, 2022

**Copyright**© Fundação Friedrich Ebert, 2022

Todos os direitos reservados.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Melo, Hildete Pereira de  
Os cuidados no Brasil [livro eletrônico] :  
mercado de trabalho e percepções / Hildete Pereira  
de Melo, Lucilene Morandi, Lorena Moraes. --  
1. ed. -- São Paulo : Fundação Friedrich Ebert,  
2022.  
PDF.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-87504-56-8

1. COVID-19 - Pandemia 2. Ciências sociais  
3. Mercado de trabalho 4. Mercado de trabalho -  
Brasil I. Morandi, Lucilene. II. Moraes, Lorena.  
III. Título.

22-129360

CDD-306.360981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Mercado de trabalho : Aspectos sociais :  
Sociologia 306.360981



# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>7</b>
<b>1. Trabalho e cuidados: contextualizando os tempos atuais</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Indicadores socioeconômicos da economia brasileira em tempos de Covid-19</b>	<b>22</b>
1.1.1 Demografia e territorialidade	22
1.1.2 Mudanças nos arranjos familiares	24
1.1.3 Educação e gênero	26
1.1.4 O mundo do trabalho no feminino e a crise sanitária	30
<b>1.2 Reflexões inconclusas</b>	<b>43</b>
<b>2. Cuidados no Brasil e os impactos da pandemia de Covid-19: resultados da pesquisa on-line</b>	<b>46</b>
<b>2.1 A percepção dos cuidados: perfil das/os respondentes</b>	<b>54</b>
2.1.1 Sexo e gênero	54
2.1.2 Faixa Etária	56
2.1.3 Raça ou cor	57
2.1.4 Participação em grupo tradicional	58
2.1.5 Arranjos Familiares	59
2.1.6 Pessoas com filhas e/ou filhos	61
2.1.7 Faixa etária das/os filhas/os	63
2.1.8 Região e estado de residência	65
2.1.9 Trabalho e situação ocupacional	66
2.1.10 Rendimentos e situação de moradia	71
2.1.11 Escolaridade	76
<b>2.1.12 Pessoas com algum tipo de deficiência</b>	<b>79</b>
2.1.13 Moradia e arranjos familiares	80
<b>2.2 A percepção dos cuidados: custos financeiros e sociais</b>	<b>81</b>

<b>3. As consequências da pandemia de Covid-19, o fechamento da economia e o isolamento social sobre os rendimentos dos/as respondentes</b>	<b>99</b>
3.1 Dificuldades para realização dos trabalhos remotos	101
3.2 Dificuldades financeiras durante o período de pandemia de Covid-19 relatadas pelos/as respondentes	106
3.3 O viver na pandemia: afazeres domésticos e cuidados	109
3.4 Tempo dispensado aos cuidados de crianças na pandemia	113
3.5 Dificuldade no ensino remoto	114
3.6 Dificuldade relatadas pelos/as respondentes para conciliar emprego e família durante a pandemia	117
3.7 Problemas emocionais enfrentados durante a pandemia	124
3.8 O que dizem as entrevistas?	127
3.9 Como a pandemia foi vivida?	130
3.10 Reflexões Finais	131
<b>4. Considerações finais e recomendações</b>	<b>139</b>
4.1 Principais resultados da pesquisa	141
4.2 Novos olhares sobre política econômica e social	145
4.3 Cuidados: atores e debates	147
4.3.1 Políticas públicas	149
4.3.2 Pesquisas e informações estatísticas	150
4.3.3 Uma melhor distribuição do trabalho dos cuidados	151
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>152</b>

# Introdução

A pandemia de Covid-19 começou como uma crise sanitária, e se tornou uma crise econômica e social, com efeitos severos sobre a economia e o mercado de trabalho, contribuindo para a amplificação das desigualdades e da pobreza em todo o mundo. A necessidade de isolamento social desnudou a pauperização da população mundial, fruto sobretudo de políticas de austeridade neoliberais, adotadas na maioria das economias desde meados dos anos 1980, cujo objetivo primeiro é o controle da inflação e o equilíbrio fiscal, deixando aos mercados os ajustes necessários para o crescimento econômico, a geração de emprego e de bem-estar. Mas a pandemia e seus reflexos dramáticos sobre a pobreza e a desigualdade social impôs a necessidade de atuação direta dos governos, através de aumento dos gastos fiscais, seja para evitar maior número de falências, principalmente das pequenas e médias empresas, e conter o desemprego, seja através de repasses diretos de renda para as pessoas que perderam seus rendimentos, principalmente trabalhadores/as informais e por conta-própria. Foi possível compreender que o aumento dos gastos fiscais impactava diretamente na resiliência econômica e na capacidade de sobrevivência da economia e de sua recuperação mais rápida.

As características especiais da crise da pandemia de Covid-19, decorrentes da necessidade de isolamento social para o controle do contágio e a redução de mortes, enquanto não se dispunha de remédios apropriados nem de cobertura vacinal significativa, impôs o

fechamento de escolas e creches<sup>4</sup>, centros de atendimento sociais a pessoas idosas e com deficiências, além das empresas cujo produto ou serviço fosse considerado não essencial. O afastamento das pessoas de seus postos de trabalho foi, em grande medida, substituído pelo trabalho remoto, nos setores e empresas em que isto era possível. Inicialmente esperava-se que em alguns poucos meses o fechamento de empresas e escolas e a necessidade de isolamento social fossem revertidos.

O alargamento do prazo de isolamento e a clara percepção que seria necessário o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos (novas vacinas e medicamentos apropriados) para o efetivo controle da doença, impôs a necessidade da intervenção de políticas públicas para sustentar a economia, a fim de garantir a sobrevivência do máximo de pessoas, empresas e postos de trabalho, visando a possibilidade de uma retomada mais rápida da economia.

Empresas e pessoas têm diferentes níveis de resiliência financeira que estão relacionados, quanto às empresas, ao seu tamanho e capacidade de gerar renda, e quanto às pessoas, basicamente à sua fonte de rendimento. As pessoas com menor resiliência são as que trabalham na informalidade (sem contrato formal) e por conta-própria<sup>5</sup>, pois quando enfrentam interrupção de renda não têm acesso a direitos como o seguro-desemprego. Dado que, no geral, estas também são as pessoas com menores rendimentos, os impactos econômicos da pandemia e as necessárias medidas sanitárias tiveram impacto mais

---

4 Esta foi a maior interrupção do ensino na história, tendo-se chegado a 1,6 bilhão de estudantes fora da sala de aula (PNUD / UNICEF / UNESCO / OPAS, 2021).

5 Trabalhadores/as informais são aqueles/as que trabalham no setor privado ou doméstico sem carteira assinada ou contrato formal de trabalho. Trabalhadores/as por conta-própria são os empregadores/as ou empregados/as sem CNPJ e os/as trabalhadores/as sem remuneração (PNAD Contínua, IBGE).

significativo sobre as famílias mais pobres, evidenciando a importância da disponibilidade do acesso a recursos e serviços públicos suficientes e de qualidade, como redes de proteção social, serviços de saúde, auxílio à renda e moradia, para a sobrevivência e garantia de bem-estar das famílias de faixas de renda mais baixas (TORRES SANTANA, 2021).

Desde o início da pandemia, o Brasil acumulou, até novembro de 2021, mais de 600 mil mortes por Covid-19, sendo o segundo país com maior número de mortes, atrás apenas dos EUA, e o sétimo país em mortes por milhão de habitantes, depois da redução do ritmo de contaminação e mortes em consequência do avanço da vacinação. O país teve muita dificuldade para controlar e combater a pandemia, basicamente porque o presidente assumiu uma postura negacionista e impediu que houvesse uma coordenação centralizada, sabotando a atuação do Ministério da Saúde através das trocas sem critérios de ministros. Além disso, a atuação do governo federal dificultou o uso adequado do Sistema Único de Saúde (SUS) e do conhecimento científico brasileiro acumulado ao longo dos anos de experiência em produção e aplicação eficiente de vacinas. A tragédia não foi maior devido à reação da maioria dos/as governadores/as e prefeitos/as que, diante da calamidade, assumiram a responsabilidade em definir regras para o isolamento social, disponibilizar espaço para atendimento das pessoas infectadas, repasse de ajuda financeira a pessoas e empresas, além de coordenarem a vacinação em seus estados e municípios. O quadro mais dramático da crise sanitária da pandemia no Brasil foi registrado em janeiro de 2021 na cidade de Manaus/AM, quando faltou, além de leitos e vagas hospitalares, oxigênio para o atendimento às vítimas do Covid-19. A falta de organização centralizada das fontes de oxigênio para a capital do Amazonas, pelo Ministério da Saúde, apesar dos apelos das autoridades locais, elevou enormemente o número de

mortes evitáveis nessa tragédia brasileira.

Vivendo num cenário econômico deteriorado por políticas econômicas restritivas, decorrentes das limitações orçamentárias bastante rígidas, definidas desde a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 (a PEC do Teto dos Gastos) de novembro de 2016, a economia nacional tem sofrido, nos últimos anos, com as piores taxas de crescimento desde o início do século XX.<sup>6</sup> As baixas taxas de crescimento, somadas à intensificação das políticas de austeridade e às reformas liberalizantes (como as reformas trabalhista e da previdência), contribuíram para o aumento da desigualdade social. No Brasil, soma-se à contribuição das políticas liberalizantes e de austeridade para o aumento da desigualdade observada em todo o mundo capitalista nas últimas décadas, uma crescente indiferença e normalização da desigualdade e pobreza, exacerbadas pela redução ou eliminação da maioria das políticas de proteção social, maior facilidade de apropriação dos ganhos de produtividade pelo lucro em detrimento dos salários, contribuindo para aumentar a concentração de renda e a desigualdade.

E este quadro de crescimento da desigualdade foi agravado com a entrada em cena da pandemia no país. A desigualdade crescente nos últimos anos contribuiu para aumentar o número de pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade, em habitações e ambientes precários, e que têm maior dificuldade em manter um mínimo de bem-estar. Estas pessoas são menos resilientes às crises provocadas por flutuações econômicas, ficando também mais vulneráveis às doenças endêmicas, que têm crescido com a expansão do comércio e do fluxo internacional de pessoas (STORM, 2021; MORANDI, 2021; MELO; MORANDI, 2020).

---

6 Os anos com as menores taxas de crescimento do PIB brasileiro foram 1908 (-3,2%), 1931 (-3,3%), 1981 (-4,25%), 1990 (-4,35%), 2015 (-3,55%), 2016 (-3,28) e 2020 (-4,06) (IBGE, Sistema de Contas Nacionais / IPEADATA).



Em relação ao enfrentamento da crise da pandemia de Covid-19 no Brasil, a principal atuação do governo federal, em 2020, foi a adoção das medidas de Auxílio Emergencial (AE), uma iniciativa do Congresso Nacional que o Palácio do Planalto assumiu com o intuito de ganhar popularidade. Esta política, que mostrou ser um elemento decisivo para sustentar uma menor queda do PIB e do emprego em 2020, foi interrompida entre janeiro e abril de 2021, sendo retomada em maio de 2021, porém com os repasses de renda em valores bem menores. Com a economia em marcha lenta e a população sem emprego, tem crescido o número de famílias que enfrentam algum nível de insegurança alimentar, quadro que só não é mais grave por causa do esforço contínuo de mobilização por parte de movimentos sociais e grupos de pessoas da sociedade civil.

A decisão de não continuar com o AE no início de 2021 deu a impressão que o governo não acreditava que a pandemia ultrapassasse a virada para o novo ano. Reflexo disso foi o Ministério da Fazenda ter retomado normalmente sua agenda de austeridade fiscal. Mas a verdade é que as projeções de crescimento têm sido corrigidas para números cada vez mais pessimistas, e a taxa de desemprego tem mantido recordes, permanecendo acima dos 13,0%. Por causa do impulso econômico positivo, propiciado pelas medidas de AE adotadas no ano passado, espera-se um crescimento do PIB em torno de 4,7% para 2021.<sup>7</sup> Por outro lado, o retorno às políticas que priorizam o controle dos gastos públicos e o déficit fiscal têm levado a projeções cada vez mais pessimistas para a economia brasileira, com taxa prevista de crescimento de 1,5% em 2022, uma das mais baixas dentre as projetadas pelo FMI para os países da América Latina e Caribe, abaixo inclusive da taxa média

---

7 Dados do Relatório de Inflação, Banco Central, setembro de 2021. Ainda segundo este relatório, a projeção do crescimento do PIB para 2022 é de 2,1% (<https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202109/ri202109b3p.pdf>)

projetada para a região, de 3,0%.<sup>8</sup>

Foi neste cenário que esta pesquisa se desenvolveu, ao longo dos meses de junho a dezembro de 2021, tendo como objetivos, primeiro, fazer uma análise da participação das mulheres no mundo do trabalho, tanto em relação ao trabalho remunerado quanto ao não remunerado, executado sobretudo pelas mulheres em prol das pessoas da família, e que é essencial para a preservação e reprodução da vida. E segundo, entender com mais profundidade como as pessoas no Brasil compreendem os cuidados, sua importância e centralidade na vida humana. Estas impressões foram coletadas através de um formulário disponibilizado on-line, além da realização de algumas entrevistas semiestruturadas por telefone, que incluíam perguntas relativas à compreensão do que são os cuidados, bem como sobre os impactos na vida dessas pessoas no redemoinho provocado pela pandemia de Covid-19.

Desta forma, este trabalho analisa a participação das mulheres no mundo do trabalho, explicitando que as diferenças existentes, entre homens e mulheres, não derivam estritamente da racionalidade econômica, mas procedem da construção social e cultural das relações de gênero. A economia feminista parte de um olhar que tem como objetivo denunciar e transformar as situações de desigualdade de gênero. Assim, parte das tarefas relativas ao trabalho não remunerado, incluindo afazeres domésticos e atividades de cuidados, são analisadas no âmbito do conceito da divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2019; HIRATA; GUIMARÃES, 2020), entendendo-se que estes trabalhos têm um papel chave na própria definição do que seja trabalho e suas relações salariais (VANDELAC; BÉLISLE; GAUTHIER; PINARD, 1988).

---

8 Segundo o FMI, a taxa média de crescimento do PIB, para 2022, para América Latina e Caribe deve ser de 3,0%, enquanto que a média mundial deve chegar a 4,9% (IMF, 2021).

A ideia é contribuir para o avanço da compreensão dos cuidados, sua importância e centralidade na vida humana, visibilizar sua importância social e discutir por que, social e culturalmente, cabe especificamente às mulheres a responsabilidade por estas tarefas. Pretende-se destacar que, como todas as pessoas necessitam e são receptoras de cuidados em algum momento da vida, a tarefa de cuidar deveria ser mais igualmente distribuída. Além disso, as políticas públicas deveriam priorizar a oferta de serviços que auxiliem as famílias nessas tarefas, essenciais ao bem-estar de toda a sociedade.

A análise socioeconômica da economia brasileira, abrangendo os anos de 2019, 2020 e o primeiro semestre de 2021, utilizou como principal fonte de informações a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).<sup>9</sup> Esta análise será complementada com os dados extraídos da pesquisa relativa à compreensão das pessoas sobre os trabalhos de cuidados, tanto remunerados quanto não remunerados, que ficou disponível em ambiente virtual de 15 de agosto a 21 de setembro de 2021. Uma questão importante é se os cuidados - palavra de significado bastante amplo - são entendidos e percebidos como essenciais da mesma forma, por mulheres e homens, sejam estas pessoas jovens, adultas ou idosas, vivendo em áreas urbanas ou rurais. Assim, a partir dos diversos entendimentos da sociedade brasileira sobre o que são os cuidados, o intuito é que estes resultados sirvam para fomentar um debate mais consistente, com o objetivo de se formular as linhas gerais de um “Plano Nacional de Cuidados para o Brasil”. Os resultados também servirão de base para a estruturação de uma campanha político-educativa que promova maior visibilidade à questão

---

9 Para realizar a PNAD durante o período de isolamento social, o IBGE adaptou a PNAD Contínua e criou a PNAD Covid-19, realizada no período de maio a novembro de 2020, através de consulta telefônica.

dos cuidados, buscando-se ampliar a conscientização da sociedade sobre sua importância para o bem-estar e a vida das pessoas. Essas ações educativas visam promover mudanças de comportamento para a redução das desigualdades de gênero no Brasil.

# 1. Trabalho e cuidados: contextualizando os tempos atuais

# 1. Trabalho e cuidados: contextualizando os tempos atuais

O tema dos cuidados tem mostrado grande vitalidade no movimento feminista, que nestas primeiras décadas do século XXI pregoa uma mudança estrutural para que o trabalho de cuidados seja distribuído de forma mais equitativa entre todas as pessoas. Neste sentido, é necessária maior intervenção do Estado, como agente promotor do bem-estar social e da redução da desigualdade, através da disponibilização de serviços públicos suficientes e de qualidade (serviços de saúde; de atenção a pessoas necessitadas, como idosas, enfermas ou que necessitam de cuidados de forma temporária ou permanente; creches e escolas de tempo integral), principalmente para a população que não dispõe de renda para pagar privadamente por estes serviços. Além disso, o Estado tem o papel importante de atualizar a legislação e promover mudanças, principalmente na educação, adotando matérias nos currículos escolares que advogam igualdade de gênero, através da conscientização sobre a importância dos cuidados e de sua melhor distribuição entre as pessoas, seja dentro da família, ou entre a família, a sociedade, o Estado e as empresas. Para isto é necessária a definição de diretrizes, através de uma Política Nacional de Cuidados, ampla e universal.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Sobre a crise e políticas sobre os cuidados, ver Torres Santana (2021, Tomo I, pp.44-58).



As discussões sobre a retomada econômica após a ruptura, causada pela crise da pandemia de Covid-19, têm destacado que este momento representa uma grande oportunidade para se eliminar vícios anteriores, relativos às diretrizes de política econômica e às desigualdades nos seus diversos aspectos e níveis. Esta é uma oportunidade para que o Estado, através das medidas de políticas públicas que se fazem necessárias nesta etapa, priorize diretrizes que promovam a redução da desigualdade social, especialmente a desigualdade de gênero e racial, bem como a redução da pobreza, além de criar mecanismos que garantam a democratização destas decisões. Para tanto é vital que representantes das diversas categorias sociais participem de forma efetiva nas discussões e desenho destas políticas.

A questão dos cuidados passou a ter maior destaque no século XXI, apesar de ser analisada com profundidade pela economia feminista a muito mais tempo. São exemplos disso o trabalho pioneiro de Reid (1934)<sup>11</sup>; trabalhos que mostraram a importância dos afazeres domésticos para o bem-estar social e para a produção mercantil, como Vandelac, Bélisle, Gauthier e Pinard (1988), Hirata (2016 e 2020), Federici (2021); e as várias propostas de quantificar o real valor destas atividades e incorporá-las às estatísticas do PIB, como Waring (1988), Melo, Considera e Sabbato (2007 e 2016), Maruani e Meron (2016), Jesus (2018) e Vieceli (2020).

Danièle Kergoat (2016) adota a definição de cuidados proposta no Colóquio Internacional Teorias e Práticas do Cuidado, realizado em 2013, que caracteriza cuidados como uma “relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem” (p. 17).

---

11 Margaret Gilpin Reid publicou, em 1934, um texto pioneiro sobre o assunto intitulado *The economics of household production*.

Complementando esta visão, a teoria econômica feminista defende a noção de cuidados como trabalho, justificando que estas tarefas geram bens e serviços que frequentemente não são comercializados, e por isso não têm um valor mercantil. Esta é uma das principais razões para a invisibilização de produção tão relevante. E é exatamente pelo fato de os cuidados terem sempre estado lá, disponíveis para quem precisa, ofertados gratuitamente pelas mulheres aos demais membros da família, que eles se tornaram economicamente invisíveis. Apesar de invisíveis são essenciais, como ficou evidente durante o período de fechamento da economia e de isolamento social. As tarefas domésticas e de cuidados de pessoas, por serem essenciais à sobrevivência e ao bem-estar de todas as pessoas, tiveram que continuar a ser realizadas cotidianamente durante toda a pandemia e nos períodos de isolamento social. E isto ocorreu mesmo quando as famílias não puderam contar com as pessoas e instituições (trabalhadoras domésticas, babás, creches, escolas) que lhes prestavam estes serviços. Pelo fato de estas tarefas demandarem tempo, ficou evidente que elas são um custo para as pessoas que comumente as realizam, que são normalmente mulheres. Também ficou evidente que a designação desta responsabilidade às mulheres é uma questão social e culturalmente muito consolidada.

A pandemia trouxe a questão relativa aos cuidados das pessoas para o centro da política. Primeiro, porque as famílias se viram assoberbadas com o acúmulo do trabalho remunerado (remoto ou presencial, dependendo do setor de atividade) e o trabalho não remunerado (afazeres domésticos e cuidados). Foi possível perceber que as tarefas dos cuidados são cotidianas e não podem ser postergadas ou ignoradas (trocar a fralda do bebê, alimentá-lo; aplicar o remédio à pessoa necessitada; fazer o almoço; lavar a roupa; limpar o banheiro). Algumas destas atividades são mais urgentes que outras, mas todas devem ser realizadas a contento. Segundo, tornou-se mais explícito,

para quem não as executava, que estas tarefas domésticas e de cuidados são rotineiras, devem ser feitas hoje, amanhã e depois, e demandam tempo e esforço físico. Mesmo quando se dispõe da ajuda de eletrodomésticos para facilitá-las, alguém precisa colocar e retirar a roupa da máquina de lavar, acionar o aspirador de pó, lavar pratos, guardá-los para liberar espaço na pia, e muitas outras. Terceiro, a permanência em casa mostrou que o tempo gasto nestas tarefas diminui o tempo disponível ao trabalho remunerado, além de poder também prejudicá-lo, por gerar cansaço e estresse. Ou seja, quem realiza estas tarefas fica com escassez de tempo para o trabalho remunerado e para si mesma, como tempo para descanso, lazer e aprendizado. É o que Vickery (1977) denomina pobreza de tempo. Quarto, também ficou evidente que são as mulheres as principais realizadoras das tarefas de cuidados, tanto não remuneradas quanto remuneradas, e que no geral os homens acham normal que as mulheres façam estas tarefas (porque sabem fazer, porque fazem melhor, porque são talhadas para isto) e eles não (porque são os responsáveis pela chefia da casa, são os que estão disponíveis ao mercado de trabalho para ganhar dinheiro, ou porque lavar e passar não é coisa de macho). E quinto, foram as mulheres, em sua maioria, que assumiram os novos encargos e, como consequência, muitas deixaram o emprego para dar conta dessa maior carga de trabalho de cuidados dentro de casa. Como inicialmente pensava-se que a pandemia se resolveria em poucos meses, o retorno ao trabalho seria mais ou menos rápido. Mas como a pandemia durou bem mais que o esperado inicialmente, a persistência da necessidade de trabalho remoto levou a reformulações, não apenas nas empresas, mas também no interior das famílias, aumentando a probabilidade de que o afastamento temporário do mercado de trabalho de muitas mulheres se tornasse permanente ou pelo menos bem mais longo. E uma coisa que se sabe sobre o mercado de trabalho é que quanto mais tempo a pessoa está afastada dele, maior sua dificuldade para

participar ou se reinserir. A saída de mais mulheres que homens do mercado de trabalho durante a pandemia é preocupante porque durante crises econômicas as mulheres são mais vulneráveis e perdem mais emprego que os homens. Se a retomada da economia for lenta ou pouco expressiva, é mais provável que as mulheres sigam com taxas de desemprego maiores e taxas de participação menores que as dos homens.

Ou seja, para que o retorno da economia não mantenha as desigualdades pré-existentes, e mesmo para não as ampliar, será necessário o aumento da oferta pública de serviços de cuidados de qualidade, como creches e escolas de tempo integral, além de oferta de serviços para pessoas dependentes dos cuidados de terceiros. Os cuidados devem estar no centro das propostas de políticas públicas, caso contrário haverá expansão das desigualdades sociais de gênero e raça.

**A pandemia trouxe a questão relativa aos cuidados das pessoas para o centro da política. Primeiro, porque as famílias se viram assoberbadas com o acúmulo do trabalho remunerado (remoto ou presencial, dependendo do setor de atividade) e o trabalho não remunerado (afazeres domésticos e cuidados).**

**Tabela 1: Participação do AE na renda domiciliar per capita, 2020 (valores em R\$)**

<b>Decil de Renda</b>	<b>Renda domiciliar per capita</b>	<b>Renda domiciliar per capita com AE</b>	<b>Participação do AE na renda domiciliar per capita (%)</b>
1	10,64	238,03	95,50
2	146,08	352,85	58,60
3	295,77	453,69	34,80
4	414,47	554,72	25,30
5	553,40	672,64	17,70
6	729,71	826,83	11,80
7	938,08	1.014,27	7,50
8	1.184,99	1.231,05	3,70
9	1.785,40	1.823,75	2,10
10	4.646,14	4.661,66	0,30
Total	1.078,31	1.189,79	9,40

Fonte: PNAD Covid-19 (IBGE, 2020); Lopez *et al* (2020).

O AE foi fundamental para que a crise em 2020 fosse menos profunda do que o esperado e é um exemplo de políticas públicas necessárias para uma recuperação econômica com menor desigualdade. Reflexo positivo do uso do AE como medida de emergência foi uma menor queda do PIB. Em 2020 o PIB brasileiro teve variação negativa de 4,9%, menor que a inicialmente projetada, de -8,2%. A menor queda do produto agregado contribuiu para a melhoria da relação dívida/PIB, que ficou menor que a inicialmente projetada, e contribuiu também para manter a arrecadação de tributos em patamares maiores que os esperados no início do fechamento da economia. Esses resultados foram possíveis graças à possibilidade que as famílias, principalmente as de menor renda, tiveram de manter minimamente seu nível de consumo e de bem-estar (tabela 1) (FARES; OLIVEIRA; CARDOSO; NASSIF-PIRES, 2021).

## 1.1 Indicadores socioeconômicos da economia brasileira em tempos de Covid-19

Para melhor acompanhar os impactos da crise sanitária e tentar destrinchar como a economia e a saúde se entrelaçaram durante a pandemia, a seguir é apresentada uma síntese dos indicadores socioeconômicos para a economia brasileira. Os dados apresentados analisam como a crise sanitária e econômica atingiu diferentemente mulheres e homens, incluindo as especificidades quando se inclui recortes de raça ou cor; os diferentes setores produtivos; as diferentes faixas de renda. A partir dos resultados podemos inferir em que medida o fechamento da economia provocou mudanças mais ou menos permanentes, principalmente relacionadas ao mercado de trabalho. As fontes principais dos dados apresentados são PNAD-C (IBGE) e censos demográficos, sendo que as análises utilizam a ótica do pensamento feminista.

### *1.1.1 Demografia e territorialidade*

Em 2020 o Brasil apresentava uma estrutura majoritariamente urbana, em que 86,3% da população estava vivendo em áreas urbanas. Esta urbanização é decorrente das características do processo de industrialização brasileiro, que, a partir dos anos 1940, ajudou a consolidar um processo de modernização da economia bastante desigual, tanto em relação ao território como à distribuição de renda. Ao longo do processo de industrialização, as grandes cidades - mais frequentemente as capitais dos Estados, as capitais litorâneas e dos Estados do sudeste e sul - e seu entorno concentraram a maioria das atividades industriais e, com isto, também os empregos mais bem pagos e as maiores rendas. Foram também as regiões e cidades mais desenvolvidas que receberam maior atenção do poder público,



sendo estas as áreas que mais receberam investimentos em serviços públicos e serviços de melhor qualidade, como forma de incentivar a continuidade e atrair novos investimentos privados<sup>12</sup>. Ao longo das décadas de industrialização observou-se também uma tendência à queda nas taxas de fecundidade e mortalidade, levando a um lento, mas constante processo de envelhecimento populacional.

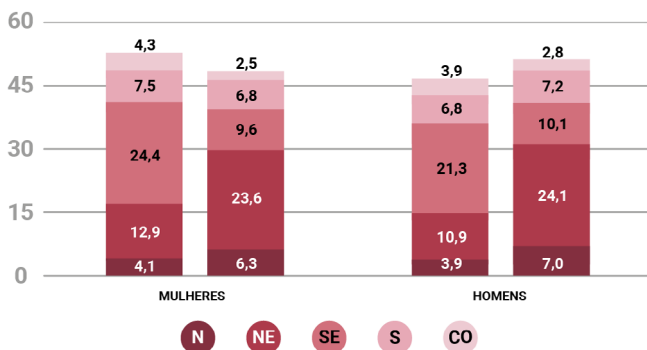
Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C, IBGE, 2020) mostram que o Brasil possui a sexta maior população mundial, com aproximadamente 211,7 milhões de pessoas, das quais 52,5% são mulheres, sendo que 53,6% delas se declaram pretas ou pardas e 45,2% brancas; e 47,5% são homens, dos quais 55,6% se declaram pretos ou pardos e 43,3% brancos. E as pessoas indígenas e amarelas somam 1,1% da população brasileira. Da população total, 86,3% vivem em áreas urbanas e 13,7% em áreas rurais, e destas a maioria é de homens (51,2%). E a região Nordeste se destaca por concentrar quase 47,7% da população rural brasileira. Nas áreas urbanas, as mulheres são maioria (53,1% da população), sendo que a região Sudeste concentra quase 46,0% da população que vive em área urbana, como mostra o gráfico 1.<sup>13</sup>

---

12 Mais da metade da população brasileira (57,7% ou 123 milhões de habitantes) está concentrada em apenas 5,8% dos municípios do país. Os 326 municípios com mais de 100 mil habitantes e os 49 com mais de 500 mil habitantes concentram 1/3 da população brasileira (<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31461-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2021>).

13 As estimativas populacionais publicadas pelo IBGE ainda não incorporaram os efeitos da pandemia. Segundo o IBGE, os “dados preliminares do Registro Civil e do Ministério da Saúde apontam para um excesso de mortes, principalmente entre idosos, e uma diminuição dos nascimentos. É possível que também tenham ocorrido alterações nos fluxos migratórios. As implicações disso no tamanho da população, contudo, serão verificadas a partir do próximo Censo Demográfico”. (<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31458-populacao-estimada-do-pais-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-em-2021>).

**GRÁFICO 1: POPULAÇÃO (%) SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, POR REGIÃO E SEXO, 2020**



Fonte: IBGE / PNAD-C (2020), microdados, elaboração própria.

Nota: Nesta análise utiliza-se a variável sexo como adota o IBGE.

### 1.1.2 Mudanças nos arranjos familiares

A ideia de família foi, até bem recentemente, associada ao modelo de um casal heterossexual, cabendo ao homem o lugar de chefe e provedor da família e à mulher os cuidados com os/as filhos/as e a família. Todavia, nas últimas décadas este padrão foi questionado e novos arranjos familiares emergiram na sociedade. Seja pela separação entre sexualidade e reprodução, possibilitada pelo uso da pílula contraceptiva e de novas práticas sexuais, seja porque novas convenções sociais de gênero abalaram a separação homem provedor versus mulher cuidadora. Mais escolarizadas, principalmente a partir dos anos 1970, as mulheres foram em grande número ao mercado de trabalho e penetraram em outras esferas de participação social (BANDEIRA; MELO; PINHEIRO, 2010, p. 110). Emergiram novas formas de família, que mesmo sem a união conjugal estável, mantém os/as filhos/as como uma real referência afetiva (ARAÚJO; PICANÇO; CANO, 2019, p. 14). Novos padrões de nupcialidade têm surgido, também no Brasil. Os

dados mostram que a tendência de ampliação da representação das mulheres como a pessoa responsável pelo domicílio tem se mantido. Em 1995, 22,9% dos lares eram chefiados por mulheres, sendo que em 2020 este percentual chegou a quase à metade, 48,3%, das quais 27,1% eram pretas e pardas e 20,6% brancas (gráfico 2).<sup>14</sup>

A visão social e culturalmente aceita de que são as mulheres as principais responsáveis pelo cuidado das crianças, resulta em que, no geral, estas permanecem com as mães quando o casal se separa. Neste caso, também é das mulheres o custo da distribuição do tempo entre o cuidado das crianças e o trabalho remunerado. Além disso, ainda é caso comum mulheres que não conseguem regularidade no recebimento da pensão e que buscam a justiça para conseguir uma distribuição mais igualitária dos custos monetários e do tempo de atenção necessário dispensado para a criação e educação dos/as filhos/as.<sup>15</sup>

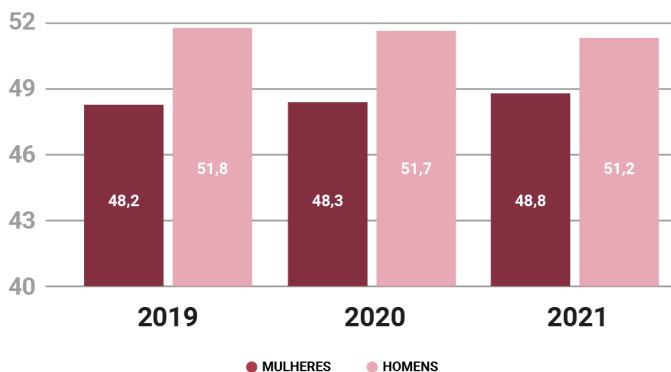
**A visão social e culturalmente aceita de que são as mulheres as principais responsáveis pelo cuidado das crianças, resulta em que, no geral, estas permanecem com as mães quando o casal se separa.**

---

14 Em 2020, cerca de 43% das mulheres chefes de domicílio viviam em casal - 30% com filhos e 13% sem -, 32% eram solteiras com filhos, 18% viviam sozinhas e 7% dividiam a casa com amigos ou parentes. ([https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas\\_economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml)).

15 Segundo pesquisa da Associação de Pais e Mães Separados (APASE), em 2020, cerca de 80% dos/as filhos/as de pais separados sofriam com o problema de alienação parental em algum grau (<http://www.anabrocanelo.com.br/publicacoes/80-dos-filhos-de-pais-separados-sofrem-com-alienacao-parental>).

**GRÁFICO 2: PESSOA RESPONSÁVEL (%) PELO DOMICÍLIO  
SEGUNDO O SEXO, 2019-2021**



Fonte: IBGE / PNAD-C (2020). Elaboração própria.

Nota: Os dados de 2021 incluem apenas os dois primeiros semestres.

### 1.1.3 Educação e gênero

Uma das dimensões mais significativas para avaliar a desigualdade existente na sociedade, seja de gênero, racial, econômica ou regional, é dada pela educação. O Brasil, nas três últimas décadas, vive um processo de universalização da educação básica, como a adoção das diretrizes de políticas públicas definidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/1996), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, de 1997/99) e no Plano Nacional da Educação (PNE de 2001). Segundo Rosemberg e Madsen (2011), apesar de estas mudanças terem sido impulsionadas na tentativa de cumprir compromissos e metas definidas internacionalmente, elas não foram suficientes para eliminar as iniquidades históricas de acesso e permanência na escola (pp. 392-3). Em relação à reversão do hiato de gênero em todos os

níveis educacionais, Morandi e Melo (2019) defendem que este é um resultado direto das lutas das mulheres por maior acesso e educação igualitária, uma luta que se tornou mais intensa nos últimos 30 anos no Brasil (p. 739).

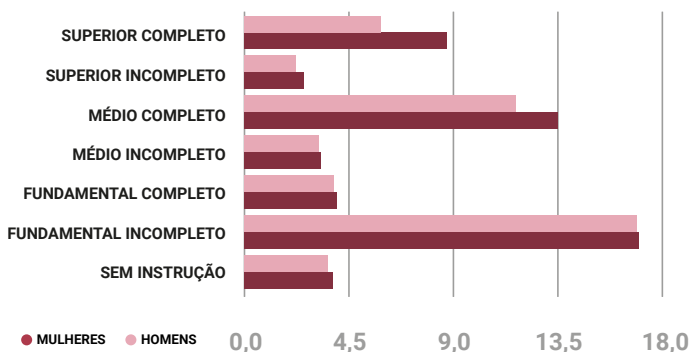
Os dados da PNAD-C (IBGE, 2020) sobre a distribuição da população por sexo e nível de instrução (gráfico 3), mostra que um percentual ainda significativo da população brasileira tem apenas o ensino fundamental incompleto (33,7%), um percentual distribuído bastante igualmente entre mulheres e homens. Somado com o percentual de pessoas sem instrução, tem-se que 41,2% da população brasileira tem baixo nível de escolaridade, com reflexo direto sobre o mercado de trabalho e o rendimento correspondente, como mostra a realidade nacional em que grande parte da população está nos patamares mais baixos dos níveis de renda, e a baixa escolarização é reflexo também da baixa qualidade do ensino público, que pode servir como um desincentivo à continuidade dos estudos, contribuindo para a evasão escolar. Um problema que é grave, principalmente quando se discute, no resto do mundo, os avanços da indústria de tecnologia e informação no âmbito da quarta onda tecnológica. Este quadro de baixa escolarização pode explicar os baixos níveis de produtividade da economia, principalmente no setor de serviços (NASSIF; MORANDI; ARAÚJO; FEIJÓ, 2020).

O restante 58,8% da população está distribuído entre o fundamental completo, representado por apenas 8,0% da população, e o superior completo, 14,6%, com destaque para o nível de escolaridade médio completo, representado por 25,1% da população. Estas taxas ensejam a reflexão de que as pessoas que não desistem durante o ensino fundamental tendem a finalizar mais frequentemente o ensino médio, sendo que um percentual significativo daquelas que o terminam também completa o ensino superior. Com isto pode-se concluir que

com incentivo certo, e sobretudo com boas escolas, teríamos uma população com um nível de escolaridade média bem superior ao atual.

Em relação às diferenças de gênero, os dados mostram que as mulheres se destacam por completarem mais frequentemente o ensino médio (13,5% das mulheres e 11,6% dos homens) ou o superior (8,7% das mulheres e 5,9% dos homens) (gráfico 3). Apesar de a educação ser uma dimensão essencial para uma melhor inserção no mercado de trabalho, a maior escolarização das mulheres ainda não logrou eliminar as brechas de gênero em termos de rendimento do trabalho. As mulheres têm, em geral, maior nível educacional que os homens, uma diferença que se acentua entre as pessoas com nível superior completo, mas permanecem as desigualdades associadas ao sexo, ao pertencimento racial e à origem econômica (MELO; THOME, 2018, cap. 5).

**GRÁFICO 3: GRÁFICO 3: POPULAÇÃO (%) POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO, SEGUNDO SEXO, 2020**



Fonte: IBGE / PNAD-C (2020). Elaboração própria.

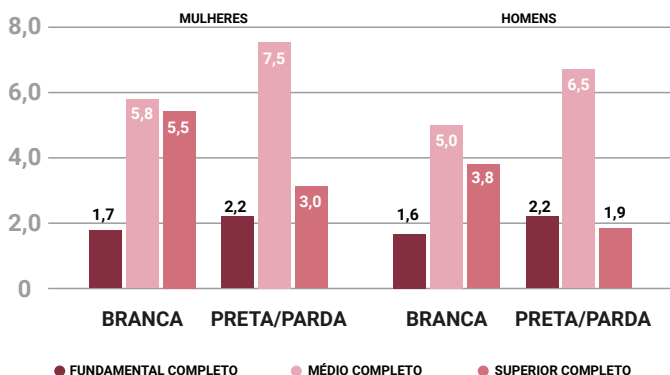
Nota: Os dados de 2021 incluem apenas os dois primeiros semestres.



Analisando-se os dados sobre escolaridade, segundo sexo e raça/cor, uma coisa que se destaca é que as pessoas pretas/pardas, tanto mulheres quanto homens, estão sobrerrepresentadas entre as que têm o fundamental completo e sub-representadas entre as pessoas com ensino superior completo (gráfico 4). Novamente, pode-se assumir que isto tem impacto direto sobre o mercado de trabalho e rendimento correspondente das pessoas pretas e pardas de ambos os sexos. Como proporcionalmente mais pessoas pretas/pardas, relativamente às brancas, são pobres no Brasil, seu acesso ao ensino restringe-se mais frequentemente ao ensino público. E, infelizmente, a diferença de qualidade dos ensinos fundamental e médio entre os sistemas privado e o público, em detrimento deste, pode estar contribuindo para manter pessoas na pobreza, dificultando o acesso a um mercado de trabalho mais competitivo, que exige maior e melhor qualificação. Mas, mesmo neste cenário menos favorável, um percentual maior das mulheres pretas e pardas têm ensino fundamental ou superior completo relativamente aos homens pretos e pardos. Mas, novamente, a vantagem delas não é capaz de reverter o hiato de gênero, quando se comparam os rendimentos do trabalho, segundo o sexo e a raça ou cor.

**Como proporcionalmente mais pessoas pretas/pardas, relativamente às brancas, são pobres no Brasil, seu acesso ao ensino restringe-se mais frequentemente ao ensino público.**

**GRÁFICO 4: POPULAÇÃO (%) POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO, SEGUNDO SEXO E RAÇA/COR, 2020**



Fonte: IBGE / PNAD-C (2020). Elaboração própria.

Nota: Os dados de 2021 incluem apenas os dois primeiros semestres.

#### *1.1.4 O mundo do trabalho no feminino e a crise sanitária*

A irrupção da pandemia de Covid-19 explicitou a importância dos cuidados e a carga de trabalho implicada. No Brasil, como no resto do mundo, as pessoas mais afetadas pela pandemia foram as mulheres, especialmente as mulheres das famílias mais pobres. E, de forma geral, as sociedades mais desiguais foram as que mais sofreram com a pandemia, expondo suas fragilidades sociais e as dificuldades para alcançar as metas da Agenda 2030 da ONU (PNUD/ UNICEF/ UNESCO/ OPAS, 2021).

A crise colocou as mulheres no centro das respostas ao enfrentamento da pandemia. As mulheres são cultural e socialmente vistas como as responsáveis pelos cuidados, um grande fardo nas suas vidas e uma das razões da desigualdade no mercado de trabalho, adicionalmente ao preconceito e ao sexismo. Por causa dessas responsabilidades as mulheres têm menos tempo e condições para participarem do

mercado de trabalho em igualdade com os homens. As mulheres são prejudicadas pelo fato de a sociedade (família, comunidade, Estado e empresas) não reconhecer o trabalho reprodutivo e de cuidado como tarefa de toda a sociedade, e não apenas das mulheres, como se elas fossem, por natureza, as únicas talhadas para estas tarefas. O trabalho de cuidar é desvalorizado porque é visto como um trabalho que não exige qualificação, ou seja, qualquer pessoa pode fazer. (ILO, 2021; UN WOMEN, 2020; MELO; MORANDI, 2020; UNFPA, 2020; SAYEH *et al*, 2021).

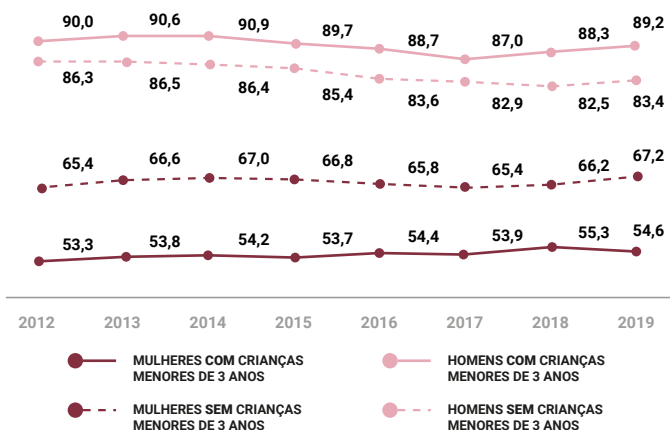
No Brasil, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem crescido desde a segunda metade do século XX. Em 1970, as mulheres eram 18,5% da População Econômica Ativa (PEA), passaram para 32,9% em 1991 e para 44,1% em 2000 (Censos Demográficos, IBGE, vários anos). Apesar de o aumento da participação feminina na PEA não ter implicado na igualdade de rendimentos entre homens e mulheres no mercado de trabalho, contribuiu positivamente para aumentar sua autonomia e independência econômica<sup>16</sup>.

Para analisar as diferenças em relação à inserção das mulheres e homens no mundo do trabalho, o pensamento feminista construiu o conceito de divisão sexual do trabalho. Este conceito serve para explicitar e analisar as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho remunerado, como as diferenças de rendimentos; o maior ou menor acesso aos direitos e coberturas sociais, definidos pelos diferentes tipos de contrato de trabalho (formal ou informal); a maior ou menor possibilidade ou oportunidade de assumir cargos de direção e em posições de decisão e comando; além da necessidade ou não de cumprir dupla jornada de trabalho (trabalho remunerado mais trabalho não remunerado) (KERGOAT, 2009, 2016 e 2019).

---

16 Para uma discussão mais aprofundada ver também Saffioti (1976); Pena (1981); Bruschini *et al.* (2001); Souza-Lobo (2011); Hirata; Segnini (2007); Abreu; Hirata; Lombardi (2016); Itaborá; Ricoldi (2016); Melo; Thomé (2018).

**GRÁFICO 5: TAXA DE OCUPAÇÃO (%) DA FORÇA DE TRABALHO, POR SEXO, 2012-2019**



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2019.

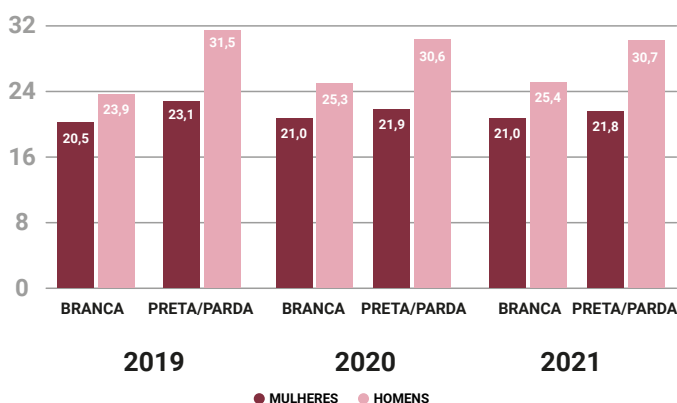
Segundo relatório da OXFAM (2020), 42,0% das mulheres em todo o mundo não têm emprego remunerado porque são responsáveis pelo trabalho de cuidado em casa, enquanto apenas 8,0% dos homens estão em situação semelhante. Dentre as 67 milhões de pessoas que fazem trabalho doméstico, 80,0% são mulheres, sendo que 90,0% delas não têm acesso à seguridade social e mais da metade não tem limite de horas de jornada de trabalho definida. No Brasil, a maternidade é um ônus pesado nos ombros femininos. Segundo dados do IBGE (2021), apenas 35,6% das crianças de 0-3 anos estavam matriculadas em creches em 2019,<sup>17</sup> com o correspondente impacto sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho (gráfico 5).

Na crise sanitária da Covid-19, as mulheres estão na linha de frente

<sup>17</sup> As diferenças regionais são bem marcadas: em 2019, apenas 17,6% das crianças de 0-3 anos na região Norte estavam matriculadas em creches, 31,3% no Nordeste, 42,4% no Sudeste, 43,3% no Sul e 28,2% no Centro Oeste.

de combate, como trabalhadoras da saúde (em unidades de saúde ou nas casas de famílias), trabalhadoras domésticas e cuidadoras (em unidades de saúde ou nas casas de famílias), trabalhadoras do setor de serviços (especialmente caixas de supermercados, serviços de limpeza, tratamentos de beleza em geral) e como professoras, principalmente nas séries do ensino fundamental. Além disso, também no interior das famílias elas estavam na linha de frente. Foram elas que assumiram as novas tarefas de cuidados (tanto de afazeres domésticos quanto de cuidados) necessários à manutenção do bem-estar dos membros da família nos períodos de fechamento da economia e de isolamento social, bem como as tarefas adicionais de higienização de todos os itens que entravam em casa, um aumento de trabalho que potencializou a probabilidade de problemas de saúde, principalmente estresse e cansaço. O isolamento social agravou ainda um problema típico das mulheres, em especial das brasileiras, que foi o aumento da violência doméstica. As mulheres e meninas tiveram que ficar isoladas em espaços restritos e muitas vezes na presença de seu principal agressor.

**GRÁFICO 6: DISTRIBUIÇÃO (%) DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS OCUPADAS, SEGUNDO O SEXO E RAÇA/COR, 2019-2021**



Fonte: IBGE / PNAD-C (2020). Elaboração própria.

Nota: Os dados de 2021 incluem apenas os dois primeiros semestres.

O gráfico 6 mostra os dados sobre a população ocupada e sua distribuição por sexo e por raça/cor. Observa-se que em todos os períodos analisados a participação das mulheres é menor, em torno de 43%, que a dos homens, em torno de 56%, lembrando que a participação na força de trabalho diminuiu tanto para homens quanto para mulheres em função do aumento do desemprego nos períodos de isolamento social e fechamento da economia, porém com variações sempre mais significativas para o emprego feminino, como comentado adiante.

A análise dos dados referentes à participação de mulheres e homens no mercado de trabalho, segundo os setores de atividade, mostra que as escolhas e possibilidades profissionais não são as mesmas para mulheres e homens. No geral, as mulheres estão mais presentes nos setores de atividades relacionados principalmente aos trabalhos de cuidados, como serviço doméstico remunerado (domésticas, babás e cuidadoras), educação, saúde humana e serviços sociais. Assim, numa história milenar, as mulheres seguem sendo as principais cuidadoras da humanidade, como aconteceu com nossas ancestrais. Em setores como construção, transporte, armazenamento e correios, as mulheres são ainda muito pouco representadas, assim como na agricultura e pecuária. O mundo do trabalho remunerado ainda demarca divisões muito fortes entre o trabalho feminino e o masculino (gráfico 7). Quando se considera as mulheres que não participam da PEA, isto é, as donas-de-casa, aproximadamente 40% delas são mulheres adultas que vivem exclusivamente para sua família (MELO; THOMÉ, 2018, cap. 6; SOARES, 2020; MELO; MORANDI; DWECK, 2020).

Como afirmam Melo e Thomé (2018), as mulheres podem ir para o mercado de trabalho, desde que consigam promover conciliação entre as tarefas domésticas e o trabalho fora de casa (pp. 114-5). Segundo Wajnman (2016, p. 51), isto é reflexo de uma revolução de gênero

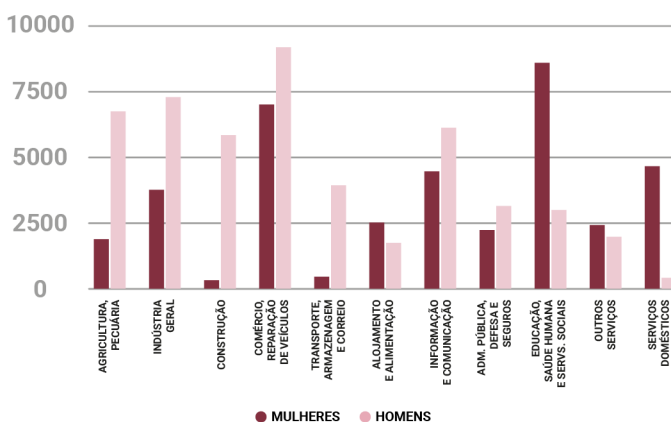
incompleta ou, nas visões mais pessimistas, estagnada.

Segundo Teixeira (2018), entre 2012 e 2017 houve aumento da participação das mulheres na PEA, quando se consideram também as pessoas ocupadas e desempregadas. Mas esse aumento da PEA feminina não significou, no entanto, sua maior incorporação ao mercado de trabalho (p. 286-287). Em função da crise econômica profunda pela qual passou a economia brasileira em 2015 e 2016, e sua fraca recuperação nos anos seguintes, o mercado de trabalho já estava muito fragilizado mesmo antes da pandemia. E, de forma geral, foram as mulheres as grandes perdedoras com a crise econômica, dado que a taxa de desocupação delas ficou 4 pontos percentuais acima da masculina (Oliveira *et al*, 2020, p. 159). Certamente a crise do mercado de trabalho foi aprofundada com a pandemia de Covid-19 e o resultado é que as mulheres estão com a menor taxa de participação na força de trabalho desde 1990, um retrocesso de 30 anos. E isto, como atesta a pesquisa sobre as percepções dos cuidados analisada abaixo, é reflexo do fato de as mulheres estarem sobrecarregadas com tarefas domésticas e cuidados, o que levou muitas a terem que sair de seus empregos (GORAYEB *et al*, 2021).

No período de 2004 a 2015, o governo promoveu o “Programa Mulher e Ciência”, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que tinha por objetivo incentivar, mesmo que de forma ainda um tanto tímida, o debate sobre as escolhas profissionais das meninas e moças estudantes do Ensino Médio. A ideia é que o programa funcionasse como um incentivador para que as escolhas delas incluíssem, de forma mais equilibrada, as áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), ainda majoritariamente escolhidas por meninos e rapazes. Uma das razões apontadas para a menor opção delas pelas áreas STEM, mesmo quando elas têm

histórico de boas notas nas matérias de exatas durante o Ensino Médio, recai sobre o tipo de socialização diferenciada que culturalmente dispensa-se às mulheres em contraste com os homens, dando ênfase, às vezes exagerada, nas qualidades da criança ou na sua aplicação nas matérias relativas aos cuidados. Isto não é uma característica apenas da sociedade ou cultura brasileiras, mas se repete em todo o mundo. As áreas de STEM, quando analisadas segundo a distribuição de raça ou cor, contam com baixa representação de pessoas negras, tanto homens quanto mulheres (PEREZ, 2019; SAINI, 2017).

**GRÁFICO 7: POPULAÇÃO OCUPADA, DE 14 ANOS OU MAIS, POR SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO SEXO, 2020 (MILHÕES)**



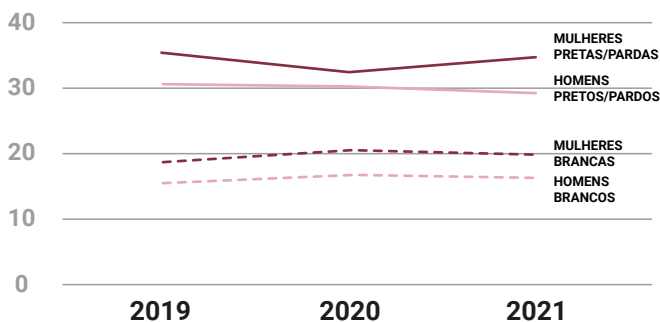
Fonte: IBGE / PNAD-C (2020). Elaboração própria.

Os dados (gráfico 8) ilustram bem a problemática do retrocesso feminino, num nível significativo, para a inatividade ou desocupação. Primeiro, mostram que no Brasil, assim como ocorre no resto do mundo, as mulheres apresentam nos últimos anos, assim como no passado, taxas de desemprego superiores às dos homens. A pandemia de Covid-19 provocou queda significativa do emprego e da renda, mas afetou mais as



mulheres, os jovens e os negros, e é possível que esta saída temporária do mercado de trabalho neste período não seja apenas uma transição para o desemprego, mas para muitos uma transição para a inatividade. Os dados mostram que as maiores taxas de desocupação estão entre as pessoas pretas e pardas, mas as mulheres deste grupo apresentam taxas de desocupação superiores à dos homens. Também no grupo de pessoas brancas as mulheres têm taxa de desocupação superior à dos homens, mostrando que a desigualdade se mantém mesmo quando se comparam pessoas da mesma raça ou cor (GORAYEB *et al*, 2021; MELO; MORANDI, 2020). Segundo, os dados mostram ainda que a desigualdade no mercado de trabalho é marcada mais fortemente por questões de raça ou cor, ou seja, raça ou cor tem papel preponderante na definição da taxa de desemprego. E, terceiro, fato curioso é que, em 2020, as mulheres pretas e pardas perderam menos emprego comparativamente a todas as demais categorias observadas. O que se pode concluir disso é que elas possivelmente estavam mais representadas nas profissões consideradas essenciais durante os períodos de isolamento social, como os setores de saúde, cuidados e trabalhos domésticos.

**GRÁFICO 8: TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) DA FORÇA DE TRABALHO, POR SEXO E RAÇA/COR, 2019-2021**

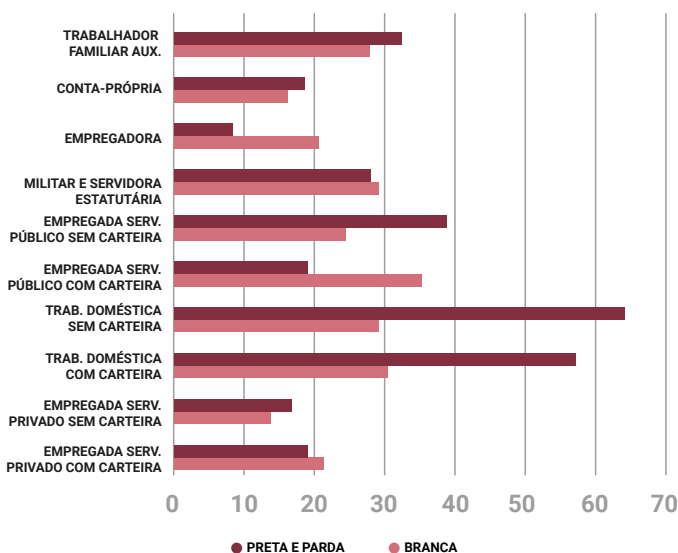


Fonte: PNAD-C (IBGE, vários anos). Elaboração própria.

Nota: 1) O total de pessoas pretas/pardas inclui as pessoas amarelas/indígenas;  
2) os dados para 2021 referem-se apenas aos primeiros 6 meses.

Os dados sobre a ocupação das mulheres por tipo de atividade (gráfico 9) corroboram esta interpretação. As mulheres pretas e pardas são maioria nos empregos relacionados aos cuidados e considerados essenciais durante a pandemia, trabalhando como trabalhadoras domésticas, com e sem carteira assinada, empregadas do setor público sem carteira assinada, empregadas do setor privado sem carteira assinada e como trabalhadoras familiares auxiliares. O que se destaca é que elas são maioria justamente nos empregos com menor ou sem proteção social, empregos informais, sem carteira assinada e por conta própria (gráfico 9).

**GRÁFICO 9: MULHERES OCUPADAS (%) POR CATEGORIA DE EMPREGO, SEGUNDO RAÇA OU COR, 2020**



Fonte: PNAD-C (IBGE, vários anos). Elaboração própria.

Nota: 1) O total de pessoas pretas/pardas inclui as pessoas amarelas/indígenas;  
2) os dados para 2021 referem-se apenas aos primeiros 6 meses.

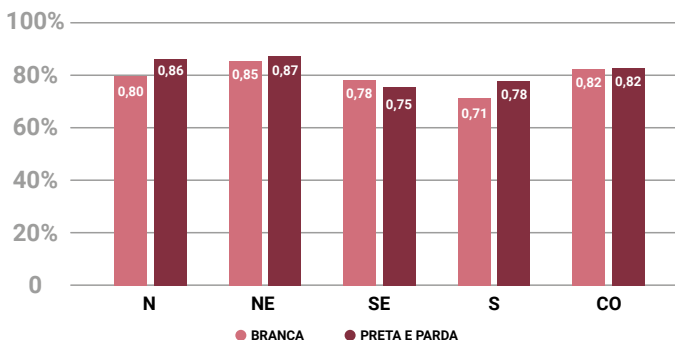
Por outro lado, era de se esperar, de acordo com a teoria econômica<sup>18</sup>, que maior escolaridade implicasse maiores rendimentos. Mas o que se observa no Brasil, assim como em vários outros países, é que o prêmio educacional é maior para as pessoas do sexo masculino (MELO; MORANDI, 2021). Portanto, buscar as razões que explicam as desigualdades de rendimento entre homens e mulheres no mercado de trabalho constitui elemento essencial para evidenciar e explicar as históricas diferenças entre pessoas de ambos os sexos e de diferentes raças ou cores, tanto com relação a seu maior ou menor acesso ao mercado de trabalho, quanto às diferenças de rendimento, algumas das quais já relatadas neste trabalho. Este processo de análise constitui uma primeira abordagem para se entender e definir as diretrizes de política - econômica e social - e as mudanças em termos de legislação, necessárias para uma sociedade com maior igualdade de gênero. No Brasil, como os dados já apresentados até aqui mostram, as análises das desigualdades no mercado de trabalho explicitam não apenas as desigualdades de gênero, como também as diferenças raciais (gráfico 10).

**(...) buscar as razões que explicam as desigualdades de rendimento entre homens e mulheres no mercado de trabalho constitui elemento essencial para evidenciar e explicar as históricas diferenças entre pessoas de ambos os sexos e de diferentes raças ou cores (...).**

---

18 A teoria neoclássica incorporou a teoria do capital humano ao seu modelo de crescimento para mostrar o impacto da qualificação da mão de obra na expansão da produtividade do trabalho e no aumento do rendimento da mão de obra (QUIGGIN, 2010; VAROUFAKIS, 2015).

**GRÁFICO 10: RAZÃO (%) DO RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO PRINCIPAL DAS MULHERES (14 ANOS OU MAIS) EM RELAÇÃO AO DOS HOMENS, SEGUNDO RAÇA OU COR, 2020**



Fonte: IBGE / PNAD-C (2020). Elaboração própria.

O desemprego continua um grave problema da economia brasileira em 2021 e, dadas as perspectivas de baixo crescimento para 2022, isto implica um ritmo também baixo de recuperação dos postos de trabalho. O desemprego e a perda de rendimentos foram particularmente sentidos neste período de pandemia e principalmente antes da vacinação, iniciada no final de janeiro de 2021, pelas ocupações que exigem contato direto entre pessoas, como é o caso das pessoas trabalhadoras domésticas e cuidadoras, e quase todas as profissões relacionadas a serviços, principalmente serviços pessoais.

No caso do Brasil, em relação ao setor de serviços, as trabalhadoras domésticas sofreram maior impacto. De um lado, nos períodos de fechamento e isolamento social mais rigorosos, um número bastante grande dessas trabalhadoras perderam o emprego. Os dados do IBGE (PNAD Covid-19, 2020) mostraram que cerca de 1,5 milhão de postos de trabalho foram perdidos neste período. Não há estatísticas sobre

isso, mas podemos afirmar que a grande maioria das famílias não continuou a pagar o salário das empregadas domésticas quando elas não podiam ir trabalhar por causa da pandemia. Muitas destas famílias também perderam renda ou emprego. A perda de postos de trabalho e de rendimentos para esta grande massa de trabalhadoras domésticas significou o empobrecimento de muitas famílias que já viviam com renda menor. Lembrando que uma parcela grande de famílias monoparentais é chefiada por mulheres, podemos inferir que o empobrecimento teve impacto também na vida de um grande número de crianças. Somado a isso, o fechamento de creches e escolas e, portanto, o não acesso à merenda escolar, certamente aumentou em muito a insegurança alimentar das famílias de menor renda no Brasil nos meses de maior crise pandêmica.

Segundo dados do IBGE (PNAD Covid-19, 2020), a população ocupada (PO) perdeu 3,4% de postos de trabalho, enquanto entre as trabalhadoras domésticas a queda foi de 10,1% no primeiro trimestre de 2020. Em 26 de outubro de 2020, a FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) lançou uma nota<sup>19</sup> denunciando a piora das condições de trabalho das trabalhadoras domésticas e cuidadoras/es, incluindo cortes de salários, aumento das jornadas de trabalho e quarentena compulsória nos locais de trabalho. Este quadro se agrava quando se sabe que a maioria das trabalhadoras são informais e, portanto, a cobertura de direitos pela CLT só atinge cerca 30% dessa categoria. Para responder a este quadro desalentador, o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Rio de Janeiro organizou campanhas de doações de cestas básicas e produtos de limpeza para distribuir entre suas associadas num intenso ativismo diante da intensificação do

---

19 "Pandemia piora as condições de trabalho na economia informal do cuidado no Brasil" (<https://fenatrad.org.br/2020/10/26/pandemia-piora-as-condicoes-de-trabalho-na-economia-informal-do-cuidado-no-brasil/>).

desemprego da categoria (LOURENÇO; CASTRO, 2020).

Em outras duas ocupações em que há presença majoritária de mulheres, como a saúde e a educação, não houve impacto no desemprego das mulheres. De um lado, porque estes são setores econômicos em que o emprego público é massivo<sup>20</sup>. Por outro lado, apesar de as escolas terem sido fechadas para o ensino presencial, o ensino continuou na forma remota, obrigando a implementação de ferramentas tecnológicas que, neste caso, funcionou melhor nas escolas privadas. As escolas públicas ficaram bem mais tempo desativadas, por disporem de pior estrutura e menor acesso à tecnologia. Enquanto que no setor de saúde, o mais central na crise pandêmica, houve mesmo aumento, embora pequeno (apenas 1%) no emprego<sup>21</sup>.

Apesar de ter caído em relação ao mesmo trimestre de 2020 (quando chegou a 14,4%), o desemprego ainda se mantém alto no terceiro trimestre 2021, segundo dados do IBGE (PNAD-C, 2021), alcançando a taxa de 13,2%, o que representa 13,7 milhões de desempregados/as. Esta taxa coloca o Brasil como o quarto país com a maior taxa de desemprego no mundo, segundo ranking da agência de classificação de risco Austin Rating, atrás da Costa Rica (15,2%), Espanha (14,6%) e Grécia (13,8%). A taxa de desemprego brasileira é o dobro da média internacional, de 6,5%, medida entre os países que divulgaram dados sobre o desemprego. No entanto, a crise internacional provocada pelo quadro sanitário não é suficiente para explicar tamanha paralisia do ambiente econômico, que foi exacerbada pelos fatores internos presentes na economia brasileira, como comentado anteriormente. O

---

20 Segundo dados publicados pelo IPEA (LOPES *et al*, 2020) e do Anuário Brasileiro de Educação Básica (<https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/brasil-principais-dados-e-indicadores-de-desigualdade.html>).

21 Boletim Emprego, DIEESE (<https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2021/boletimEmpregoEmPauta20.html>).

umento de 4% no trimestre do número de pessoas ocupadas não foi suficiente para reduzir significativamente o desemprego e resultou num nível de ocupação de 50,9%, pouco mais da metade da população em idade ativa, explicitando um grande retrocesso no emprego. Sobretudo, chama atenção que o nível de desemprego é elevado para os padrões históricos nacionais e agravado pela inflação alta atual.

## 1.2 Reflexões inconclusas

As dificuldades que mulheres e homens, mas principalmente mulheres, enfrentarão no pós-pandemia apenas se delineiam no horizonte. Esta questão é inquietante porque as escolhas profissionais femininas têm se concentrado em ocupações relacionadas aos cuidados. O impacto das novas configurações do mercado de trabalho, a partir da aceleração da digitalização, expansão do uso de trabalho remoto pelas empresas e os novos avanços tecnológicos merecem análise cuidadosa e mais aprofundada. Certamente terão impacto também sobre a inserção das economias no âmbito internacional e sobre a capacidade competitiva da mão de obra num mercado de trabalho cada vez internacionalmente disputado. As mulheres especificamente estão mais representadas em setores com menor possibilidade imediata de substituição da mão de obra por tecnologia, aspecto que caracteriza a maioria das atividades dos cuidados. Mas, por outro lado, estes são empregos com menores salários e menores oportunidades de carreira. No longo prazo, se as discrepâncias entre homens e mulheres em relação aos setores onde mais trabalham permanecerem, a desigualdade entre rendimento médio de homens e mulheres tenderá a se ampliar com os avanços tecnológicos esperados pela expansão da indústria 4.0.

Esta análise sugere que é preciso reconstruir a economia em melhores condições, com políticas públicas de longo prazo e não apenas ações

paliativas. A discussão do orçamento público e dos serviços que o Estado deve prover à população deve ser feita com o intuito de erradicar a desigualdade (de renda, gênero e racial), bem como garantir uma transição justa para combater as mudanças climáticas que ameaçam todas as formas de vida (ECLAC, 2021; UN WOMEN, 2020).

Uma prioridade deveria ser a melhoria do sistema público de saúde e das instituições de cuidado, aumentando o número e a qualidade de atendimentos, através da contratação de mais profissionais, com melhores salários e condições de trabalho. Outra questão relevante e que deveria ter a atenção das políticas e medidas de retomada da economia está relacionada aos ajustes que se fizeram necessários durante o isolamento social e que devem ser incorporados de forma definitiva, tanto pelas famílias quanto pelas empresas. Muito possivelmente as mudanças, estejam elas relacionadas aos novos modos de trabalho ou à distribuição dos cuidados no interior das famílias, devem provocar alterações nas formas de trabalho, talvez o desaparecimento de algumas ocupações e causar a redução da contratação de pessoas para o trabalho doméstico. Outro aspecto da discussão sobre a retomada econômica e que afeta mais diretamente as mulheres, implica a discussão sobre a distribuição do tempo entre trabalho remunerado e não remunerado. A sociedade deve assumir que a distribuição mais equilibrada dos cuidados é essencial para uma sociedade mais igualitária (TORRES SANTANA, 2021).



2.

# Cuidados no Brasil e os impactos da pandemia de Covid-19: resultados da pesquisa on-line

## 2. Cuidados no Brasil e os impactos da pandemia de Covid-19: resultados da pesquisa on-line

A pesquisa “Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19”, realizada a partir de formulário on-line, teve como um de seus objetivos investigar a percepção da sociedade brasileira sobre o significado de cuidados. A ideia é compreender o que esta palavra, tão acionada nos últimos tempos e passível de diversas possibilidades de compreensão, significa para as pessoas. A pesquisa foi estruturada para também permitir uma investigação dos impactos da pandemia de Covid-19 no cotidiano familiar, destacando as mudanças em relação ao trabalho remunerado e ao trabalho não remunerado, incluindo as tarefas domésticas e a de cuidados, um trabalho que é prestado por amor ou por obrigação moral aos membros da família. Alguns aspectos importantes do impacto da pandemia na vida das pessoas foi a introdução do ensino remoto, intensificação ou introdução do trabalho remoto nas empresas, redução da produção ou fechamento temporário de empresas cujo produto ou serviço foi considerado não essencial. Estas mudanças provocaram aumento do desemprego e diminuição da renda familiar, além dos impactos diretos da pandemia na saúde física e mental das pessoas.

A grande maioria das pessoas que participaram da pesquisa estavam de alguma forma ligadas às redes profissionais das pesquisadoras e da unidade promotora da pesquisa, a Fundação Friedrich Ebert (FES), incluindo familiares, amigos e pessoas ligadas à militância em sindicatos e organizações sociais, tendo sido contactadas por telefone, e-mail ou mídias e redes sociais (Facebook; WhatsApp; Instagram; Twitter). Além disso, contamos com a técnica de bola de neve (*snowball sampling*)<sup>22</sup>, na medida em que solicitamos às pessoas contactadas que repassassem o formulário, o que permitiu que se atingisse um número maior de pessoas além dos limites das redes particulares das coordenadoras, estudantes e parceiras da pesquisa.

Ainda que tenhamos adotado várias estratégias para a circulação do formulário, é importante reconhecer que a população respondente reflete o campo no qual estão inseridas as coordenadoras da pesquisa e a instituição financiadora do projeto, FES. Sendo assim, a amostra obtida pela pesquisa mostra um perfil de pessoas que em grande medida é membro da população universitária e/ou de movimentos sociais, pessoas da classe média brasileira, de cor branca, casadas, residentes nas áreas urbanas, principalmente da região Sudeste, e com alto nível de escolaridade. Além disso, a grande maioria das pessoas que responderam ao questionário são mulheres. Contudo, apesar de estarem representadas em menor proporção, obtiveram-se respostas de uma pluralidade de perfis de pessoas brasileiras, permitindo a realização de análises gerais (amostra completa) e específicas (filtros selecionados), dependendo dos temas abordados.

---

22 Vinuto (2014).

# PERFIL FEMININO

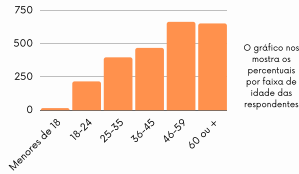
Um pouco do perfil das mulheres participantes da pesquisa

## MULHERES EM NÚMEROS

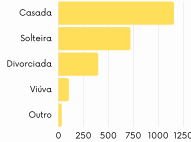
Durante a coleta de dados através do formulário online, obtivemos respostas de 2.416 mulheres

## PERFIL DAS PARTICIPANTES

Conhecendo nossas participantes:



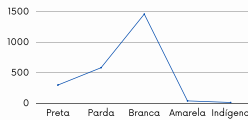
### Estado civil



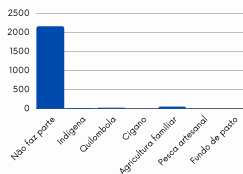
Residentes em área rural



Residentes em área urbana 93,2%

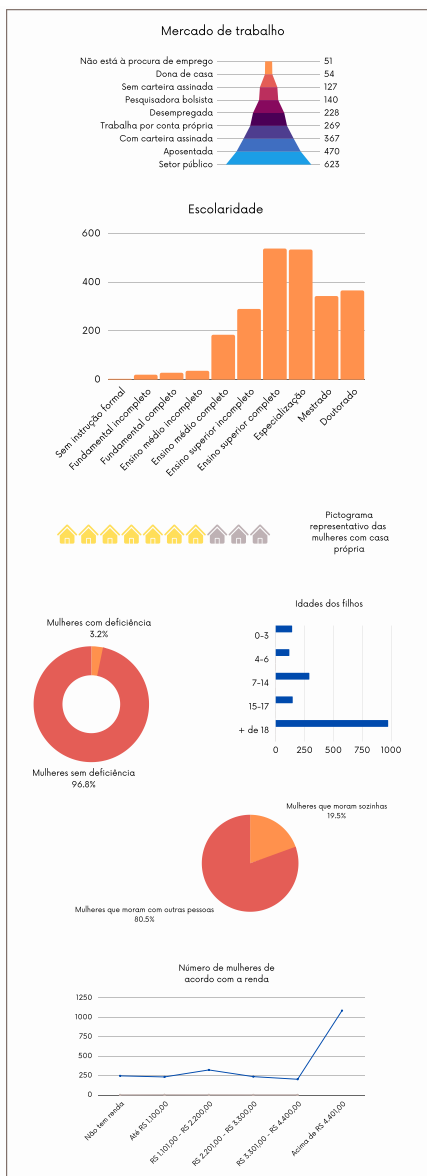


### Mulheres com filhos



# PERFIL FEMININO

Um pouco do perfil das mulheres participantes da pesquisa



# PERFIL MASCULINO

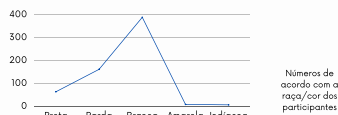
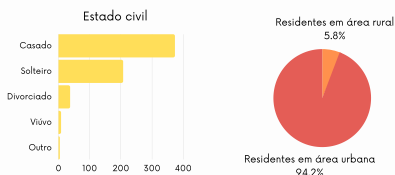
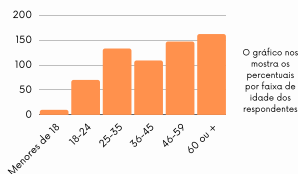
Um pouco do perfil dos homens participantes da pesquisa

## HOMENS EM NÚMEROS

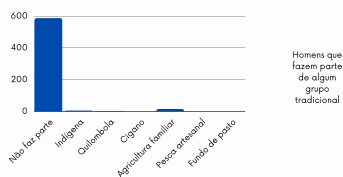
Durante a coleta de dados através do formulário online, obtivemos respostas de 631 homens

## PERFIL DOS PARTICIPANTES

Conhecendo nossos participantes:

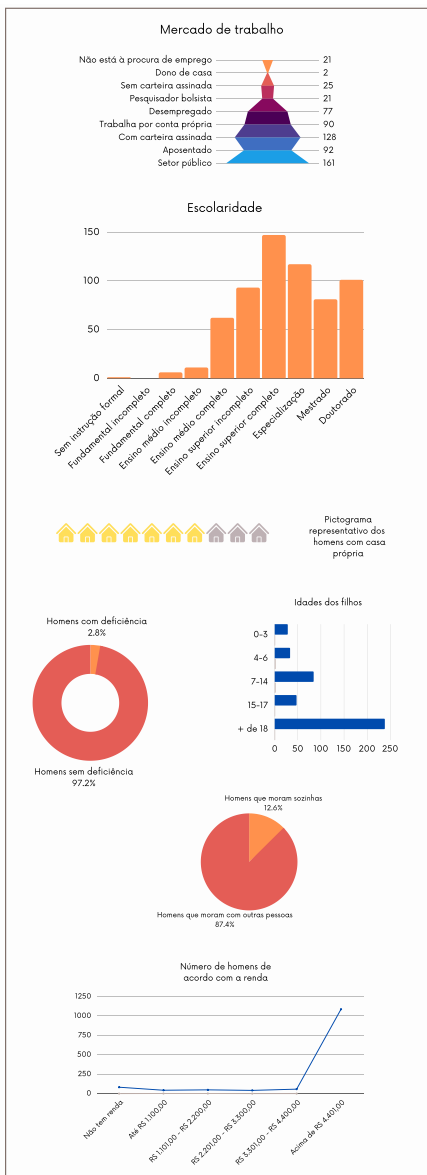


## Homens com filhos



# PERFIL MASCULINO

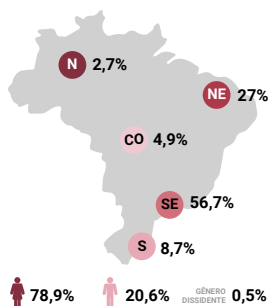
Um pouco do perfil dos homens participantes da pesquisa



Além do formulário on-line, realizamos entrevistas semiestruturadas com dezesseis pessoas. Foram inicialmente contactadas 21 pessoas, sendo que cinco delas não aceitaram participar ou não responderam ao segundo contato para agendamento da entrevista. A escolha das pessoas a serem entrevistadas seguiu os critérios que contemplaram perfis sociodemográficos distintos, levando em consideração gênero, idade, regionalidade, etnia, ocupação, raça/cor e orientação sexual (quadro 1). A quantidade de entrevistas foi determinada pelo tempo disponível para a realização da pesquisa. Com estas, tínhamos o objetivo de obter respostas mais aprofundadas para as questões apresentadas no formulário, além de poder sentir as expressões e sentimentos das pessoas ao relatar a sua experiência.

## FORMULÁRIO ONLINE

**3060**  
RESPONDENTES  
ABRANGÊNCIA NACIONAL



## ENTREVISTAS



12 MULHERES | 4 HOMENS  
ABRANGÊNCIA NACIONAL

## A PESQUISA

### DIVULGAÇÃO





**Quadro 1: Perfil das pessoas participantes das entrevistas semiestruturadas**

Região	Sexo/ Gênero	Cor/ Raça	Idade	Cidade/UF	Zona Urbana/ Rural	Ocupação	Estado Civil	Orientação Sexual	Nr. de filhos/ as
CO	F	parda	36	Brasília/DF	urbana	enfermeira/ militar	casada	heterossexual	2
SE	F	parda	47	Duque de Caxias/ RJ	urbana	faxineira	casada	heterossexual	3
SE	F	parda	40	Rio de Janeiro/RJ	urbana	podóloga	solteira	heterossexual	1
SE	F	branca	62	Rio de Janeiro/RJ	urbana	funcionária pública	solteira	lésbica	0
SE	F	branca	40	Vitória/ES	urbana	funcionária pública	solteira	heterossexual	1
S	F	negra	39	Joinville/SC	urbana	diarista	casada	heterossexual	3
S	M	branco	27	Porto Alegre/ RS	urbana	uberista	solteiro	heterossexual	0
NE	F	preta	25	Recife/PE	urbana	estudante	solteira	heterossexual	0
NE	F	negra	39	Petrolina/PE	urbana	professora universitária	casada	heterossexual	1
NE	M	branco	48	Recife/PE	urbana	fisioterapeuta e enfermeiro	casado	heterossexual	0
NE	M	indí- gena	34	Porto Seguro/ BA	rural	professor	casado	heterossexual	1
NE	F	parda	24	Sobradinho/ BA	rural	agricultora/ dona de casa	casada	heterossexual	1
NE	M	indí- gena	55	Sobradinho/ BA	rural	agente de saneamento	casado	heterossexual	2
NE	F	indí- gena	51	Interinópolis/ CE	rural	professora	casada	heterossexual	4
NE	F	branca	49	Triunfo/PE	urbana	dona de casa	casada	lésbica	0
N	F	parda	36	Belém do Pará/PA	urbana	empregada doméstica	solteira	heterossexual	1

Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19.  
Elaboração própria.

A seguir são analisados os perfis das pessoas respondentes, destacando distinções de sexo/gênero, com o intuito de se ter mais claras as distinções entre mulheres e homens nos vários aspectos abordados na pesquisa. Além disso, foram feitas análises com grupos específicos, como o de mães e pais de crianças menores de 14 anos. E, nas análises que consideram a totalidade das respostas em relação à percepção das pessoas sobre cuidados, como sofreram os impactos da pandemia, na sua vida privada e de trabalho, ou mesmo na rotina da família, sempre que possível os comentários apresentados destacam as diferenças nas respostas de mulheres e homens, e as diferenças por grupos raciais ou de cor no caso das mulheres, que foram priorizadas devido à expressiva participação.

## **2.1 A percepção dos cuidados: perfil das/os respondentes**

### *2.1.1 Sexo e gênero*

A pesquisa obteve respostas predominantemente de pessoas que se declararam do sexo feminino, com percentual de participação de 78,9%, 20,6% se declararam do sexo masculino e 0,5% como pessoas de gêneros dissidentes, sendo que sete pessoas se declararam como não-binárias, uma como travesti, uma como mulher trans, uma como homem trans ou trans masculino, e seis pessoas não responderam. Embora o total de pessoas que se declararam de gêneros dissidentes seja pequeno, apenas 17 num universo de mais de três mil pessoas, estas declarações expressam o avanço da diversidade nas questões relacionadas às identidades sociais (WOOD, 2011, pp. 229-231).

Analisando as respostas segundo o sexo dos/as respondentes e utilizando um recorte de raça ou cor, temos que do total de 2.411

respondentes mulheres, 60,7% se declararam como pessoas brancas, 24,3% como pardas, 12,5% pretas, 1,8% de raça amarela e 0,7% indígenas. E do total de homens respondentes, 62% se declararam como pessoas brancas; 25,7% como pessoas pardas, 10,1% pretas; 1,3% de raça amarela e 1% como indígenas.

Entendemos que as pessoas são plurais e vivenciam suas experiências de maneiras distintas, a depender de diversos marcadores sociais, como raça ou cor, etnia, escolaridade, regionalidade, faixa etária, estado civil, número de filhos, profissão ou emprego. Assim, optamos por apresentar os resultados da pesquisa, relativos à percepção sobre os cuidados, dinâmica da vida doméstica e impactos da pandemia de Covid-19, a partir dos marcadores sociais de gênero e raça ou cor que caracterizam diferentes experiências cotidianas das pessoas no Brasil.<sup>23</sup>

Ao compreender que até 14 anos as crianças ainda apresentam uma certa dependência e necessitam de provisão de cuidados cotidianos, destacamos este filtro para análise. É válido lembrar, no entanto, que as infâncias são plurais e que a classe social, raça ou cor e regionalidade também podem interferir neste grau de dependência, sobretudo no intervalo entre os 10 e os 14 anos. Contudo, devemos ressaltar que a análise a partir destes critérios não será aprofundada, uma vez que não temos elementos para tal. Tomando-se apenas o total de 528 respondentes com filhos/as nesta idade, 421 (79,7%) eram mulheres e 107 (20,3%) eram homens.

---

23 É importante ressaltar que nesta análise muitas vezes as mulheres serão comparadas dentro do seu próprio grupo racial, uma vez que temos números de participantes muito distintos, dependendo da raça ou cor da respondente, não sendo sempre possível fazer comparação entre mulheres de cor/raça distintas.

### *2.1.2 Faixa Etária*

A maioria, 63,1%, das pessoas que responderam à pesquisa estava na faixa etária de 25 a 59 anos; quase um terço, 26,7% tinham mais de 60 anos; 9,4% foram respostas de jovens de 18 a 24 anos e apenas 0,8% tinham menos de 18 anos. O que mostra que a grande maioria dos respondentes faz parte da população em idade ativa. Separando os dados de idade segundo o sexo, dentre as pessoas respondentes, as mulheres têm idade média ligeiramente superior à dos homens. A grande maioria, 74,1%, das mulheres respondentes tinha mais de 36 anos, sendo que 47% delas estavam na faixa de 36 a 59 anos e 27,1% delas tinham 60 anos ou mais. Enquanto que um percentual menor, 66,2%, dos homens respondentes tinham mais que 36 anos, com 40,6% deles com idade entre 36 e 59 anos e 25,7% com 60 anos ou mais. Considerando-se o percentual de pessoas mais jovens, com até 35 anos, 25,1% das mulheres estavam nesta categoria, contra 33,8% dos homens. A menor participação percentual de homens como respondentes da pesquisa e a maior participação de homens mais jovens, provavelmente seja indicação que os mais jovens ficam mais à vontade para discutir estes temas relacionados aos cuidados com a família ou estão mais familiarizados com o uso de instrumentos on-line. Dentre as pessoas respondentes que têm filhos/as menores de 14 anos, as mulheres que integram esta amostra tinham mais de 18 anos e o maior percentual, 52,7%, estava na faixa etária de 36 a 45 anos e 22,8% tinham entre 25 e 35 anos. Em relação aos homens de mesmo perfil, a idade média deles era maior que a das mulheres na mesma situação, sendo que 42,1% dos tinham entre 36 e 45 anos e 30,8% entre 46 e 59 anos.

### 2.1.3 Raça ou cor

Em relação às declarações relativas à raça/cor, verificou-se que 60,8% das respostas foram de pessoas que se declararam brancas, refletindo, provavelmente, a população atingida pelas nossas redes e mobilização. Dentre as mulheres, 60,7% eram brancas e dentre os homens o percentual chegou a 62%. Do total de respondentes, 12,1% eram pessoas pretas, uma participação na pesquisa próxima à porcentagem dessa população na população total, conforme estatísticas do IBGE, sendo que entre as mulheres este percentual foi de 12,2%, contra 10,1% entre os homens. As pessoas que se declararam pardas somaram 24,7% de respondentes, um percentual bem abaixo dos números oficiais do IBGE que registram que a população de pessoas pardas no Brasil equivale a pouco mais de 46% da população brasileira. Entre as mulheres respondentes este percentual ficou em 24,3% e entre os homens em 25,7%. Por outro lado, as pessoas do grupo amarelo estão representadas na pesquisa em proporção maior, 1,7%, do que nas estatísticas oficiais nacionais, em que correspondem a 1,1% da população total.<sup>24</sup> A maior representatividade desta fatia da população na nossa pesquisa pode ser reflexo da grande participação de pessoas de São Paulo (16,3%) entre os/as respondentes, o estado com o segundo maior número de respondentes, atrás apenas do Rio de Janeiro, com 32,3% das respostas. Além disso, São Paulo é o estado brasileiro com o maior número de pessoas que se declaram de raça amarela.<sup>25</sup> Dentre as mulheres respondentes, as amarelas compreendem 1,8% e entre os homens 1,3%. Por sua vez, declararam-se pertencentes à população indígena apenas 23 ou 0,8% dos/as respondentes, um percentual de

---

24 Publicado em "Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas?" Retratos A Revista do IBGE, n. 11, maio, 2018, ([https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf)).

25 Dados publicados em Características étnico-raciais da população: classificações e identidades, IBGE, 2013 (<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>).

participação maior que o de sua representatividade na população nacional, de 0,4%, segundo o IBGE.<sup>26</sup> Do total de respondentes, quase 1% dos homens se declararam indígenas e 0,7% das mulheres.

Dentre as mulheres com filhos/as abaixo de 14 anos, a maioria das respondentes, 54,2%, era branca, seguidas das mulheres pardas (27,9%), pretas (14,6%), amarelas (2,6%) e indígenas (0,7%). Em relação aos homens com filhos/as abaixo de 14 anos, identificamos maior capilaridade da pesquisa entre homens brancos (59,4%), seguidos de pardos (23,6%), pretos (13,2%), amarelos (1,9%) e indígenas (1,9%).

### *2.1.4 Participação em grupo tradicional*

Das pessoas que responderam à pesquisa, 92,6% não participam de nenhum grupo tradicional, enquanto que 7,3%, ou 221 pessoas, declararam pertencer a algum grupo tradicional. Destas, 2,4% participavam de comunidade de agricultores rurais, 0,9% de comunidade quilombola e os 3,1% restantes foram de respostas pulverizadas, que agregava outros grupos tradicionais e também grupos como sindicalistas, movimento de mulheres, de feministas, de mulheres negras, comunidades candomblé, judaica, e de terreiro, o que mostra uma certa confusão sobre o que se define como populações tradicionais, deixando claro que esta ainda não é uma questão bem compreendida entre a população brasileira. Estes percentuais se mantêm mais ou menos equivalentes quando se analisa o grupo de mulheres, em que a grande maioria, 92,1%, não faz parte de nenhum grupo tradicional. Apenas 2,4% delas se identificaram como participantes de comunidades de agricultoras/es familiares;

---

26 As estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizam, para raça/cor, as opções: branca, preta, parda, amarela e indígena. Contudo, para fins de acesso da população negra brasileira às ações afirmativas, como cotas raciais, ou outras políticas sociais com recorte racial, o termo "negro" apresenta-se como a junção do montante de pretos e pardos.

1,1% de quilombolas; 0,6% de indígenas; 0,2% de comunidades de pescadoras/es artesanais; 0,2% de comunidades de fundo de pasto; e 0,1% ciganas. Dentre as 80 pessoas (ou 3,4% das respondentes) que optaram pela opção “outros”, cinco identificaram-se como pertencentes a comunidades de matriz africana ou de terreiro.

### *2.1.5 Arranjos Familiares*

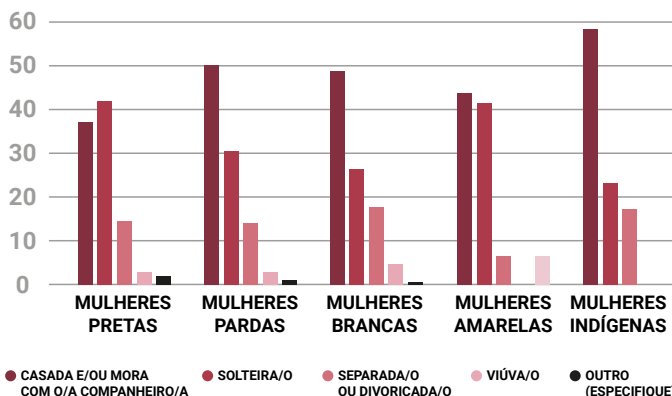
As informações sobre a situação familiar são importantes porque as diversidades das situações relacionadas a casamento, convivência, separação e divórcio são relevantes para a dinâmica familiar. Não consideramos neste tópico, no entanto, a diferenciação, feita pelo IBGE (2019), em relação aos conceitos de unidade doméstica e família.<sup>27</sup> Isto porque, dados os objetivos desta pesquisa, a questão resumia-se a mapear como viviam as pessoas no interior dos domicílios ou famílias no momento da pesquisa.

**Em relação à situação conjugal das pessoas que possuem filhos menores de 14 anos, a grande maioria estava casada ou morava com os/as respectivos/as companheiros/as. Dentre as mulheres, 73% e 89,7% dos homens estavam nesta situação.**

---

27 “O conceito de família no IBGE, também atendendo às recomendações internacionais, é especificamente adotado no Censo Demográfico e demais pesquisas domiciliares e refere-se às pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sem referência explícita ao consumo ou despesas” (Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. RJ: IBGE, 2019).

**GRÁFICO 11: SITUAÇÃO CONJUGAL DAS MULHERES, SEGUNDO RAÇA OU COR**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Dentre as 3.055 pessoas respondentes, 50,4% declararam que estavam casadas ou viviam com outra pessoa em união estável, 30,5% eram solteiras, 14,2% eram separadas ou divorciadas, 3,7% viúvas/os e 37 pessoas (ou 1,2%) qualificaram sua situação civil como namoro, noivado, tem companheiro/a mas moram separados/as e outras situações similares.

Em relação à situação conjugal das pessoas que possuem filhos menores de 14 anos, a grande maioria estava casada ou morava com os/as respectivos/as companheiros/as. Dentre as mulheres, 73% e 89,7% dos homens estavam nesta situação. Neste mesmo grupo, 14,3% das mulheres eram separadas ou divorciadas e contra apenas 6,5% dos homens. Ou seja, mais mulheres que homens com filhos/as menores vivem em famílias monoparentais, um resultado coerente com os dados do IBGE para o país como um todo. Esta diferença entre os sexos também se repete quando analisamos as pessoas solteiras que

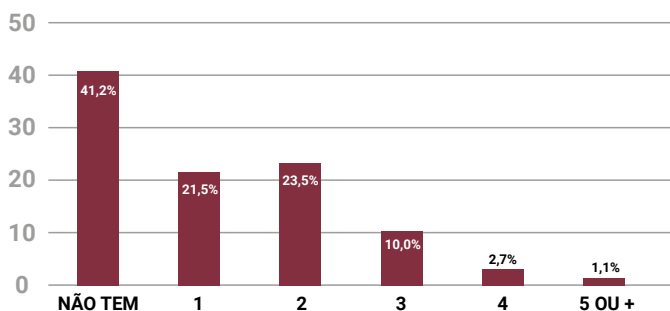


convivem com filhos/as menores. Entre as mulheres nesta situação, 11% eram solteiras, contra apenas 1,9% dos homens. Segundo os dados da pesquisa, o número de mulheres com filhos/as abaixo de 14 anos, totalizando 421 mulheres, é quase quatro vezes maior que o de homens, com um total de 107.

### 2.1.6 Pessoas com filhas e/ou filhos

O objetivo de incluir esta pergunta no formulário foi entender a dinâmica demográfica e o número de filhos presentes na vida destas pessoas. Dentre as respostas, 41,2% das pessoas respondentes não tinham filhas/os, e quando se analisa o conjunto dos homens respondentes, 44,6% estão nesta situação, contra 40,3% das mulheres respondentes.

**GRÁFICO 12: NÚMERO DE FILHAS/OS DOS/AS RESPONDENTES**



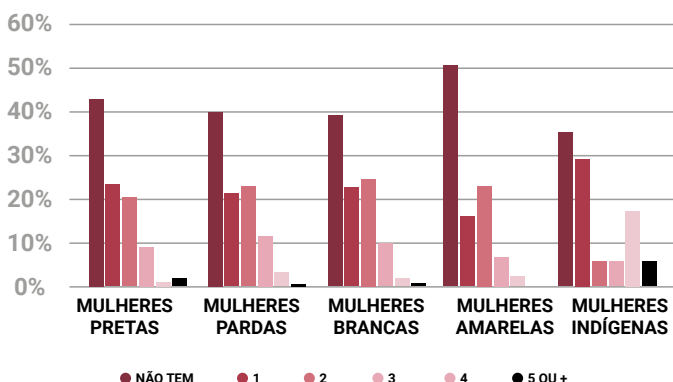
Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

**O número de filhas/os das pessoas respondentes acompanha a tendência de queda da taxa de fecundidade (gráfico 13), uma tendência mundial.**

O número de filhas/os das pessoas respondentes acompanha a tendência de queda da taxa de fecundidade (gráfico 13), uma tendência mundial. No Brasil, a partir dos anos 1980, a queda da taxa de natalidade tem tido papel decisivo na diminuição do ritmo de crescimento populacional. Assim, dentre as/os respondentes com filhos, a maior parte, 46,6%, tem até dois filhos/as, percentuais bem menores de respondentes têm três (10,3%), quatro (2,4%) ou cinco (0,9%) (gráfico 12).

Com relação às pessoas que têm filhos/as menores de 14 anos, a maioria das mulheres neste grupo tinha até três filhos, sendo que 47% delas tinham apenas um/a filho/a; 39% tinham dois/duas filhas/os; 11,4% tinham três filhas/os; 1% tinha quatro filhas/os; e 1,4% tinha cinco ou mais filhas/os. Apesar de a distribuição dos homens com filhos/as menores de 14 anos ser semelhante à das mulheres, um percentual maior dos homens respondentes está representado nas faixas de maior quantidade de filhos/as. Assim, 42,1% dos homens tinham um/a filho/a; 37,4% tinham dois/duas filhas/os; 6,5% com três filhas/os; 9,4% com quatro filhas/os; e 3,7% com cinco ou mais filhas/os.

**GRÁFICO 13: NÚMERO DE FILHOS/AS POR MULHERES, SEGUNDO RAÇA OU COR**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Já quando se observa o universo de mulheres respondentes, 40,3% delas não possuíam filhos/as; 46,2% tinham até dois filhos/as; 10,3% três filhos/as; e 3,2% mais de quatro filhos/as. Em todos os extratos por raça ou cor, as mulheres sem filhos/as são maioria. Destacam-se as do grupo raça ou cor amarela, das quais 51,2% não tinham filhos/as, e as mulheres pretas, com 43,3% delas sem filhos/as. E, dentre as mulheres com filhos/as, as que tinham maior quantidade foram as indígenas, em que 23,5% (ou quatro mulheres) tinham mais de 4 filhos/as (gráfico 13).

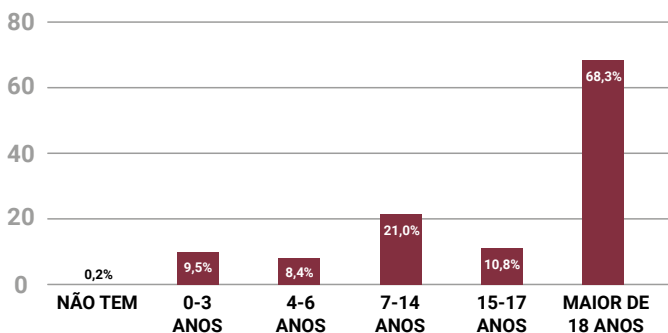
### *2.1.7 Faixa etária das/os filhas/os*

A legislação brasileira define, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069, de 13/07/1990) como sendo criança pessoas de até 12 anos de idade incompletos, além dos adolescentes com idade entre doze e dezoito anos. E são definidos como jovens, segundo o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 2013), as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. A título de destaque, do total de respondentes da pesquisa on-line, um percentual significativo, 17,2% ou 528 pessoas, tinham no máximo 29 anos (MELO; MORANDI, 2020 e 2021).

Tendo em vista a heterogeneidade definida pela legislação nacional com relação ao grupo de crianças e jovens, nossa análise destacou as pessoas que possuem filhos/as menores de 14 anos, a fim de se refletir sobre os impactos da pandemia em suas vidas.

Das pessoas participantes da pesquisa, a grande maioria, 68,3%, tinha filhos/as maiores de 18 anos; 39,1% tinham filhos/as de até 14 anos; e 10,8% tinham filhos/as na faixa etária de 15 a 17 anos. Como crianças e adolescentes (pessoas de até 14 anos) são demandantes de mais cuidados, mapear este universo é significativo para a sociedade (gráfico 14).

**GRÁFICO 14: FAIXA ETÁRIA DAS/OS FILHAS/OS DOS/AS RESPONDENTES**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Para analisar os casos das mulheres com filhos/as até 14 anos, dividimos as idades das crianças em 3 faixas. Do total de mulheres nesta situação, 29,6% tinham filhos/as com idade entre zero e 3 anos; 25,8% tinham filhos/as de 4 a 6 anos de idade e 59,4% filhos/as na faixa de 7 a 14 anos. Esta distribuição das crianças em grupos de idade permite ponderar os diferentes níveis de cuidados que demandam, dependendo do estágio da vida.

Do total de 347 mulheres com filhos/as menores de 14 anos, a grande maioria, 78%, respondeu que as crianças moravam com elas integralmente e apenas 5% delas tinham guarda compartilhada. Em relação aos homens na mesma situação, 74,3% responderam que as crianças moravam com eles integralmente e 7,9% tinham guarda compartilhada.

Analisando-se a distribuição dos/as filhos/as segundo a idade, 8% dos homens respondentes tinham filhos/as com idade até 3 anos; 9,4% com idade entre 4 e 6 anos, 24% com filhos/as entre 7 e 14 anos de idade,

13,4% com idade entre 15 e 17 anos e 68% com filhos/as maiores de 18 anos.

Dentre os homens que responderam ao questionário e que têm filhos/as menores de 14 anos, 74,3% afirmaram que as crianças moravam integralmente com eles, e 7,9% tinham guarda compartilhada das crianças.

### *2.1.8 Região e estado de residência*

A pesquisa conseguiu respondentes em todas as Unidades da Federação, com uma participação por Região que acompanha de forma aproximada a distribuição regional da população brasileira. Na Região Norte foram obtidas 77 respostas ou 2,7% do total de respondentes, na Região Nordeste foram 766 respondentes ou 27% do total, 1.608 ou 56,7% na Região Sudeste, 246 ou 8,7% na Região Sul e 139 ou 4,9% no Centro-Oeste. Como se pode perceber, houve, no entanto, alguma preponderância de respostas provenientes de pessoas residentes na Região Sudeste, em detrimento das Regiões Sul e Norte e, em menor escala, do Centro-Oeste. A Região Nordeste teve representatividade semelhante à participação da população desta região no total da população brasileira.

Complementando esta análise sobre a territorialidade brasileira, como historicamente o Brasil viveu um intenso processo de urbanização a partir de 1940, não surpreende que 93,4% das respostas sejam de pessoas que moram em áreas urbanas e apenas 6,6% em área rural. Mesmo assim, dentre os/as respondentes há uma sub-representação da população rural, que equivale a 15,3% da população brasileira, segundo estimativas do IBGE (PNAD, 2015).

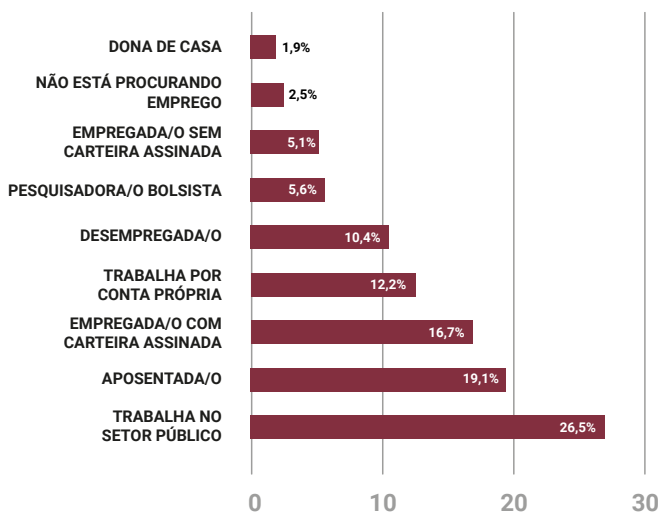
Em relação à distribuição dos/as participantes entre os estados, têm destaque os estados do Rio de Janeiro com 32,3% dos/as respondentes, São Paulo com 16,3%, Pernambuco com 11,3% e Minas Gerais com 7,2%. Com relação especificamente às mulheres respondentes, a grande maioria, 93,2%, residia em áreas urbanas e 6,8% em áreas rurais. Dentre as mulheres rurais, 64,3% se declararam negras (pretas ou pardas), 30,6% brancas, 3,2% indígenas e 1,9% amarelas. Os homens seguem padrão semelhante, com 94,2% deles residindo em áreas urbanas e 5,8% em áreas rurais.

### *2.1.9 Trabalho e situação ocupacional*

Este item analisa o mercado de trabalho das pessoas respondentes numa abordagem mais econômica através dos seus principais indicadores. A situação ocupacional das/os respondentes é mostrada no gráfico 15 abaixo. Destaca-se o grande contingente de trabalhadores/as do setor público, representando 26,5% de respondentes, e de aposentadas/os, com 19,1%, no grupo de respondentes, cuja representação elevada certamente está relacionada às redes de contato atingidas pelas pesquisadoras. Os outros grupos são de pessoas assalariadas com carteira de trabalho, representando 16,7% de respondentes, trabalhador/a por conta própria, com 12,2%, desempregados/as, com 10,4%, e percentuais menores de trabalhador/a sem carteira assinada, 5,1%, e de pesquisador/a bolsista, 5,6%. Do total de respondentes, pouco menos de 2% (1,9%) se declararam dona de casa e 2,5% não estavam procurando emprego.

**(...) quanto a estar desempregado/a no momento da pesquisa, um percentual menor das mulheres, 9,8%, em relação aos dos homens, 12,5%, estavam nesta situação.**

**GRÁFICO 15: SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS/AS RESPONDENTES**



Fonte: Pesquisa *on-line* Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

E, quando se analisam os dados com recorte de sexo, a maioria dos dados mostra bastante equilíbrio, apesar do maior número de mulheres respondentes. Declararam trabalhar no setor público 26,8% das mulheres e 26,1% dos homens; 20,2% das mulheres e 14,9% dos homens estavam aposentados, um resultado que se coaduna com a discussão apresentada de os homens mais velhos serem aparentemente mais reticentes à pesquisa *on-line*. Em relação ao trabalho com carteira assinada, 18,4% das mulheres e 20,8% dos homens estavam nesta situação. Já quanto a estar desempregado/a no momento da pesquisa, um percentual menor das mulheres, 9,8%, em relação aos dos homens, 12,5%, estavam nesta situação. Este resultado surpreende porque tradicionalmente o desemprego é maior entre as mulheres. Talvez, por causa da pandemia, as mulheres no Brasil, assim como nos demais países, deixaram o mercado de trabalho para se dedicarem ao trabalho

para sua família, em decorrência do fechamento de escolas e creches e à exigência de isolamento social e, neste contexto, não se qualificam como desempregadas. Um percentual maior das mulheres, 5,4%, estava trabalhando sem carteira assinada, enquanto que dos homens o percentual era de 4%. Isto ilustra o fato de as mulheres estarem mais presentes em empregos com maior vulnerabilidade, em decorrência do fato de terem que conciliar família (trabalho de cuidados) e o trabalho remunerado. Por outro lado, um percentual maior dos homens, 14,6%, que de mulheres, 11,6%, trabalhavam por conta própria, podendo ou não serem contribuintes da previdência social. Um percentual bastante baixo de respondentes declarou ser dona de casa, mesmo assim com uma diferença bem grande em favor das mulheres, sendo 2,3% delas - o mesmo percentual de mulheres que não estavam procurando emprego - contra apenas 0,3% dos homens. Uma diversidade que pode estar relacionada à questão da divisão desigual dos trabalhos de cuidados, discutida anteriormente. E eram pesquisadores/as bolsistas quase o dobro de mulheres, 6%, contra apenas 3,4% dos homens, o mesmo percentual de homens que não estavam procurando emprego, certamente reflexo da inserção profissional acadêmica das coordenadoras da pesquisa (gráfico 15).

É importante ainda destacar se estas situações de inserção no mercado de trabalho operam diferentemente para as mulheres quando se consideram os marcadores sociais de raça ou cor. Neste sentido, um percentual bem maior de mulheres pretas, 16,8%, declararam que estavam desempregadas, um percentual superior ao médio da nossa amostra de respondentes, dentre as amarelas, 16,3% declararam estar nesta situação, e 13% das pardas. Comparativamente, o percentual de mulheres brancas, 7%, e indígenas, 6,2%, nesta situação era bem menor, inclusive menor que o da média de respondentes (10,4%). Ainda sobre a inserção no mercado de trabalho, são válidas algumas análises



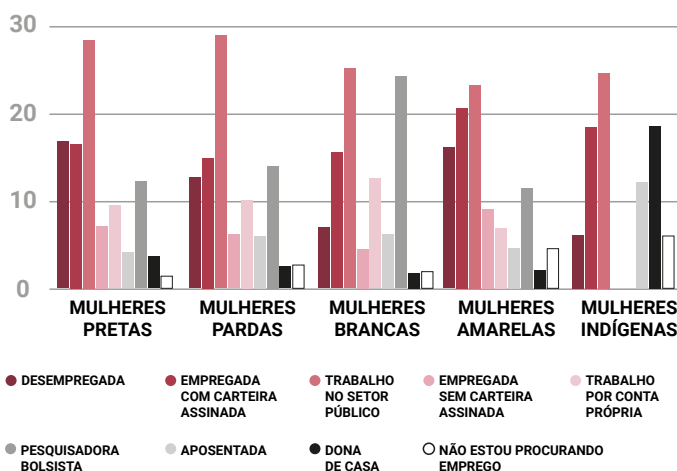
comparando mulheres brancas, 1.463 das respondentes, e negras (representadas pelas pardas e pretas), que somam 888 respondentes. Em relação às mulheres desempregadas, 53,1% delas eram mulheres negras, ou 13,6% de todas as mulheres negras participantes. Por outro lado, dentre as mulheres brancas, as desempregadas compreendiam 43,4% do total da amostra de desempregadas, mas apenas 6,8% das respondentes brancas, ou seja, menos da metade em comparação ao percentual das mulheres negras.

Dentre as mulheres que trabalhavam com carteira assinada, as amarelas se destacaram, com 20,9% delas nesta situação, seguidas das indígenas com 18,8%, pretas com 16,4% e brancas e pardas com pouco mais de 15%. É curioso notar que as mulheres pretas se destacam nos extremos. Elas foram as que mais reportaram estar desempregadas e também estavam entre as que mais tinham emprego com carteira assinada. Do total de mulheres respondentes que eram trabalhadoras com carteira assinada, 60,4% delas eram mulheres brancas e 36,3% negras. Neste quesito, no entanto, a diferença de raça ou cor mostrou ter menos peso, sendo que 15% das mulheres brancas e também das negras tinham emprego com carteira assinada (gráfico 16).

As mulheres que trabalhavam no setor público estavam bem distribuídas entre todos os grupos de raça/cor, com destaque para o grande percentual de mulheres pretas e pardas (com um percentual em torno de 29%) e indígenas, 25%, nesta categoria. Em contrapartida, também são as mulheres indígenas que têm maior percentual do seu grupo trabalhando sem carteira assinada, 12,5%, seguidas das amarelas, com 9,3%, sendo que o menor percentual estava entre as mulheres brancas, 4,4%. Dentre as mulheres que trabalham por conta própria, as mulheres brancas apresentam o maior percentual, 12,7%, enquanto que nenhuma das indígenas estava nesta categoria. Em relação às pesquisadoras/

bolsistas, elas são 6,4% das mulheres brancas; 6,2% das pardas; 4,7% das amarelas; 4,2% das negras e 0% das indígenas, o que mostra a necessidade de ampliação das oportunidades ou cotas para pessoas indígenas nos cursos de pós-graduação (gráfico 16). Contudo, é válido lembrar que a participação de mulheres brancas na pesquisa é bastante superior à participação das mulheres dos demais grupos raciais ou de cor.

**GRÁFICO 16: SITUAÇÃO OCUPACIONAL DAS MULHERES, SEGUNDO RAÇA OU COR**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

No grupo das mulheres brancas, as aposentadas correspondem a 24,6%, o maior percentual dentro dos grupos de raça/cor, o dobro do percentual para os demais grupos em que o percentual de mulheres aposentadas ficou em torno de 12%. Dentre as donas de casa, são as indígenas que se destacam com 18,8%, enquanto nos demais grupos esta ocupação chega a no máximo 3,5%, no caso das mulheres pretas. Já as mulheres que não estão procurando emprego, no grupo

das indígenas elas correspondem 6,3%; 4,7% das amarelas, 2,8% das pardas; 2% das brancas e 1,4% das pretas.

Em relação às mulheres aposentadas, ou seja, que possuem uma renda fixa e estável, 74% delas eram mulheres brancas, sendo que elas representam 24,6%. Dentre todas as aposentadas, as mulheres negras representam 24,4% e eram 13,5% dentre todas as mulheres negras respondentes. Esses dados reforçam a importância das análises com recorte de raça ou cor para a definição das políticas públicas, quando se pretende uma redução das desigualdades raciais (gráfico 16).

Ainda sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, vale um olhar sobre a difícil conciliação entre família e trabalho. Como historicamente as mulheres são as responsáveis por conciliar os cuidados com a família e o trabalho remunerado, esta pesquisa teve preocupação em analisar especificamente a participação no mercado de trabalho do grupo de mulheres com filhos/as menores de 14 anos. O resultado é que a maior porcentagem, 37,6% delas, trabalhava no setor público; 18,4% tinham trabalho com carteira assinada, 13,4% trabalhavam por conta própria e 11,2% estavam desempregadas. Com relação aos homens na mesma condição, sua condição em relação ao mercado de trabalho era relativamente mais positiva, sendo que 32,7% trabalhavam no setor público; 33,6% estavam em um trabalho com carteira assinada, 18,7% trabalhavam por conta própria e 5,6% estavam desempregados.

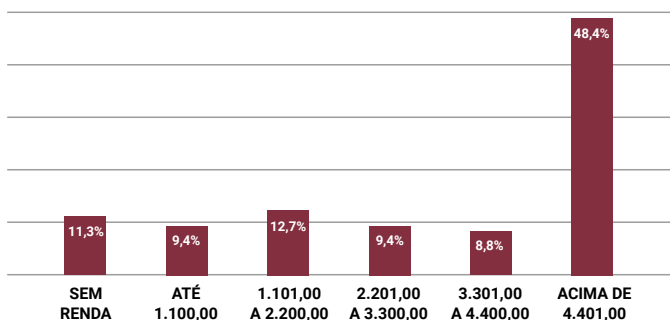
### *2.1.10 Rendimentos e situação de moradia*

Em relação aos rendimentos declarados pelas pessoas respondentes, 11,3% não tinham renda no momento da pesquisa, percentual que corresponde aos desempregados/as e donas de casa. Por outro lado, quase a metade das/os participantes, 48,4%, declararam ter

rendimento mensal maior que R \$4.401,00, valor superior ao de quatro salários mínimos nacional (de R \$1.100,00) (gráfico 17). Como a pesquisa não foi feita com critérios para se definir uma amostra representativa do universo país, o perfil dos/as respondentes alcançados de forma aleatória a partir dos contatos das pessoas envolvidas na pesquisa gera uma amostra que, sob alguns aspectos, pode estar viesada, como é o caso da renda média das pessoas participantes da pesquisa on-line. Os resultados refletem, portanto, ao perfil com muitas/os servidoras/es públicas/os e que pertencem aos estratos médios da sociedade.

Dentre as mulheres respondentes, a maioria, 46,6%, tinham renda superior a quatro salários mínimos, o que se repetiu entre as mulheres com filhos/as menores de 14 anos, em que 42,3% também estavam no estrato superior de renda definida na pesquisa. Por outro lado, um percentual também alto, 34% do total das mulheres respondentes e 36,5% das mulheres com crianças de até 14 anos tinham renda de até três salários mínimos. Contudo, chama a atenção a proporção de mulheres que não tinham renda e eram economicamente dependentes, sendo 10,6% do total de mulheres e 12,3% dentre as que tinham filhos/as menores de 14 anos.

**GRÁFICO 17: FAIXA DE RENDA MENSAL DOS/AS RESPONDENTES**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Também a maioria dos homens respondentes, 55,3%, estavam no estrato de renda acima de quatro salários mínimos e 13,4% não tinham renda. Este percentual, maior que o das mulheres, pode estar influenciado pelo grupo de homens mais jovens dentre os que responderam à pesquisa. Quando se analisam os homens com filhos/as de até 14 anos, um percentual menor deles relativamente ao de mulheres, 6,5%, não possuíam renda e 78,5% tinham rendimentos mensais acima de três salários mínimos, sendo que destes, 67,3% ganhavam mais que quatro salários mínimos.

Conforme apresentado no perfil geral das pessoas respondentes da pesquisa, o público participante tem média de renda mais alta, e, portanto, é baixo o percentual de pessoas que participavam de algum programa social ou de transferência de renda durante a realização da pesquisa. Mesmo assim, dentre as mulheres pesquisadas, 8,2% delas participava de algum programa de transferência de renda, sendo o auxílio emergencial o programa de transferência mais citado, com 4,2% das mulheres. Uma resposta razoável, uma vez que a pesquisa foi realizada ainda durante a pandemia de Covid-19. É válido ressaltar que, dentre as 96 mulheres que reportaram receber auxílio emergencial, 33,3% eram mulheres brancas e 64,6% eram negras, com maior percentual de pretas (39,6%), o que mostra mais uma vez a desigualdade econômica entre mulheres de raça ou cor distintas, geralmente com as negras em situação de maior vulnerabilidade.

Analisando-se o gráfico 18, destaca-se novamente a desigualdade com relação à renda mensal, quando se utiliza o recorte de raça ou cor. Enquanto mais da metade das mulheres indígenas, 53,3%, ou não têm renda ou ganham até R \$1.100,00, as brancas são as que apresentam o menor percentual de mulheres nesta situação, apenas 14,2% delas. Entre as demais mulheres, 27,9% das amarelas, 28,5% das pardas e

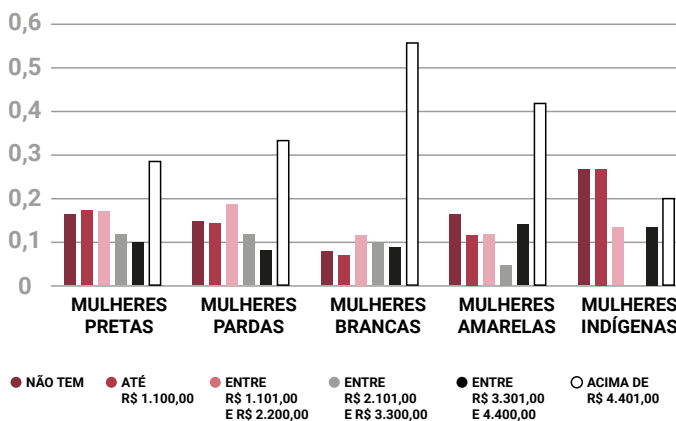
33,4% das pretas estão nesta mesma situação.

Por sua vez, mais da metade das mulheres brancas, 56,1%, tinham renda acima de quatro salários mínimos, enquanto que nesta situação eram 41,9% das amarelas, 33,3% das mulheres pardas, 28,6% das pretas e 20% das indígenas, um recorte que destaca o acesso desigual à renda mais alta, de acordo com as diferenças de raça ou cor. Reforçando esta análise, dentre as mulheres pardas, 52,6% têm renda igual ou superior R \$2.201,00, a maioria das mulheres pretas está nas faixas de renda mais baixa, sendo que 50,8% delas têm renda mensal de até R \$2.200,00, e a grande maioria das mulheres brancas, 65,3%, tem renda acima de R \$3.301,00.

Analisando-se especificamente os dados relativos às mulheres que não tinham renda própria, 7,6% das brancas, 14,4% das pardas, 16,3% das amarelas, 16,4% das pretas e 26,7% das indígenas estavam nesta situação. Assim, ao analisar as mulheres dentro dos seus próprios grupos raciais, observamos que as mulheres brancas têm, na média, maior rendimento, e também apresentam o menor percentual de mulheres que não possuem renda, reforçando o privilégio deste grupo de mulheres na sociedade brasileira (gráfico 18).

**Por sua vez, mais da metade das mulheres brancas, 56,1%, tinham renda acima de quatro salários mínimos, enquanto que nesta situação eram 41,9% das amarelas, 33,3% das mulheres pardas, 28,6% das pretas e 20% das indígenas, um recorte que destaca o acesso desigual à renda mais alta, de acordo com as diferenças de raça ou cor.**

**GRÁFICO 18: FAIXA DE RENDA MENSAL DAS MULHERES, SEGUNDO RAÇA OU COR**



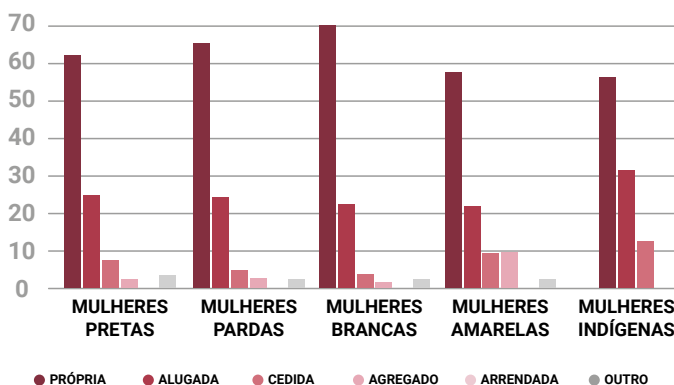
Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Em relação à pergunta sobre a situação de moradia, 67,2% das pessoas respondentes afirmaram que residiam em imóvel próprio, 23,5% moravam de aluguel e 9,3% em imóvel cedido, arrendado ou viviam como agregados/as.

Do total das mulheres respondentes 67,2% afirmaram morar em imóvel próprio, 23,1% moravam em imóvel alugado, 5% viviam em imóvel cedido e 2,2% eram agregadas em residências de terceiros. Contudo, há distinções quando observamos as condições de moradia por raça ou cor. As mulheres brancas apresentaram o maior percentual (69,7%) de mulheres morando em imóvel próprio, sendo que o percentual para as mulheres pretas e pardas ficou acima de 62% e para amarelas e indígenas, acima de 56%. Dentre as mulheres que moram de aluguel, foram as mulheres indígenas que se destacaram (31,2%), sendo que para todas as demais o percentual ficou em torno de 23%. E o percentual de

mulheres respondentes por coorte de raça ou cor, as indígenas foram as que apresentaram maior percentual de mulheres que moravam em imóvel ou propriedade cedida, seguidas das amarelas, com 9,5%. As demais mulheres por grupo de raça ou cor apresentaram percentuais mais baixos, entre 4 e 7% (gráfico 19).

**GRÁFICO 19: SITUAÇÃO DE MORADIA DAS MULHERES, SEGUNDO RAÇA OU COR**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

### 2.1.11 Escolaridade

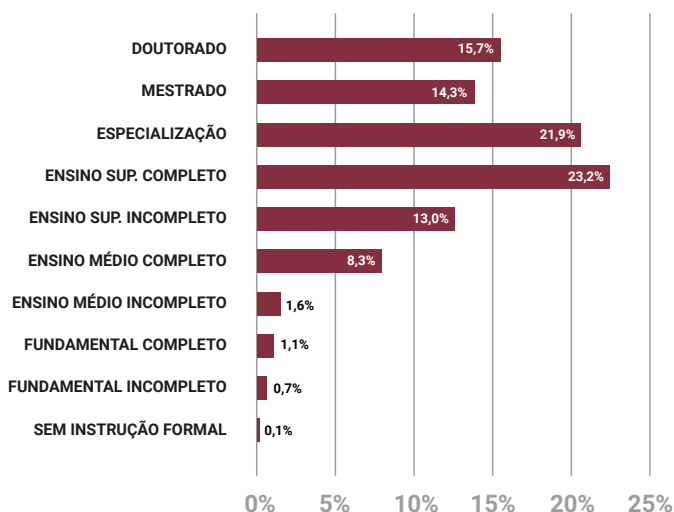
A educação tem considerável impacto nas características socioeconômicas e demográficas da população e isso expressa-se nos comportamentos reprodutivos e de saúde, nos níveis de rendimento e mobilidade social. Desta forma, as informações sobre o perfil educacional das/os respondentes são essenciais para se conhecer a realidade da vivência social destas pessoas na pandemia.

As respostas mostraram que, segundo o grau de instrução, 96,4%



das/dos respondentes têm ensino médio completo ou superior, um percentual bem superior ao da média brasileira, como visto na primeira seção do texto. Além disso, 23,2% têm nível universitário ou superior completo, e 30,0% têm doutorado ou mestrado, 21,9% têm cursos de especialização; e 21,3% têm ensino superior incompleto ou ensino médio completo (gráfico 20). Como 78,9% dos/as respondentes eram mulheres, isso espelha a vitória feminina no campo educacional. Sua superioridade na educação tem contribuído para a redução da desigualdade de gênero no Brasil (MELO; THOMÉ, 2018, cap. 5; MELO; MORANDI, 2021).

**GRÁFICO 20: GRAU DE INSTRUÇÃO DOS/AS RESPONDENTES**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

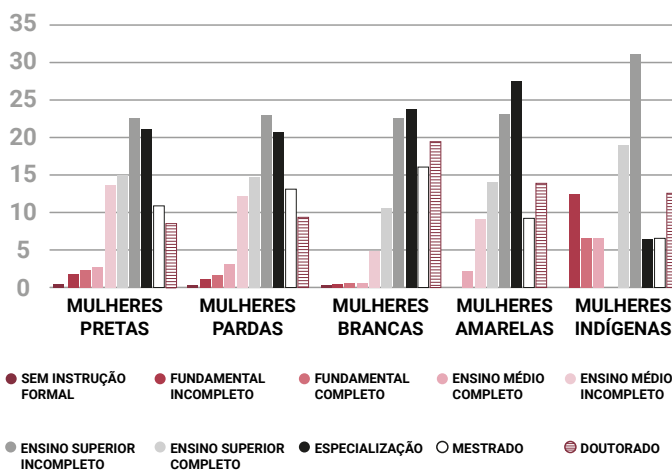
O nível de instrução do grupo de mulheres com filhos/as menores de 14 anos é alto, pois 57,7% possuíam diferentes níveis de pós-graduação, e 19,5% haviam concluído o ensino superior. Se relembrarmos a faixa

etária dessas mulheres, mais a idade de filhos, e outros marcadores sociais, estes dados reforçam o perfil da mulher urbana e de classe média com alta escolaridade, que tem postergado a maternidade e reduzido o número de filhos. Os homens de mesmo perfil também tinham alto nível de escolaridade, sendo que mais da metade, 57,9% tinham diferentes níveis de pós-graduação e 28% afirmaram possuir nível superior completo.

Portanto, a escolaridade das mulheres participantes corresponde ao perfil de classe social já mencionado, pois para todos os grupos de raça ou cor, as mulheres com ensino superior completo eram em torno de 23% ou mais, com destaque para as indígenas, das quais 31,2% tinham curso superior completo. No entanto, na medida que os níveis de pós-graduação aumentam, as indígenas têm menor representação, enquanto as mulheres brancas têm maior. No caso das mulheres com mestrado e doutorado, as mulheres brancas apresentaram maior percentual em seu grupo racial (16,2% eram mestras e 19,6% doutoras) quando comparadas com as mulheres dos demais grupos, reforçando os resultados do Censo da Educação Superior (INEP, 2018), que aponta que 52,4% das professoras universitárias no país são brancas (gráfico 21).

**(...) a escolaridade das mulheres participantes corresponde ao perfil de classe social já mencionado, pois para todos os grupos de raça ou cor, as mulheres com ensino superior completo eram em torno de 23% ou mais, com destaque para as indígenas, das quais 31,2% tinham curso superior completo.**

**GRÁFICO 21: SITUAÇÃO OCUPACIONAL DAS MULHERES, SEGUNDO RAÇA OU COR**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

### 2.1.12 Pessoas com algum tipo de deficiência

A quase totalidade das pessoas que participaram da pesquisa reportaram não ter nenhum tipo de deficiência, sendo que apenas 3,2% delas ou 94 pessoas relataram algum tipo de deficiência, indicando geralmente doenças ou sintomas relacionados de alguma forma à idade, como problemas ou algum nível de dificuldade para locomoção (problemas de joelho, coluna), doenças degenerativas (Parkinson, doença neurológica) ou outras (algum nível de surdez, problemas de visão, etc.).

Dentre as mulheres, a grande maioria não possuía qualquer tipo de deficiência. Apenas 76 mulheres ou 3,2% alegaram possuir algum tipo de deficiência. Ao observar as mulheres com deficiência, segundo

o coorte de raça ou cor, 38 ou metade das mulheres com alguma deficiência eram brancas; 26 ou 34,2% eram pardas; 10 ou 13,2% eram pretas; uma era amarela e uma indígena.

### *2.1.13 Moradia e arranjos familiares*

Mais da metade dos/as respondentes, 51,6%, eram pessoas adultas, com idade entre 19 e 64 anos, e não moravam sozinhas. Do total de respondentes, 44,4% moravam com uma ou mais crianças de zero a 12 anos e 26,8% moravam com um ou mais adolescentes (pessoas de 13 a 18 anos), 34,2% moravam com pessoas idosas, de 65 ou mais anos, e 7,4% habitavam com pessoas que tinham alguma deficiência.

Em relação ao arranjo familiar das mulheres, quase um quinto delas, 19,5%, morava sozinha, percentual que não se altera significativamente quando observamos estes arranjos dentro dos diferentes grupos raciais ou de cor. Do conjunto de homens respondentes, apenas 12,6% moravam sozinhos, um percentual bem menor comparativamente às mulheres.

Em relação às pessoas que viviam com crianças ou adolescentes, do grupo de mulheres, 46,1% delas viviam com crianças, enquanto que apenas 37,8% dos homens estavam nesta situação. E das pessoas que viviam com adolescentes, 27,5% das mulheres reportaram que moravam com um ou mais adolescentes, contra 24,7% dos homens. O que se pode observar é que, na média, as mulheres moram mais frequentemente com crianças e adolescentes que os homens, um resultado coerente com os dados para o Brasil como um todo, comentados na primeira parte do trabalho.

## *2.2 A percepção dos cuidados: custos financeiros e sociais*

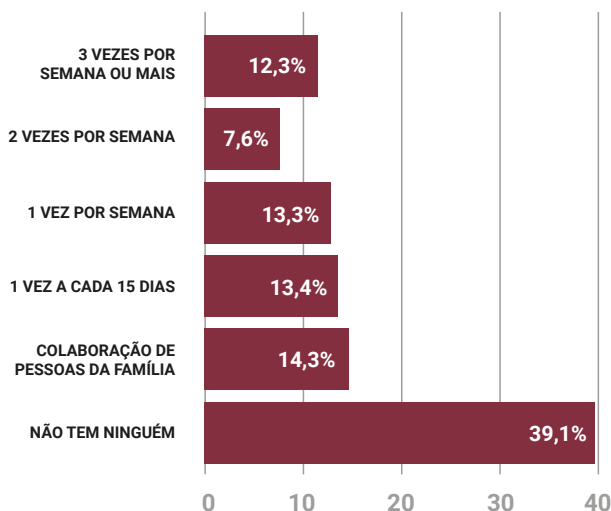
Tanto na literatura feminista de gênero como culturalmente nas várias sociedades, os trabalhos domésticos são reconhecidos como atividades de responsabilidade principalmente das mulheres (FEDERICI, 2021, p. 35). Trata-se de uma distribuição de tarefas socialmente construída e que termina por sobrecarregar as mulheres, que, no entanto, podem contar com a ajuda de outras pessoas para dividir essas tarefas diárias e repetitivas. Neste sentido, foi incluída a pergunta sobre se a pessoa respondente contava ou contratava alguém para fazer ou auxiliar com o trabalho doméstico.

Os gráficos seguintes explicitam as condições em que os/as respondentes viviam seu cotidiano em relação à organização e execução das tarefas domésticas e de cuidados familiares, por exemplo, se contratavam trabalhadoras domésticas ou cuidadoras para a realização de tarefas no seu domicílio. Em relação aos trabalhos domésticos, como preparar alimentos, lavar pratos/panelas, limpar a casa, lavar roupas, etc., observou-se que 46,6% de respondentes declararam contratar trabalhadoras domésticas, com periodicidade variada, e 39,1% responderam que faziam tudo sozinhas (gráfico 22).

O resultado foi que a maioria, 53,4% declararam não pagar pelo serviço doméstico, sendo que 14,3% contavam com a colaboração de outras pessoas da família. As demais 46,6% das pessoas respondentes contratavam alguém para realizar ou ajudar nos trabalhos domésticos. Dentre estas, 33,2% contratavam para jornadas de um dia a três por semana e 13,4% apenas uma vez a cada 15 dias. Estas respostas podem indicar que a pandemia e os meses de isolamento social que se fizeram necessários podem ter provocado mudanças no comportamento das famílias brasileiras com relação à distribuição das tarefas domésticas

entre membros da família e pessoas contratadas. Até 2019, as/os trabalhadoras/es domésticas/os brasileiras/os representavam cerca de 9% desta ocupação no mundo (ECLAC, 2021). A grande perda de postos de trabalho desta categoria, segundo dados do IBGE (PNAD Covid-19, 2020; PNAD Contínua, 2020 e 2021), pode implicar uma transformação neste mercado de trabalho em consequência da pandemia, da crise econômica decorrente e dos novos possíveis arranjos familiares relativos aos cuidados (gráfico 22).

**GRÁFICO 22: CONTRATAÇÃO DE PESSOA PARA REALIZAÇÃO DOS AFAZERES DOMÉSTICOS POR PARTE DOS/AS RESPONDENTES**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Ou seja, das pessoas que contratavam alguém, o maior percentual era de contratos sem vínculos empregatícios, como diaristas contratadas para trabalharem apenas um ou dois dias na semana. Na realidade, a regulamentação da ocupação não conseguiu ampliar a formalização da categoria, devido à brecha permitida pela Lei, que reconhece que

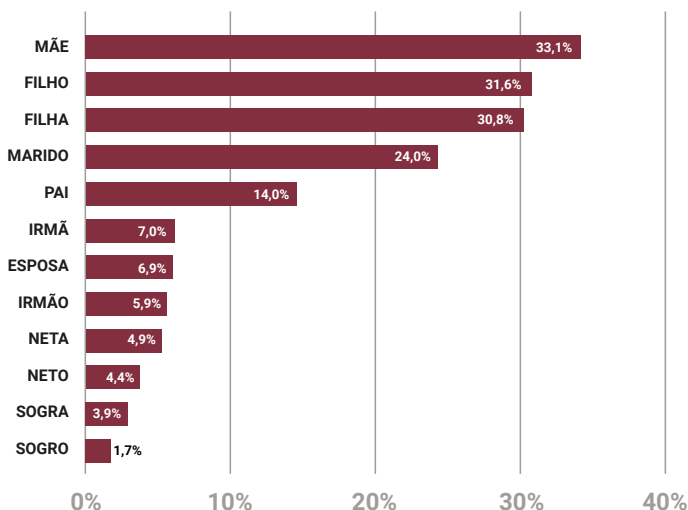
só configura vínculo empregatício os casos em que o/a trabalhador/a doméstico/a tiver sido contratado/a para trabalhar acima de três dias na semana. Nesse caso a Lei exige a assinatura da carteira de trabalho e o pagamento dos benefícios estipulados na legislação trabalhista nacional. O resultado da pesquisa, sob alguns aspectos, retrata bem a tendência deste Brasil que teima em permanecer no passado. Dentre as mulheres que não contratam ninguém para auxiliá-las com as tarefas domésticas, em ordem decrescente estão as indígenas, em que 64,3% delas estão nesta situação, as pretas (57,2%), pardas (48,3%), amarelas (43,6%) e brancas (31,8%).

Dentre as pessoas com filhos/as menores de 14 anos, 43,6% das mulheres afirmaram não contratar empregada doméstica, assim como 27,4% dos homens na mesma situação. Com relação às mulheres, 13,6% não contratavam serviço doméstico, mas contavam com a colaboração de pessoas da família para sua execução, enquanto que 16% dos homens estavam na mesma situação. Por outro lado, 9,5% das mulheres e 12,3% dos homens neste perfil contratavam uma pessoa uma vez a cada quinze dias, 8,6% das mulheres e 10,4% dos homens contratavam diarista uma vez por semana, 5,2% das mulheres contratavam diarista 2 vezes por semana, contra 12,3% dos homens, e 19,5% das mulheres contratavam uma pessoa três ou mais vezes por semana, enquanto que 21,7% dos homens estavam na mesma situação. Os dados mostram que, no geral, os homens buscam mais suporte para a realização dos trabalhos domésticos que as mulheres.

Em relação à pergunta sobre se a pessoa respondente cuidava de alguém constantemente, pouco mais da metade, 50,4%, respondeu que sim, que cuidava de alguém. E dentre estas pessoas, 33,1% responderam que cuidavam da mãe, 31,6% do filho, 30,8% da filha e 24% declararam cuidar do marido, notando-se que para todas as relações de parentesco houve alguma declaração de que eram cuidadas

(gráfico 23). A pesquisa, porém, não permite afirmar quanto a pandemia de Covid-19 pode ter influenciado essas respostas.

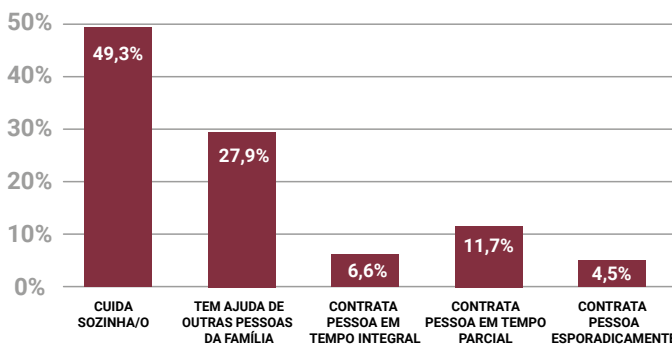
**GRÁFICO 23: DE QUEM OS/AS RESPONDENTES CUIDAVAM CONSTANTEMENTE**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Nota: A pessoa pode escolher mais de uma opção.

**GRÁFICO 24: DE QUEM O/A RESPONDENTE RECEBE AJUDA PARA AS TAREFAS DE CUIDADO**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.



O gráfico 24 mostra as respostas relativas especificamente às tarefas de cuidados, conceito definido pelo IBGE como as atividades realizadas pelas pessoas no domicílio em prol de familiares ou parentes não moradores. Dentre as respostas, quase a metade, 49,3%, dos/as respondentes afirmou cuidar sozinho/a da/s pessoa/s da família, o que reforça a tese da tendência de redução da contratação de pessoas para a realização de atividades relacionadas tanto aos afazeres domésticos quanto aos cuidados ao longo de 2020 no Brasil. A ajuda de outra pessoa da família aparece com 27,9% de respostas e a contratação de cuidadoras/es em 22,8% das respostas, sendo 6,6% em tempo integral, 11,7% em tempo parcial e 4,5% esporadicamente.

Para as pessoas com filhos menores de 14 anos, na questão relativa a quem recebe cuidados constantemente, 57,1% das mulheres responderam que cuidavam da filha e 60,8% do filho, relativas às respostas mais frequentes. Outras respostas relevantes foram que cuidavam do marido, abarcando 26,3% das respostas, 19,7% cuidavam da mãe, 9,2% do pai, 3,4% da sogra e 2,4% da irmã. É importante lembrar que esta questão permitia múltipla escolha. Assim, com as 380 pessoas respondentes, obtivemos 729 respostas, ou seja, na média, cada mulher mãe de crianças abaixo de 14 anos cuidava constantemente de mais de uma pessoa, mesmo as que não estavam casadas.

Ao contrário das mulheres, os homens com filhos/as menores de 14 anos responderam cuidar constantemente mais frequentemente da filha (63,4%), seguido do filho (53,5%) e as demais respostas foram: esposa 36,6%, mãe (8,4%), sogra (5,6%), neto (4,2%), sogro (2,8%) e pai (1,4%). Como foi o caso de Mário (do estado da BA, homem, indígena, 55 anos, casado, um filho e agente de saneamento) que afirmou cuidar da esposa, dos filhos e da comunidade, que afirma que *“nesse sentido que tô te falando né, o meu cuidado, o meu carinho, também da minha, da*

*minha comunidade, mas em especial mesmo da minha esposa e meus filhos*". Joaquim (do estado de PE, homem, branco, 48 anos, casado e fisioterapeuta) não possui filhos e afirmou que cuida constantemente dos seus pacientes no trabalho. Sendo os pacientes as primeiras pessoas que mencionou quando pensou em cuidados. Logo a seguir acrescentou que em casa cuida da sua esposa. Para ele, o *"cuidar é o dia a dia juntos, um cuidando do outro, zelando pelo outro"*.

Vale ressaltar que dos 107 homens que possuem filhos/as abaixo de 14 anos, 36 deles ou 33,6% ignoraram a pergunta e não responderam. Já dentre as mulheres, 41 ou 9,7% deixaram de responder. Todavia, deve-se destacar que a percentagem dos homens casados que afirmaram não cuidar de nenhuma pessoa constantemente foi significativa, 55,7%, o que explicita de forma candente que estas tarefas não estiveram presentes ao longo de suas vidas e que são vistas como obrigações femininas (MELO; MORAES, 2021, pp. 25-49). Por outro lado, do total de homens respondentes, 44,3% afirmaram cuidar de alguém constantemente, sendo que 35% indicaram que cuidavam da esposa, da filha (31,4%), filho (30,1%), mãe (23,9%), pai (14,6%), sogra (6,2%), irmã (4,9%), neta ou neto (3,1%), sogro (2,6%), marido (2,2%), e 16,8% afirmaram cuidar de outras pessoas, como parentes (tio, tia, enteada, enteado), animais de estimação, pessoas que atende no trabalho, e empregada doméstica da sua residência.

Do total de mulheres casadas, 64% afirmaram cuidar de alguém constantemente, sendo que 48,3% afirmaram cuidar do marido, 37,6% do filho, 33,9% da filha, 29,6% da mãe, 12,2% do pai, 5,2% da sogra, 2,1% do sogro, 2,2% da esposa, 4,9% do neto, 3,7% da neta, 4,9% da irmã e 3,7% do irmão. Cuidam de outras pessoas 14,4% das mulheres casadas, que afirmaram cuidar constantemente de animais de estimação, parentes (avó, cunhado, sobrinho, prima, nora, genro, enteada,

sobrinha), pessoas próximas (vizinhos/as, afilhada/o, amigos, familiares do/a companheiro/a), alunos/as, empregada doméstica, pacientes em hospital, pessoas desamparadas, cuidam de si mesmas, dos afazeres domésticos.

Na pergunta sobre quais as tarefas listadas seriam cuidados, os/as respondentes podiam marcar mais de uma opção. A grande maioria das alternativas listadas obteve 60% ou mais de resposta como indicando sim trabalho, com exceção das opções “fazer procedimentos estéticos (cabelo, pele, unha, depilação, massagem, etc.)”, que 48,5% de respondentes marcou como sendo atividade de cuidados, 57,6% marcaram “descansar ao longo do dia”, “plantar ervas medicinais e alimentos para consumo próprio e familiar” com 55,6% de respondentes, e “buscar água”, com 50,4% de respondentes. É interessante notar que as tarefas que tiveram menor adesão estão muito relacionadas ao próprio cuidado ou mais claramente relacionadas ao bem-estar, com exceção da tarefa de buscar água que provavelmente não foi entendida como tarefa de cuidado porque não faz parte do cotidiano da média das pessoas atingidas pela pesquisa, que possuem água encanada.

Na pergunta sobre quais atividades expressavam, na opinião do/a respondente, tarefas de cuidados, as seis opções mais selecionadas por todas as mulheres, sem distinção de raça ou cor foram “preparo de alimentos/refeições”, “limpeza da casa, decoração e manutenção”, “alimentar, dar banho, trocar roupa de crianças”, “levar crianças, idosos ou pessoas com deficiência ao médico”, “alimentar, dar banho, trocar roupa de idosos ou pessoas com deficiência” e “alimentar o animal de estimação, passear, levar ao veterinário ou limpar urina e fezes”. As principais escolhas das referidas tarefas são interessantes, pois demonstram que, para as mulheres que participaram da pesquisa, os cuidados envolvem tarefas domésticas, atenção e responsabilidades

com crianças, idosos e animais domésticos. É válido chamar atenção que, dentre as 24 opções discriminadas no formulário, os cuidados com animais domésticos apareceram como a sexta opção mais escolhida pelas mulheres, mostrando também a valorização dos cuidados com outras espécies. E essa inclusão também aparece nos relatórios de pesquisa do IBGE e de outras pesquisas similares (MORAES *et al*, 2020, pp. 171-208).

Júlia (do estado de PE, mulher branca, 49 anos, casada, sem filhos, dona de casa e estudante de mestrado) respondeu acerca da sua percepção sobre cuidado, pautada em sua situação atual, como cuidadora de duas idosas, a mãe e a tia de sua esposa. Segunda ela: *“Cuidado é tanta coisa (risos), cuidado é você... primeiro é você, não é simplesmente você fazer as coisas. É fazer realmente, na minha concepção, com cuidado, com cuidado com a saúde, porque não é simplesmente você fazer uma comida, né, mas você fazer uma comida pensando que aquela comida precisa dar uma qualidade de vida a pessoa, e ela não pode prejudicar a saúde. Então tem que ser uma comida sem ser gordura, uma comida que não contenha sal, então isso requer um, isso requer um cuidado. [...] Isso requer uma demanda muito grande, porque você precisa planejar e pensar tudo isso, por exemplo agora eu tô vivendo isso, todo momento eu vivo isso, eu vivo esse planejar desse cuidado. Toda vez que eu vou pensar em fazer uma comida, toda vez eu penso em fazer alguma coisa, eu penso em limpar uma casa, eu penso como, se aquilo vai, o que é que vai proporcionar bem-estar para essas pessoas que moram comigo. Porque eu passei anos nesse cuidado, eu era a cuidada né, por conta de um tratamento de saúde, de doença que eu enfrentei, eu fui muito cuidada, e a partir desse momento, dessa mudança eu passei a cuidar né? E o sentimento pra mim foi dar esse retorno, sabe? De dar esse retorno mesmo sabendo que a gente perdeu a liberdade, mesmo sabendo que a gente, que a gente não tem mais a mesma rotina, a gente*

*não tem mais o nosso tempo, não é mais o meu tempo, não é mais o tempo da minha companheira, é o tempo delas”.*

Destacamos este depoimento, pois, além de ressaltar o entendimento acerca do cuidado com a alimentação, assim como aconteceu com a maioria das pessoas respondentes tanto do questionário on-line quanto das entrevistadas, Júlia traz a complexidade do cuidado. Ela deixa claro que não é apenas a alimentação, mas a disposição dos móveis em casa, além da necessidade de limpeza constante para deixar as idosas receptoras de seus cuidados confortáveis. Por outro lado, ela ressalta a carga mental deste trabalho, na medida que é necessário organizar a sua rotina para efetivar todas as atividades de cuidados necessários ao longo do dia. A fala dela deixa claro também que o trabalho dos cuidados inclui também o gerenciamento destas tarefas e o planejamento sobre como incorporá-las às demais tarefas do seu dia-a-dia, além de organizar seu tempo para as obrigações do mestrado. Este depoimento deixa claro a interdependência das pessoas em relação à necessidade de receber cuidados (OROZCO, 2006). Júlia, nos últimos dois anos, necessitou de cuidados por questões de saúde, e hoje, já recuperada, ela se transformou em cuidadora em tempo quase integral. Vale ainda ressaltar que o caso dela reflete a história de muitas mulheres lésbicas, que acabam assumindo os cuidados de pessoas idosas ou enfermas quando os demais membros da família se eximem deste cuidado com a justificativa que a sua família (heteronormativa) já lhes toma tempo suficiente.<sup>28</sup> São nestas situações extremas que muitas famílias homoafetivas passam a ser respeitadas

---

28 Lorena Lima de Moraes e Nathália Nascimento (2020), ao pesquisarem a trajetória de mulheres rurais solteiras e sem filhos no Nordeste brasileiro, identificaram que estas mulheres sofrem cobranças sociais até o momento que são vistas como úteis para o cuidado das pessoas idosas e/ou enfermas e, assim, deixam de ser cobradas por uma função social de esposa e mãe e passam a ser vistas pelos irmãos e irmãs casados/as, que não se disponibilizam para esta tarefa, como a melhor alternativa para prover os cuidados dos familiares dependentes.

pelos demais familiares, quando estas pessoas assumem a provisão do cuidado negada pelos demais membros das famílias.

Carolina (do estado da BA, mulher negra, 39 anos, casada, um filho e professora universitária) aponta outros elementos para esclarecer sua compreensão sobre o que são cuidados. Mãe de primeira viagem, ela inicia seu depoimento referindo-se aos cuidados que direciona para seu filho, que nasceu durante a pandemia. Assim, ela destaca que cuidados envolvem tarefas como *“marcar médico, saber a data, a hora do médico certinho, marcar exames. Ver a pele dele como é que tá, os carocinhos... ver se tem carocinho, ver se tem alguma ferida, coloração”*. Acrescentando em seguida questões relacionadas à sua relação afetiva, *“ver se meu parceiro está bem, né? Emocionalmente, é cuidar da relação também, né? Tentar conversar, dialogar”*. *“E no cotidiano, no dia a dia, é você se preocupar com a comida da casa, né? É... com a limpeza, com a organização, com a higiene. É... eu acho que brincar também com meu filho é um tipo de cuidado, né? Porque criança precisa de brincadeira, de atenção, afeto eu acho que é um tipo de cuidado também, aí você tá cuidando do emocional das pessoas que estão ao seu redor. Então acho que cuidado não é só tarefa física, né? Também... Pagar as contas acho que é um tipo de cuidado também (risada) da manutenção da vida, né? Da nossa vida assim, nessa sociedade que a gente vive, né? Que é uma sociedade que exige que você pague coisas para que a gente sobreviva, né? Que a gente viva. Então é isso... Envolve esses tipos de tarefas assim”*. Pode-se perceber que Carolina hierarquiza suas tarefas de cuidadora na família, destacando primeiro os cuidados com o filho de um ano de idade, em seguida os cuidados com a sua relação com o companheiro e a importância de cuidar do relacionamento, e, em terceiro lugar, fala sobre os cuidados com a alimentação, que até o momento era a questão que mais foi lembrada pelas pessoas respondentes do formulário e das entrevistas. Algo que devemos destacar dos vários

depoimentos é que a compreensão sobre o que é cuidado está muito diretamente ligada às distintas fases da vida dessas pessoas, muito provavelmente porque cuidados é um termo, um conceito, ainda muito novo para as pessoas em geral.

Para uma análise sobre qual a percepção das pessoas em relação às tarefas de cuidado no Brasil, a pesquisa incluiu a pergunta sobre se as tarefas de cuidados eram ou não consideradas trabalho. Como resposta, 78,9% das mulheres concordaram que cuidado é sim trabalho, 16,9% não reconheceram estas tarefas como sendo trabalho e 4,2% não souberam responder. Embora nas entrevistas essa percepção tenha tido mais nuances. Eduarda (do estado de SC, mulher negra, 39 anos, casada, 3 filhos e trabalhadora doméstica)<sup>29</sup>, por exemplo, afirmou que *“Não deixa de ser! Sim é trabalho”*. Mas quando perguntada sobre por que as pessoas não consideram estas tarefas trabalho, argumentou que *“Porque tu fica em casa. Tu não fez nada”*. Já Linda (do estado do RJ, mulher parda, 47 anos, casada, dois filhos adultos, faxineira) afirma que *“Cuidado é a pessoa ser limpa”*. Enquanto que para Joaquim (do estado de PE, homem branco, 48 anos, casado, sem filhos, fisioterapeuta), cuidado *“É bem-estar físico, social e espiritual”*. Uma dubiedade sobre o que exatamente são os cuidados que aparece em outras respostas.

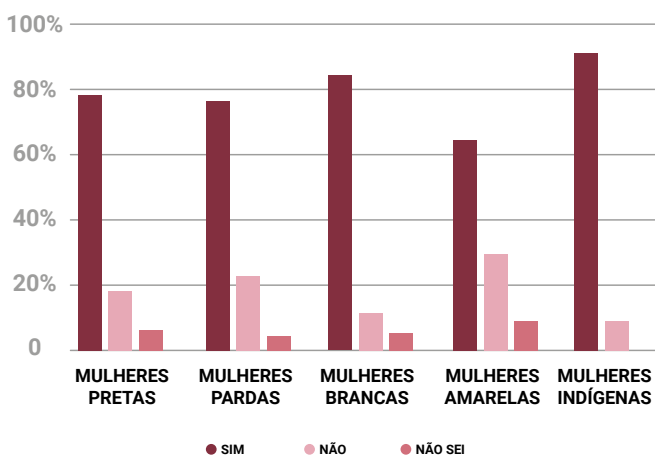
Ao olharmos para os dados separados por grupos raciais ou cor, entre as indígenas 92,3% reconheceram estas tarefas como trabalho, 81,8% das brancas, 77,1% das mulheres pretas, 73,8% das pardas e 64,1% das amarelas. Ou seja, a grande maioria das mulheres, não importa a raça ou cor, escolaridade ou renda, reconhece os cuidados como sendo sim trabalho. A opção de que cuidado não é trabalho foi a escolha de 28,2% das mulheres amarelas, 22,3% das pardas, 18,3% das pretas,

---

29 Todos os nomes das pessoas entrevistadas foram substituídos por nomes fantasia, a fim de garantir a confidencialidade.

14,1% das brancas, e as indígenas, com o menor percentual, de 7,7%. Em relação a “não saber” opinar ou ter dúvida diante da questão, as indígenas foram as únicas que não escolheram esta opção, conforme mostra o gráfico 25, abaixo.

**GRÁFICO 25: SOBRE SE CUIDADO É OU NÃO TRABALHO PARA AS MULHERES RESPONDENTES, SEGUNDO RAÇA OU COR**



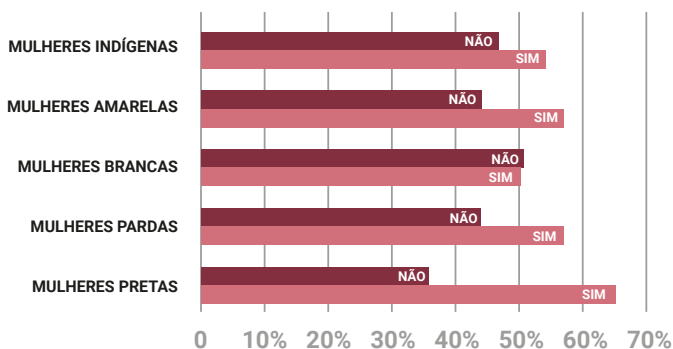
Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Iracema (do estado do CE, mulher indígena, 51 anos, casada, 4 filhos e professora) acredita que cuidado “é *you cuidar da sua própria alimentação, é você plantar, você saber de onde é que a sua comida vem. Por exemplo, nós aqui da zona rural, nós indígenas, nós mesmos plantamos nossos alimentos, tira do roçado, tira da horta produtiva, do quintal produtivo, porque a gente teve a consciência de que muitas vezes a gente cultivando o nosso próprio alimento, né, é cuidado, é cuidar de nós mesmo*”. Na medida em que ela acredita que cuidado é cultivar o seu próprio alimento, de forma a produzir um alimento mais saudável, Iracema não tem dúvidas ao afirmar que cuidado é sim um trabalho.



Na pergunta sobre se a média das pessoas na sociedade entendem as tarefas de cuidados como trabalho, 29,4% das mulheres responderam concordar parcialmente com esta afirmativa, ao mesmo tempo em que 25% discordaram parcialmente. Esta dúbia percepção também apareceu nas entrevistas, desde afirmativas do tipo “*Não deixa de ser... Sim, é trabalho*”, ao mesmo tempo que afirma “*tu ficou em casa não fez nada*”, feitas por Eduarda (do estado de SC, mulher negra, trabalhadora doméstica, casada, 3 filhos). Lourdes (do estado de BA, mulher parda, casada, 1 filho, agricultora) caracterizou cuidado como “*Quem ama cuida*”.

**GRÁFICO 26: MULHERES RESPONDENTES QUE PRESTAM CUIDADOS, SEGUNDO RAÇA OU COR**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Corroborando a importância da perspectiva de que cuidar é uma tarefa realizada por amor, as respostas à pergunta sobre se a sociedade entende as tarefas listadas como sendo trabalho de cuidados foram que a maior parte, tanto de mulheres quanto de homens das diferentes raças ou cores, que todas/os concordavam integral e parcialmente com a afirmativa. Ou seja, as pessoas, mesmo as que entendem o cuidado como trabalho, conseguem perceber que esta não é uma questão

politicamente resolvida na sociedade como um todo. As pessoas respondentes deixaram claro que definir cuidado como trabalho ainda não é senso comum. Um resultado bastante representativo da realidade, ao mesmo tempo que mostra que já existe um conjunto significativo de pessoas que percebe a necessidade de se discutir este assunto.

Em relação especificamente às mulheres respondentes com coorte de raça ou cor, quando perguntadas sobre se cuidavam constantemente de alguém, responderam afirmativamente 64,5% das mulheres pretas, 56,6% das pardas, 56,4% das amarelas, 53,8% das indígenas e 49,8% das brancas (gráfico 26).

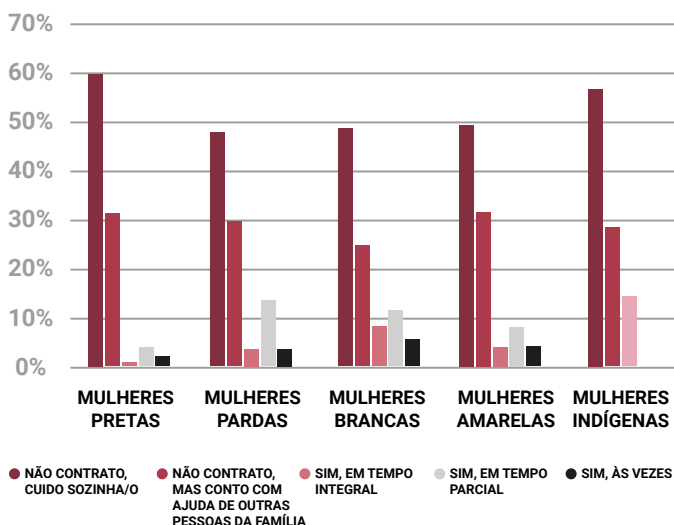
Na sociedade, estes trabalhos (cuidados ou afazeres domésticos) assumem as duas formas, como trabalho remunerado ou como trabalho não remunerado, neste caso exercido por pessoas da família, na sua maioria por mulheres. Vejam que, surpreendentemente, a maioria das/os respondentes, 77,2%, não paga pelo serviço de cuidados, com 49,2% afirmando que cuidavam sozinhos/as e 27,9% que contavam com ajuda de pessoas da família. Analisando as respostas segundo o sexo, são as mulheres as principais responsáveis pelos trabalhos dos cuidados. Dentre as mulheres que cuidam de alguém, a grande maioria, 77,9% das respondentes não pagam pelo serviço de cuidados, sendo que 50,5% cuidavam sozinhas e 27,5% contavam com ajuda de pessoas da família. Sabemos que apenas um percentual menor de pessoas tem condições financeiras para pagar pelo trabalho de cuidados. Parece que a pesquisa refletiu adequadamente esta realidade sendo que, dentre as mulheres respondentes, apenas 6,2% contratavam alguém em tempo integral para realizar o trabalho de cuidado, 11,2% em tempo parcial e 4,7% apenas esporadicamente. As mulheres pretas são as que apresentam maior percentual de respondentes que não pagavam pelo trabalho de cuidado, 91,5%, com 59,9% que faziam o trabalho

sozinhas e 31,6% contavam com ajuda de outras pessoas da família. Apenas 8,5% das mulheres pretas contratavam pessoas, nas diversas modalidades, para o serviço de cuidados. Dentre as mulheres que contratavam pelo trabalho de cuidado em tempo integral, destacam-se as mulheres brancas somando, com 8,5%, enquanto que entre as indígenas, nenhuma contratava cuidadora em tempo integral (gráfico 27).

Entendendo que todas as pessoas precisam de cuidados em algum momento ao longo de sua vida, é importante analisar se as pessoas que dispensam cuidados constantemente aos demais membros da família de forma não remunerada também são receptoras de cuidados e quem cuida delas. Neste sentido, identificamos que 61,3% do total de mulheres respondentes não recebiam cuidados. A análise das mulheres, segundo os grupos raciais ou de cor, mostrou que as mulheres amarelas somaram o maior percentual dentre as mulheres que não recebiam cuidados de ninguém (66,7%); seguidas das mulheres pretas (63,7%); brancas (61,8%), 61,4% das mulheres indígenas e 59,0% das pardas. Estes resultados explicitam de forma contundente a desigual divisão sexual do trabalho de cuidados no interior das famílias, entendendo-se este como uma tarefa feminina, prestado por amor à sua família. Estes resultados permitem concluir que as mulheres são as maiores prestadoras de cuidados a si mesmas, ou seja, elas são as suas cuidadoras, responsáveis pelo seu autocuidado.

**Na sociedade, estes trabalhos (cuidados ou afazeres domésticos) assumem as duas formas, como trabalho remunerado ou como trabalho não remunerado, neste caso exercido por pessoas da família, na sua maioria por mulheres.**

**GRÁFICO 27: MULHERES QUE CONTRATAM PESSOAS PARA OS CUIDADOS, SEGUNDO RAÇA OU COR**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

O marido, em todos os grupos raciais analisados, foi a pessoa que mais frequentemente recebeu cuidados das mulheres. Os dados com coorte de raça ou cor mostraram que 30,8% das indígenas dispensavam cuidados aos maridos, 25,6% das mulheres amarelas; sendo estes percentuais para pardas, brancas e pretas de 19,1%, 18,2% e 12%, respectivamente.

Ainda em relação às percepções sobre os cuidados, indagou-se o que as pessoas faziam para cuidar de si, sendo que nesta questão as pessoas poderiam escolher mais de uma opção. As opções com o maior percentual de resposta foram “procurar manter alimentação saudável” (73,8%), seguida de “praticar exercícios físicos” (59,7%), “procurar pessoas de confiança para conversar” (53,5%), e “tomo

medicamentos” (50,4%), todas com uma preferência maior que 50,0% das pessoas respondentes. E dentre as opções alternativas estão ler, fazer terapia, usar tratamentos alternativos (acupuntura, yoga), estudar algo de interesse (música, canto). De forma geral, as pessoas que participaram da pesquisa entenderam cuidar de si mesmas como fazer algo que mantenha seu corpo mais saudável ou curado. Com percentuais maiores que 37%, elas responderam que procuraram assistência médica frequente ou pelo menos uma vez ao ano, e muitas incluíram as opções relativas a cuidar da mente, como uso de terapias e fazer coisas prazerosas. Dentre as entrevistas, a noção de autocuidado relacionada com a alimentação também foi predominante, inclusive para Carmen (do estado de PE, mulher trans, negra, 25 anos, solteira, sem filhos e estudante). Ela nunca havia priorizado a alimentação como um cuidado, até este momento, quando está em pleno processo de terapia hormonal, tornando-se consciente do papel fundamental de uma boa alimentação nesse momento. Assim, o cuidado com a alimentação aparece como prioridade em sua ideia de autocuidado.

Analisando-se os resultados para o grupo das mulheres respondentes, a manutenção de uma alimentação saudável foi a opção mais escolhida (74,5%), estando em conformidade com a opção mais escolhida (preparo de alimentos ou refeições, 94%) para designar atividades que expressavam tarefas de cuidado. E, do grupo das mulheres segundo raça ou cor, em todos os grupos a opção manter alimentação saudável foi a mais escolhida, apesar de outras opções ganharem destaque, como procurar pessoas de confiança para conversar e praticar exercícios físicos, além de tomar medicamentos e buscar assistência médica. Aparentemente, o diferencial nas formas de autocuidado pode ser consequência de fatores como condições financeiras, limitação (pobreza) de tempo, residir distante de locais propícios para exercícios físicos, etc. É válido destacar também que a opção menos escolhida em todos os grupos de mulheres é “faço terapia”.

# 3. As consequências da pandemia de Covid-19

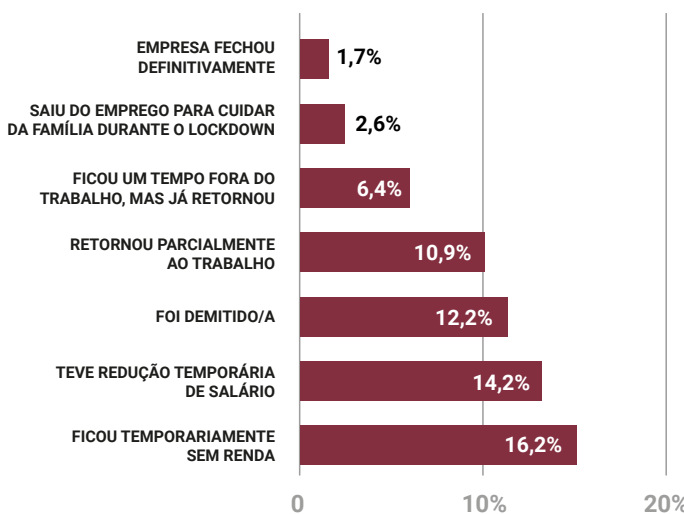
### 3. As consequências da pandemia de Covid-19, o fechamento da economia e o isolamento social sobre os rendimentos dos/as respondentes

Nos primeiros meses da pandemia no Brasil, quando não havia vacinas para evitar a doença, a única alternativa para combater a disseminação do vírus e redução da mortalidade era, assim como no resto do mundo, reduzir a circulação de pessoas e decretar o fechamento das atividades econômicas não essenciais. Os dados resultantes da pesquisa (gráfico 28) mostram como a pandemia afetou diretamente a vida das pessoas. Dentre as pessoas respondentes, 34,2% teve alguma redução da renda mensal pessoal e 64,2% tiveram algum problema em decorrência da paralisação e fechamento dos negócios e dos postos de trabalho.

A pandemia de Covid-19 provocou redução da renda individual de 40,6% das mulheres com filhos/as menores de 14 anos e 43,9% dos homens na mesma condição, um percentual bastante alto, apesar de cerca de 54% das mulheres e homens deste grupo não terem sofrido

impacto em suas rendas. Neste grupo, os motivos para a redução na renda mais comumente relatados foram: ficaram temporariamente sem renda (15,8% das mulheres e 10,9% dos homens); demissão (14,6% das mulheres e 13,0% dos homens); redução temporária de salário (13,9% das mulheres, 19,6% dos homens); já retomou parcialmente o trabalho de forma remunerada (10,3% das mulheres e 10,9% dos homens) e 48,5% das mulheres e 41,3% dos homens relataram “outros” motivos como redução de clientes ou pacientes ou não reajuste de salário.

**GRÁFICO 28: MOTIVOS APONTADOS PELOS/AS RESPONDENTES PARA A REDUÇÃO DA RENDA EM RAZÃO DA PANDEMIA DE COVID-19**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.



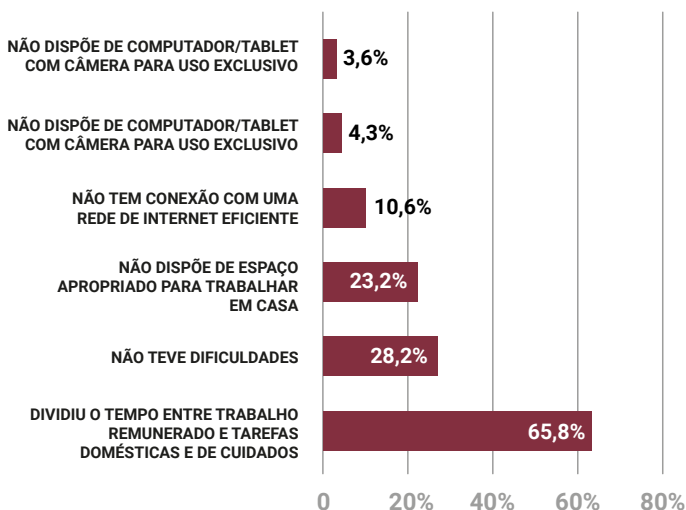
Através das entrevistas foi possível descortinar outras questões que estavam além das opções fornecidas inicialmente pelo formulário, como no caso de Mônica (do estado do RJ, mulher negra, 40 anos, casada, uma filha e podóloga), que afirmou que *“trabalhava muito, muito, porque a minha carga horária era bem pesada, apesar de eu ter uma folga no meio da semana, uma no domingo e uma na quarta, eu ficava lá de nove da manhã e ficava até às dezenove horas, então era uma carga horária extensa”*. Com a pandemia, a carga horária foi reduzida, porque a maioria das suas clientes eram idosas, mas isso também causou redução de sua renda. Ainda assim, Mônica percebeu essa mudança na sua rotina de trabalho como algo positivo, porque a possibilitou dedicar mais atenção à filha adolescente, além de tê-la permitido voltar a estudar. Clarice (do estado do RJ, mulher branca, 62 anos, solteira, sem filhos e funcionária pública) destacou que a redução na sua renda se deu por dois motivos. Primeiro, porque ela perdeu o auxílio transporte que recebia quando trabalhava presencialmente, uma vez que, por conta da idade, teve que ficar em trabalho remoto. E, segundo, pelo fato de ter perdido o bônus produtividade, um percentual acrescido ao salário mensal correspondente ao volume de trabalho do período. Como ela passou a ser menos demandada no trabalho remoto, chegou a perder até 15% de rendimento comparativamente ao salário médio percebido antes da pandemia.

### **3.1 Dificuldades para realização dos trabalhos remotos**

No período de distanciamento social e lockdown no Brasil, várias funções puderam ser realizadas de forma remota e, neste caso, as pessoas continuaram a trabalhar mais ou menos no mesmo ritmo, dependendo do tipo de atividade que exerciam ou da maior ou menor dificuldade de realizar as tarefas remotamente. A pesquisa incorporou

perguntas especificamente relacionadas ao trabalho remoto e às possíveis dificuldades de sua realização. Dentre as pessoas respondentes, 70,8% realizaram trabalho remoto e apenas 28,2% não tiveram nenhum problema com a realização desse tipo de trabalho, apesar de a maioria das pessoas respondentes estarem nas faixas de renda mais altas definidas no questionário (gráfico 29).

**GRÁFICO 29: DIFICULDADES PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO REMOTO RELATADAS PELOS/AS RESPONDENTES**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Dentre as/os respondentes, um alto percentual de respondentes, 65,8%, afirmaram ter tido que dividir seu tempo entre trabalho remunerado e tarefas domésticas e de cuidados ao longo dos mais de 18 meses que se convive com a pandemia, o que talvez leve a uma nova percepção da importância dos cuidados (gráfico 28).

Carolina (do estado da BA, mulher negra, 39 anos, casada, um filho

e professora universitária) apontou outros fatores que dificultaram a execução do trabalho remoto: *“Eu, além disso tudo, eu estava grávida. Então, eu não tinha muita concentração pra fazer as coisas, tinha muita sonolência, então foi difícil utilizar o ambiente doméstico para o trabalho remunerado assim... Sabe? Porque esse ambiente doméstico para o trabalho remunerado eu utilizava algumas vezes a noite, mas era bem raramente porque como eu já ficava na universidade entre nove, dez horas por dia, né? Às vezes até doze horas eu ficava no trabalho. Então ter essa rotina em casa foi bastante difícil”*. Clarice (do estado do RJ, mulher branca, 62 anos, solteira, sem filhos e funcionária pública), por sua vez, destacou que antes da pandemia não tinha wi-fi em casa e que precisou contratar o serviço, o que significou um custo a mais para ela. Ela reclamou também da organização ou da falta dela na cobrança dos prazos para cumprir as demandas de trabalho, tendo percebido que no período de trabalho remoto havia menos organização, sendo os prazos mais curtos e as metas mais imediatas, o que a deixava exausta. *“Então isso me desregulou muito, muito, muito. Isso mexe muito comigo, ainda mais eu que sou toda certinha pra fazer as coisas, né.”*

Para as pessoas com filhos/as menores de 14 anos, a pandemia reconfigurou os espaços, fazendo com que a casa se tornasse espaço de convivência, de cuidados, de trabalho remunerado e de aprendizado e cuidado das crianças. Dentre as mulheres com filhos/as menores que 14 anos, 73% afirmaram estar em trabalho remoto, sendo que apenas 9,8% relataram não ter tido qualquer dificuldade. Já com relação às mulheres que declararam ter tido alguma dificuldade com este tipo de arranjo, as mais comuns foram precisar dividir o tempo destinado ao trabalho remunerado com os afazeres domésticos e os cuidados (85%); não dispor de espaço apropriado para trabalhar em casa (32,9%); não ter computador, tablet ou laptop para uso exclusivo (6,2%) ou este não ter câmera (6,2%); não ter acesso à internet de qualidade em sua

residência (10,4%); e 8,1% declararam outros motivos, dentre eles o trabalho de cuidados e a necessidade de cuidar de crianças durante o horário de expediente do trabalho remunerado. Este motivo poderia ser contemplado na primeira opção do questionário. Contudo, dez mulheres dentre as 25 que optaram por especificar outros motivos reforçaram que a presença dos filhos/as no mesmo espaço onde elas estavam desenvolvendo seu trabalho remunerado interferiu sobremaneira na qualidade do mesmo.

Florência (do DF, mulher parda, 36 anos, casada, 2 filhos e enfermeira) esteve em trabalho remoto porque estava grávida, tendo trabalhado na linha de frente da Covid-19 antes de descobrir a gravidez. Para ela, o trabalho remoto foi de certa maneira positivo, ainda que ela não deixe de ressaltar a dificuldade de conciliar o trabalho com os cuidados com o filho. *“Era bem mais tranquilo do que na assistência, né? Com certeza era, mas assim, ainda tinha um fator um pouco estressante ... Eu tinha que fazer o meu trabalho remunerado em casa com uma criança pequena, porque na época ele tinha quatro anos, então foi mais tranquilo do que na assistência. Mas, ainda teve esse estressezinho né, porque em um momento do dia o meu marido estava trabalhando e eu tinha que ficar sozinha com a criança e dar conta de fazer o teletrabalho, né?”*

Em relação aos homens com filhos/as menores de 14 anos, 79,2% afirmaram ter realizado trabalho remoto durante a pandemia. Sobre enfrentar dificuldades para trabalhar remotamente, 19% declararam que não tiveram qualquer dificuldade, um percentual bem superior ao de mulheres na mesma condição. E, dentre os homens com filhos/as menores de 14 anos e que relataram ter tido alguma dificuldade para realizar o trabalho remoto, os motivos mais comumente indicados foram a necessidade de dividir o tempo entre o trabalho remunerado e as tarefas domésticas e de cuidados (76,2%); ausência de espaço

apropriado para trabalhar em casa (41,7%); ausência de computador, tablet ou laptop para seu uso exclusivo (9,5%); ausência de computador, tablet ou laptop com câmera para seu uso exclusivo (4,8%); falta de acesso à internet de qualidade em sua residência (6%); e 6% declararam outros motivos, dentre eles nenhum relacionado às tarefas domésticas ou de cuidados, como destacaram as mulheres.

Quando observamos os dados das mulheres segundo os grupos de raça ou cor, em todos os grupos a necessidade de dividir o tempo entre trabalho remunerado e tarefas domésticas e de cuidados se apresentou como principal razão da dificuldade em realizar o trabalho remoto, com percentuais superiores a 68%. Algumas diferenças aparecem quando observamos as demais opções escolhidas, pois dentre os grupos raciais a opção “não tive dificuldades” aparece como a segunda opção para mulheres brancas e indígenas. Já a opção que afirma não dispor de espaço apropriado para o trabalho remoto foi a segunda mais selecionada entre as mulheres pretas, pardas e amarelas.

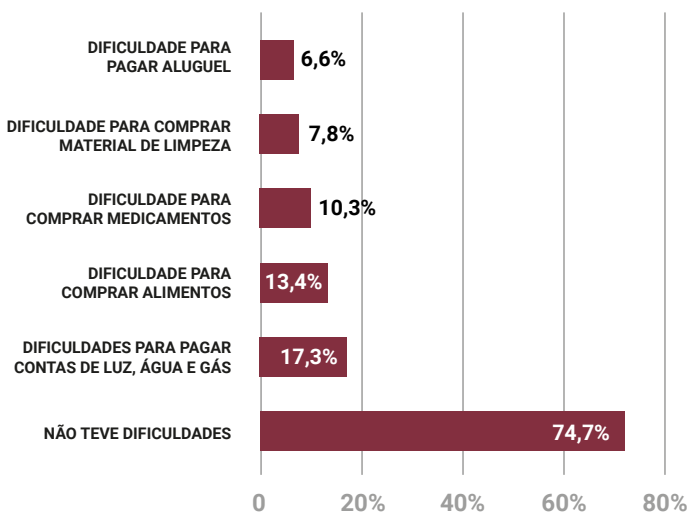
Iracema (do estado do CE, mulher indígena, 51 anos, casada, 4 filhos e professora) relatou que durante a pandemia, na condição de trabalho remoto, passou a trabalhar muito mais do que antes, apontando a sobrecarga do trabalho produtivo e reprodutivo que duplicaram. *“Meu trabalho era oito horas, oito horas por dia, né? Você saía de sete horas pra escola e voltava à tarde. Era uma rotina de oito, oito horas de trabalho. [...] Devido a gente trabalhar virtualmente, aumentou nossa jornada porque a gente trabalhava quase, bendizer, o dia todo, né? Era a aula remota, né? Observação das professoras remota, tudo, tudo remoto e aí, a gente fica quase que ao invés de oito horas, a gente ficava doze horas, né? Porque era aula remota, planejamento remoto, tudo então dobrou e, além disso, a gente ainda além de tá trabalhando na escola, ainda tinha os afazeres domésticos né, pelo fato de tá trabalhando na nossa casa a gente ainda dobrava mais, né?”*

### **3.2 Dificuldades financeiras durante o período de pandemia de Covid-19 relatadas pelos/as respondentes**

Completando esta apresentação dos resultados da pesquisa, em relação à pergunta sobre se as pessoas respondentes tiveram alguma dificuldade financeira em decorrência da pandemia (gráfico 30), o resultado foi que 74,7% das pessoas respondentes declararam não ter tido qualquer dificuldade, um resultado coerente com o fato de uma parcela importante dos/as respondentes terem renda continuada, por serem ou funcionários públicos (26,5%) ou aposentados (19,1%). Já em relação às pessoas que relataram terem tido alguma dificuldade em pagar suas contas, as opções mais comumente escolhidas foram pagar contas de água, luz e gás (17,3%), comprar alimentos (13,4%), comprar medicamentos (10,2%), material de limpeza (7,8%) e pagar aluguel (6,6%). Estes resultados já sinalizavam o impacto sobre a renda real e as dificuldades relacionadas ao aumento de preços da energia elétrica em decorrência da crise hídrica, dos alimentos e dos combustíveis a partir da política de preços praticada pela Petrobras.

**Os dados (PNAD, IBGE) mostram que a pandemia provocou impacto financeiro significativo nos rendimentos de milhares de famílias, mas o público que nossas redes atingiram teve este impacto minimizado devido às suas relações de trabalho e à estabilidade garantida pela Constituição Federal de 1988.**

**GRÁFICO 30: DIFICULDADES FINANCEIRAS RELATADAS PELOS/AS RESPONDENTES EM RAZÃO DA PANDEMIA**



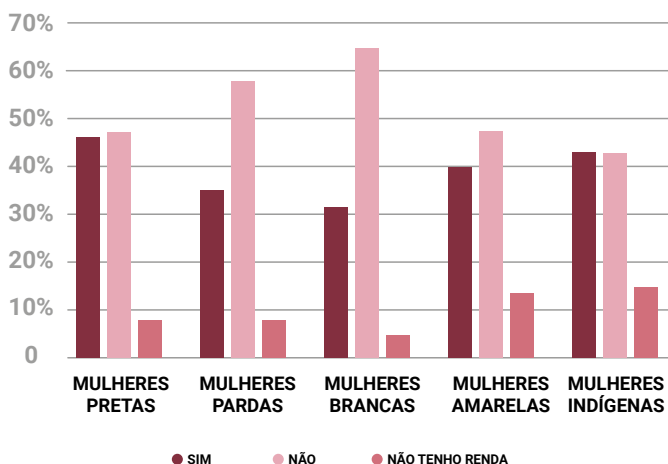
Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Quanto à interferência na organização orçamentária familiar das pessoas com filhos/as menores de 14 anos, 61,2% das mulheres nesta condição relataram não ter tido qualquer dificuldade, contra um percentual bem maior dos homens, 79,4%, na mesma situação. Dentre as mulheres que relataram ter tido alguma dificuldade, as mais comumente relatadas foram dificuldade para pagar as contas de luz, água e gás (27,8%); comprar alimentos (21,7%); medicamentos (16,1%); material de limpeza (13,9%); e pagar aluguel (10,7%). Já dentre os homens, as principais dificuldades relatadas foram similares, porém com percentuais menores que das mulheres, sendo que 15,9% deles tiveram dificuldades para pagar luz, água e gás, 8,4% para comprar medicamentos, alimentos (7,5%), material de limpeza (4,7%) e pagar aluguel (3,7%). Esclarecemos que a questão permitia múltiplas opções.

Analisando-se os dados das mulheres respondentes segundo raça e cor (gráfico 30), as brancas tiveram o maior percentual de respondentes (81,8%) que declararam não ter tido dificuldade financeira, seguidas das mulheres pardas (65,7%), amarelas (60,0%), pretas (54,8%) e indígenas (46,2%), um resultado que é coerente com o retrato da desigualdade no Brasil (gráfico 31).

Os dados (PNAD, IBGE) mostram que a pandemia provocou impacto financeiro significativo nos rendimentos de milhares de famílias, mas o público que nossas redes atingiram teve este impacto minimizado devido às suas relações de trabalho e à estabilidade garantida pela Constituição Federal de 1988.

**GRÁFICO 31: MULHERES RESPONDENTES CUJA RENDA INDIVIDUAL SOFREU VARIAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19, SEGUNDO RAÇA OU COR**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.



### 3.3 O viver na pandemia: afazeres domésticos e cuidados

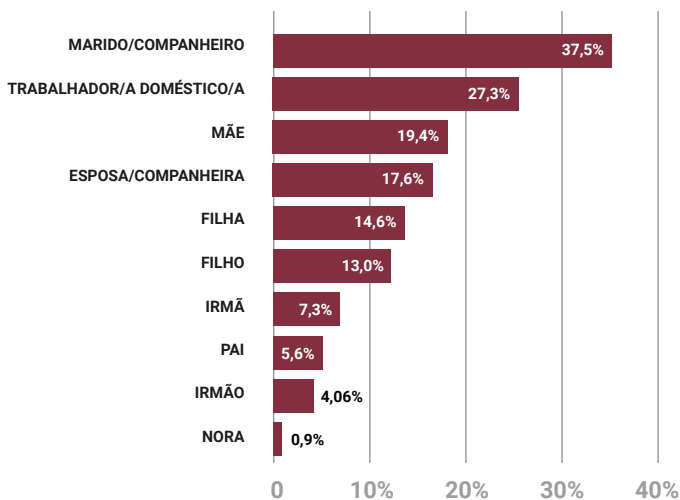
O isolamento social e o fechamento da economia obrigaram as famílias a internalizar todas as tarefas domésticas e de cuidados necessárias para garantir o bem-estar de seus membros. Para as famílias que usavam apoios para estas tarefas, seja contratando pessoas para o trabalho de cuidados, seja usando empresas ou serviços públicos, como creches e escolas, a mudança foi mais drástica. Estas tarefas tiveram que ser distribuídas entre as pessoas da família. Mas, como já discutido no início deste trabalho, histórica e culturalmente tais tarefas recaem sobre as mulheres.

Dado que as mulheres são a maioria das respondentes, não surpreende que entre 25% e 35% das pessoas tenham afirmado que já faziam, antes da pandemia, uma ou mais das tarefas domésticas listadas. Porém, um dado que se destaca nas respostas apresentadas no gráfico 31, é que 37,5% das pessoas respondentes de ambos os sexos afirmaram que contavam com a ajuda<sup>30</sup> do marido ou companheiro, percentual maior que o de pessoas que contam com trabalhadoras domésticas (27,3%), uma opção mais de acordo com o tradicional padrão brasileiro, e 19,4% declararam que recebiam ajuda da mãe. Ou seja, apesar da colaboração do marido ou companheiro, são as mães e trabalhadoras domésticas (46,7%) quem compartilham o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado com as mulheres.

---

30 O termo ajuda é por vezes problematizado, uma vez que quem ajuda não se responsabiliza pela execução das tarefas, apenas auxilia a pessoa que tem a responsabilidade. Neste sentido, entendemos que o termo ajuda se enquadra bem para a questão que queremos retratar.

**GRÁFICO 32: DE QUEM O/A RESPONDENTE RECEBE AJUDA PARA AS TAREFAS DOMÉSTICAS**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Para a grande maioria de mulheres com crianças abaixo de 14 anos aumentou a frequência das tarefas domésticas, nestes meses, como também para 84,5% delas o tempo gasto para limpeza e arrumação da casa; lavar louça (80%); preparo de alimentos (78,2%) e lavar roupa (68,4%). É válido destacar que 5,7% das respondentes alegaram ter diminuído o tempo dedicado à lavagem de roupas, possivelmente porque a circulação de pessoas na cidade diminuiu, logo o gasto com roupas também, além das crianças que deixaram de frequentar a escola devido às recomendações de distanciamento social. O grande percentual de mulheres indicando o aumento de tempo gasto com a limpeza da casa pode estar relacionado à necessidade de higienização por causa dos riscos que o vírus oferece. Esta tarefa foi a mais citada não só pelas mulheres com crianças menores de 14 anos, como por todas as pessoas respondentes.

A distribuição do tempo gasto em tarefas domésticas para os homens com crianças menores foi semelhante à das mulheres, porém com percentuais bem menores. Também neste caso 6,0% deles declararam que o tempo destinado a lavar a roupa diminuiu. A maioria relatou aumento do tempo gasto em limpeza e arrumação da casa (63,2%), lavar louça (63%); preparo de alimentos (60,5%), e lavar roupa (36%), enquanto que 40,0% relatou que o tempo para lavar roupa se manteve igual. Podemos deduzir que lavar roupa não é uma tarefa tradicionalmente masculina e tampouco tem sido realizada na contemporaneidade pelos homens que têm assumido a realização das tarefas domésticas em seus lares, ou mesmo os que moram sozinhos.

Como as pessoas tiveram que dividir seu tempo entre trabalho remunerado e os afazeres domésticos e os cuidados, perguntamos se tais responsabilidades impediram ou dificultaram a realização do seu trabalho remunerado. Mesmo alegando que as tarefas domésticas e de cuidados aumentaram, que tiveram que conciliar trabalho remunerado e não remunerado em sua rotina, 63,3% afirmaram que isso não chegou a impedir ou dificultar a realização dos trabalhos. Dentre aquelas que sentiram o aumento do trabalho doméstico e de cuidados durante a pandemia influenciando o rendimento do seu trabalho remunerado, o maior percentual foi entre as mulheres pretas (47,3%), quando comparadas às mulheres dentro dos seus grupos raciais ou de cor; contra 35,4% das pardas; 35,5% das brancas; 29,7% das amarelas e 7,7% das mulheres indígenas.

Durante a pandemia, a maioria (71,3%) das nossas respondentes não necessitaram reduzir as horas dedicadas ao seu trabalho remunerado para cuidar de alguma pessoa da família, enquanto que 28,7% alegaram precisar reduzir as horas de trabalho remunerado durante a pandemia para exercer trabalhos de cuidados. Nos grupos de mulheres

separados por raça ou cor, destacam-se as mulheres pretas, em que 15,3% delas precisaram alterar a sua rotina para cuidados dos filhos/as; 12,2% precisaram cuidar de idosos da família; 1,2% dedicam mais horas de cuidados às pessoas com deficiência da família na pandemia e 9% cuidaram de “outros”.

Uma vez reduzidas as horas destinadas ao trabalho remunerado para dedicar-se aos cuidados, 33% das mulheres afirmaram que o seu rendimento caiu devido este motivo, enquanto que dentre as mulheres observadas por grupos de raça ou cor, as mulheres brancas apresentaram o menor percentual (29,9%) comparativamente aos demais grupos de mulheres que sofreram tal impacto. Já o maior percentual foi apresentado pelas mulheres indígenas, com 50%.

Durante a realização da pesquisa, 65,6% das mulheres respondentes afirmaram não ter passado a cuidar de alguém que ela já não cuidasse antes da pandemia de Covid-19. No entanto, as demais mulheres (34,4%) que passaram a cuidar de mais alguém citaram mais de uma pessoa e a mais referenciada foi a mãe, seguida da opção “outro” e, em terceiro lugar, o pai. Entre as pessoas que optaram pela opção “outro” destacaram-se idoso(s) da família, com 23% das citações; sobrinho(a), com 16%; amigo(a), com 14%; passou a fazer trabalho voluntário ou assistencialista, 12%; enteado(a), com 5%; idoso(a) não familiar, com 4%; animais de estimação, companheiro(a), familiar de companheiro(a) ou de ex-companheiro(a) e vizinho(a) tiveram 3% das citações. Já afilhado(a), ex-companheiro(a), neto(a), genro ou nora e pessoas no local de trabalho tiveram 2% das citações. E com 1% das citações ficaram padrasto ou madrasta, empregada doméstica, irmãos, filhos, filha de amiga e a própria saúde.

### 3.4 Tempo dispensado aos cuidados de crianças na pandemia

A tabela 2 explicita a dura realidade das famílias neste período de pandemia, com as creches e escolas fechadas e a modalidade de ensino remoto, observa-se que as mulheres, como também os homens participaram dos cuidados. Desta forma, temos 79,3% de respondentes (mulheres e homens) que declararam que brincaram e jogaram com suas crianças e 79,0% que acompanharam os estudos remotos de seus filhos.

**Tabela 2: Percentual de respondentes que relataram ter variação do tempo dispensado aos cuidados de crianças na pandemia**

<b>Tarefa</b>	<b>Aumentou</b>	<b>Diminuiu</b>	<b>Igual</b>	<b>Não realiza a atividade</b>
Acompanhamento em atividades educacionais	79,0	2,5	9,1	9,3
Atividades recreativas com as crianças (brincar, jogar)	72,2	11,8	12,4	3,7
Tomar conta de criança	79,3	1,4	15,9	3,5

Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Já em relação ao tempo de trabalho despendido com as crianças pelas pessoas com filhos menores de 14 anos, apresentamos três atividades a fim de investigar se o tempo de sua realização aumentou, diminuiu ou se manteve igual. As três atividades indicadas foram apontadas com tendo o tempo necessário para sua realização aumentado, como tomar conta da criança (para 82,1% das mulheres e 69,8% dos homens); acompanhamento em atividades educacionais, aumentou o

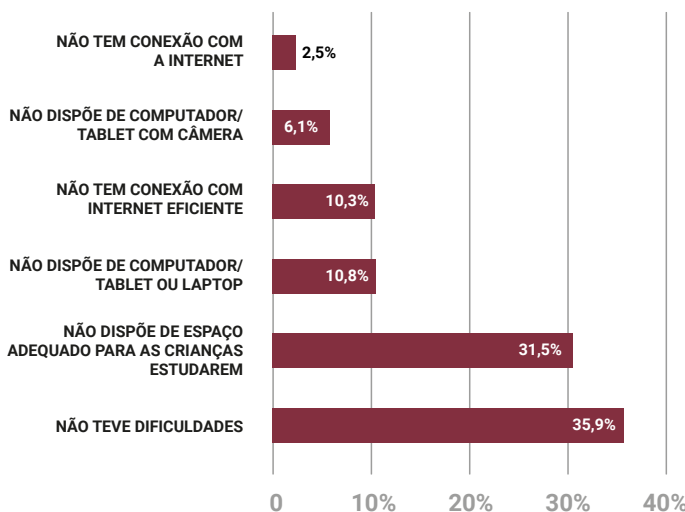
tempo para 81,8% das mulheres e para 69,8% dos homens; e atividades recreativas com as crianças, tais como brincar e jogar, aumentou para 73,7% das mulheres e 67,9% dos homens. Percebemos que o aumento do tempo junto às crianças foi uma realidade tanto para homens como para as mulheres com filhos/as abaixo de 14 anos, porém, a distinção das respostas por gênero se justifica pelo fato de que o percentual dos homens que declararam que o tempo disponibilizado para as atividades elencadas se manteve igual durante a pandemia foi de 26,4% para a atividade de tomar conta de crianças; de 21,7% para atividades recreativas com as crianças, como brincar ou jogar; e de 17,9% para o acompanhamento em atividades educacionais.

### **3.5 Dificuldade no ensino remoto**

O gráfico 33 apresenta as opções escolhidas como representativas das dificuldades que as pessoas tiveram ao longo destes meses pandêmicos para acompanharem seus filhos/as no ensino remoto. Embora tenhamos 35,9% de respondentes que declararam que não tiveram problemas, quase a mesma proporção, 31,5%, relataram que não dispunham de espaço adequado para que as crianças estudassem adequadamente. Isso pode significar que não havia computador no quarto das crianças ou que o computador da casa precisa ser compartilhado com outras pessoas da família.

**Percebemos que o aumento do tempo junto às crianças foi uma realidade tanto para homens como para as mulheres com filhos/as abaixo de 14 anos (...).**

**GRÁFICO 33: DIFICULDADES COM O ENSINO REMOTO  
RELATADAS PELOS/AS RESPONDENTES**



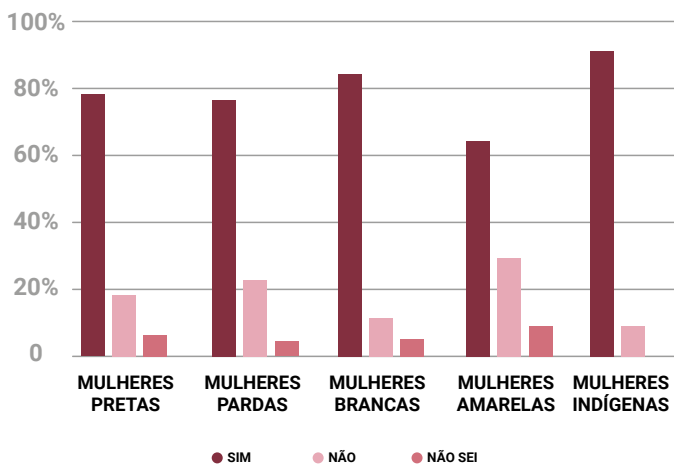
Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Do conjunto de mulheres que tinham filhos/as menores de 14 anos e que relataram que tiveram aumento de tempo relacionado às demandas das crianças, 80,2% estavam com filhos/as em ensino remoto, enquanto que isto foi relatado por 81,7% dos homens na mesma situação. Das mulheres desse conjunto, 34,2% relataram que não tiveram dificuldades com o ensino remoto das crianças menores de 14 anos. Já dentre as que relataram terem tido dificuldades, quase o mesmo percentual de mulheres, 33,2%, relatou falta de espaço adequado para as crianças estudarem em casa; 11,5% não dispunham de computador ou laptop; 10,6% não possuíam internet com velocidade eficiente; 6,2% não tinham computador ou laptop com câmera e 32,9% indicaram outras dificuldades, sendo as mais recorrentes: dificuldades de adaptação das crianças ao ensino remoto; falta de tempo para acompanhar as

atividades dos/as filhos/as; falta de métodos didáticos e domínio dos conteúdos por parte das mães e falta de tecnologias no computador ou celulares para a criança usar.

Dentre os homens com crianças menores de 14 anos, 42,4% afirmaram não ter encontrado dificuldades em relação ao ensino remoto dos/as filhos/as e, do conjunto de homens que relataram dificuldades, destacaram falta de espaço adequado para as crianças estudarem em casa, com 24,7% dos respondentes; 9,4% não possuíam internet com velocidade eficiente; 8,2% não dispunham de computador ou laptop; 5,9% não dispunham de computador ou laptop com câmera e 23,5% relataram outras dificuldades, sendo as mais recorrentes: dificuldades de adaptação das crianças ao ensino remoto; falta de tempo para acompanhar as atividades dos/as filhos/as (gráfico 33a e 33b).

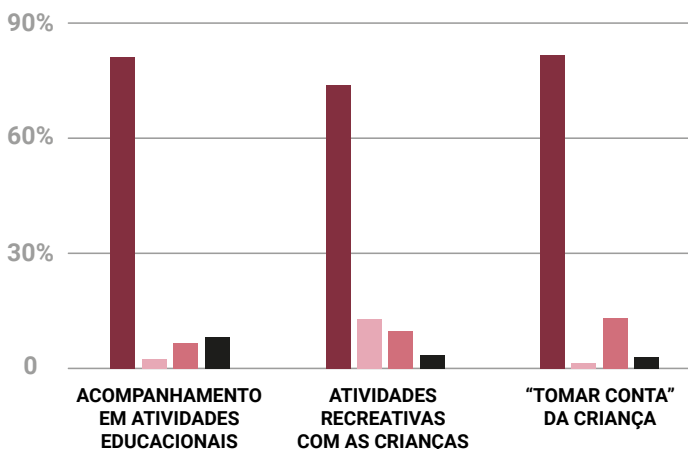
**GRÁFICO 33A: SOBRE SE CUIDADO É OU NÃO TRABALHO PARA AS MULHERES, SEGUNDO RAÇA OU COR**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.



**GRÁFICO 33B: MULHERES: TEMPO GASTO NOS CUIDADOS DE FILHOS/AS MENORES DE 14 ANOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**



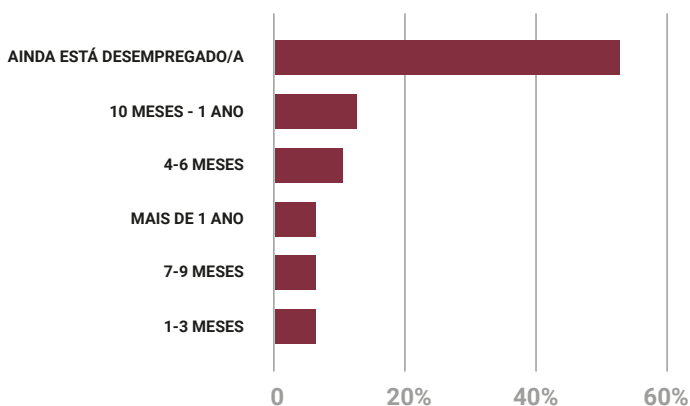
Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

### 3.6 Dificuldade relatadas pelos/as respondentes para conciliar emprego e família durante a pandemia

Os gráficos 34 e 35 revelam o lado dramático da pandemia para as mães trabalhadoras brasileiras. Os dados do gráfico 34 mostram que 56,5% das pessoas respondentes declararam que estavam desempregadas, sendo que entre as mulheres este percentual foi de 8,9% e entre os homens de 5,6%. Estes dados não mostram um cenário muito diverso do esperado porque historicamente as mulheres têm taxas de desemprego mais altas que os homens. A diferença é que a pandemia pode ter exacerbado este quadro, contribuindo para acentuar a desigualdade de gênero, em função da intensificação do trabalho doméstico e das

atividades de cuidados realizadas internamente pelas famílias. O gráfico 35 mostra que apesar de 73,5% das pessoas respondentes terem declarado que não precisaram reduzir suas horas de trabalho remunerado, dentre as que precisaram reduzir, a maior parte, 10,7%, afirmou que foi necessário reduzir suas horas de trabalho para cuidar dos/as filhos/as, e 9,6% para cuidar de outras pessoas da família.

**GRÁFICO 34: TEMPO QUE O/A RESPONDENTE PERMANECEU FORA DO EMPREGO PARA CUIDAR DAS CRIANÇAS, NO PERÍODO DA PANDEMIA**

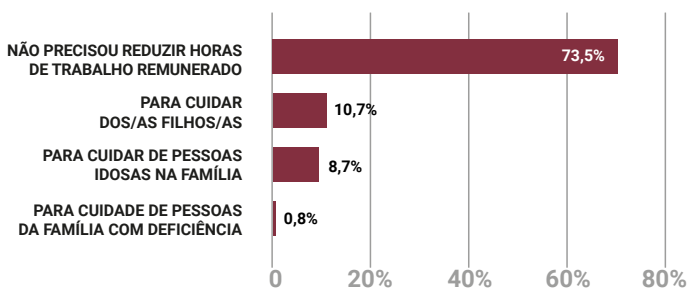


Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

No caso das pessoas com filhos/as menores de 14 anos, apesar do aumento da demanda de cuidados com as crianças, isso não foi suficiente para que um percentual grande de mulheres respondentes tivesse que deixar o emprego, até porque muitas delas são funcionárias públicas e ficaram em trabalho remoto. Das pessoas com filhos/as menores de 14 anos, 8,9% das mulheres relataram que tiveram que deixar temporariamente o emprego, contra 5,6% dos homens. Em relação ao tempo que permaneceram fora do emprego, 12,5% delas permaneceram de 4 a 6 meses e o mesmo percentual de 10 meses a um

ano. Mas o percentual mais impactante é que 62,5% delas permaneciam desempregadas. Para os homens na mesma situação, dentre os que tiveram que sair do emprego, 33,3% permaneceu entre 7 e 9 meses fora do emprego e com o mesmo percentual, de 16,7%, os homens que relataram que ficaram desempregados de 10 meses a um ano, mais de um ano e os que ainda estavam desempregados. A se destacar que o percentual de homens que ainda estavam desempregados no momento da pesquisa foi bem inferior ao de mulheres na mesma situação. A pesquisa, com estes resultados, mostrou comportamento dos/as respondentes bastante semelhantes com o comportamento do mercado de trabalho, como mostram os dados para o Brasil (IBGE, PNAD Covid-19), como relatado para outros países e como comentado na primeira parte deste trabalho.

### GRÁFICO 35: MOTIVOS DE REDUÇÃO DE HORAS DE TRABALHO REMUNERADO RELATADOS PELOS/AS RESPONDENTES NO PERÍODO DA PANDEMIA



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

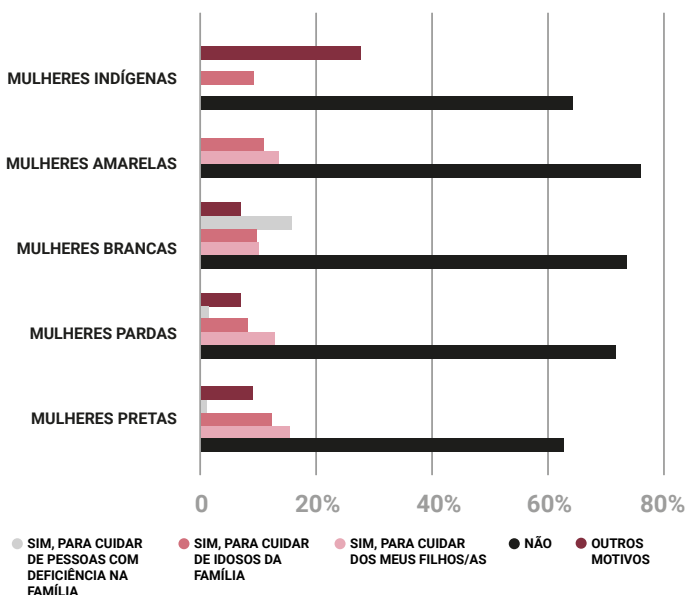
À pergunta sobre se a redução das horas trabalhadas para cuidar de alguém da família implicou redução também de rendimentos, para 67,5% das pessoas pesquisadas não houve redução. Analisando-se os dados por recorte de sexo, 66,8% das mulheres não sofreram redução salarial, contra 72% dos homens, mostrando novamente que o impacto

também neste caso foi menor para os homens que para as mulheres. Analisando-se o grupo de pessoas que têm filhos/as menores de 14 anos, 55,6% das mulheres responderam que não tiveram perda salarial, enquanto que entre os homens este percentual foi bem superior, 74%. Ou seja, para as mulheres com crianças, o impacto negativo da pandemia sobre seus rendimentos foi bem superior ao que os homens sofreram. Os resultados da pesquisa corroboram a preocupação, apontada no início do texto, com o futuro das mulheres em relação ao trabalho remunerado no pós-pandemia.

Analisando o grupo de mulheres respondentes por recorte de raça ou cor, as brancas tiveram o maior percentual de resposta negativa relativa à redução de renda decorrente, com 70%, seguidas das pretas e pardas, com pouco mais de 62% cada, e as amarelas e indígenas com percentuais pouco acima dos 50%. Dentre as que relataram que tiveram que reduzir horas de trabalho para cuidar das crianças, dentre as brancas este percentual ficou em 10%, 15,3% das pretas, em torno de 13% das pardas e amarelas, enquanto que não houve redução para nenhuma indígena. E as razões para esta redução mais comumente relatadas pelas mulheres das diferentes raças ou cores foram precisar cuidar dos/as filhos/as, seguida pela opção cuidar de pessoa idosa da família (gráfico 36 e 37).

**(...) para as mulheres com crianças, o impacto negativo da pandemia sobre seus rendimentos foi bem superior ao que os homens sofreram. Os resultados da pesquisa corroboram a preocupação, apontada no início do texto, com o futuro das mulheres em relação ao trabalho remunerado no pós-pandemia.**

**GRÁFICO 36: RESPONDENTES QUE REDUZIRAM HORAS DE TRABALHO REMUNERADO PARA CUIDAR DE ALGUÉM DA FAMÍLIA DURANTE A PANDEMIA**



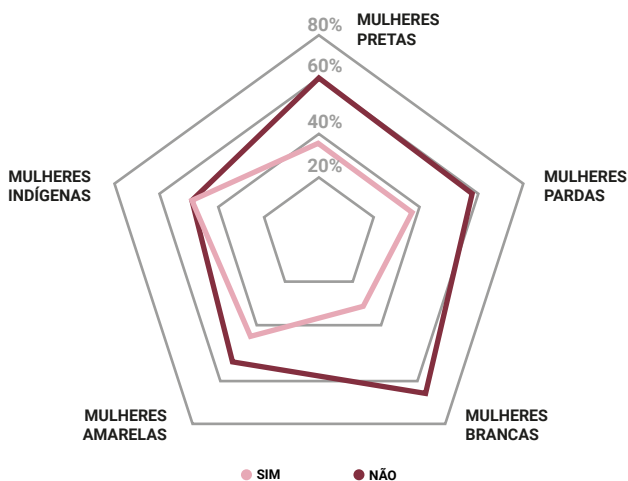
Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Sobre as mulheres que reduziram suas jornadas de trabalho remunerado para dedicar-se aos cuidados, 33,2% delas afirmaram que o seu rendimento caiu devido a este motivo, e dentre as mulheres observadas por grupos de raça ou cor, as mulheres brancas apresentaram o menor percentual (29,9%), ao serem comparadas com os demais grupos de mulheres que sofreram tal impacto, seguidas das pretas e pardas com cerca de 37% cada e das amarelas, com 44,4%. Já o maior percentual foi apresentado pelas mulheres indígenas, com 50% (gráfico 37). Ao longo destes meses convivendo com a pandemia de Covid-19, até o momento em que a pesquisa foi realizada, 51,3% das mulheres respondentes afirmaram terem ficado doentes e 45,7% dos homens. Analisando o grupo

de mulheres com recorte de raça ou cor, as mulheres pretas foram as que apresentaram maior percentual, 63,5% das declarações; seguidas das indígenas (54,6%) e amarelas (54,6%); em seguida as mulheres pardas (52,6%) e as que menos adoeceram durante a pandemia foram as mulheres brancas (48,1%). Mesmo com esta diversidade em relação às declarações de raça ou cor, o adoecimento foi algo presente na vida de grande parte delas, uma queixa generalizada na sociedade. Indagadas sobre quem havia cuidado delas ao ficarem doentes, 31,7% respondeu que foi cuidada pelo marido e um grande percentual, 26%, não foi cuidada por ninguém. Dentre os homens que ficaram doentes, 37,6% foram cuidados pela esposa e 22% não foram cuidados por ninguém. Analisando as mulheres em seus grupos raciais, identificamos percentuais semelhantes ao do conjunto das mulheres, sendo as respostas mais frequentes que foram cuidadas pelo marido ou que não foram cuidadas por ninguém. Destacamos, porém, as indígenas, em que nenhuma delas marcou a opção de não ter sido cuidada por ninguém, o que mostra talvez uma comunidade mais coesa e com maior nível de empatia entre seus membros, e as amarelas que, pelo contrário, apresentaram o maior percentual de não terem sido cuidadas por ninguém, sendo o caso para 45% delas.

**Ao longo destes meses convivendo com a pandemia de Covid-19, até o momento em que a pesquisa foi realizada, 51,3% das mulheres respondentes afirmaram terem ficado doentes e 45,7% dos homens. Analisando o grupo de mulheres com recorte de raça ou cor, as mulheres pretas foram as que apresentaram maior percentual, 63,5% das declarações.**

**GRÁFICO 37: REDUÇÃO DO RENDIMENTO DAS MULHERES, SEGUNDO RAÇA OU COR, DEVIDO AOS TRABALHOS DE CUIDADOS DURANTE A PANDEMIA**



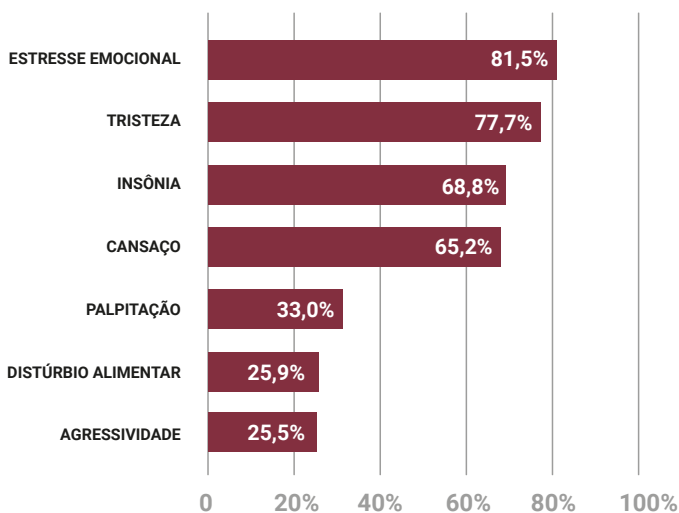
Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Sabemos que, durante a pandemia no Brasil, muitas pessoas foram contaminadas pela Covid-19. Do total de respondentes, 34,4% foram contaminados/as, enquanto que dentre as mulheres este percentual ficou em 33,8% e entre os homens alcançou um valor maior, 37,2%. Relataram que tiveram alguns sintomas, mas não realizaram o teste 9,3% do total de respondentes, e entre homens e mulheres o percentual foi semelhante. Vale salientar que, diferente das demais questões, esta pergunta teve um alto número de mulheres que deixaram de responder, quase 56% delas. Ao observarmos os grupos de mulheres que foram contaminadas pelo coronavírus, segundo a raça ou cor, identificamos um alarmante dado entre as indígenas que somaram 83,3%, enquanto que para todas as demais os percentuais ficaram pouco superiores a 30%, sendo pretas com 33,5%; pardas com 36,6%; brancas com 32,6% e 30% das amarelas.

### 3.7 Problemas emocionais enfrentados durante a pandemia

Os gráficos abaixo mostram os dados relativos aos principais problemas emocionais vividos pelos/as respondentes, sendo os mais comumente relatados relacionados ao emocional, sendo estes os principais problemas tanto do/a respondente (gráfico 38), quanto de pessoas de sua família (gráfico 39).

**GRÁFICO 38: PRINCIPAIS PROBLEMAS EMOCIONAIS ENFRENTADOS PELOS/AS RESPONDENTES DURANTE A PERÍODO DA PANDEMIA**



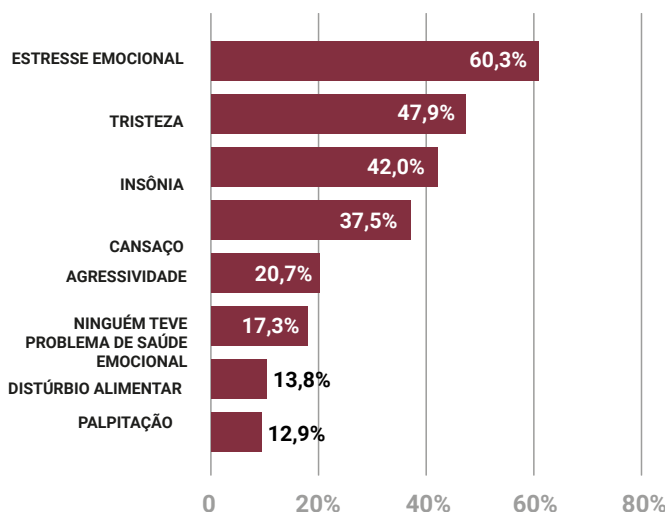
Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.



Catarina (do estado do PA, mulher parda, 36 anos, solteira, um filho e empregada doméstica) foi contaminada pela Covid-19, procurou atendimento médico, mas, tirante o cuidado profissional, não recebeu cuidado de nenhuma outra pessoa. Ela também relatou ter tido problemas emocionais, teve ansiedade, e que buscou manter um autocontrole através da sua religião, o espiritismo. Carmem (do estado do PE, mulher negra, 25 anos, solteira, sem filhos e estudante) dividia um apartamento com uma amiga. Mas com a pandemia e a paralisação das aulas, a amiga retornou para a sua cidade natal e ela ficou sozinha. Ela relata que tem tido *“uma quantidade imensa de insônia, tive problemas com ansiedade que são bem complicados, durante esse tempo todo que eu passei tava sozinha no apartamento, né?”*, mas que melhorou desde que foi acolhida por uma professora e passaram a morar juntas. Ou seja, a professora, que também morava sozinha, pôde colocar em prática a interdependência do cuidado. As duas conseguiram um arranjo que minimizou a solidão de cada uma, um problema real para muitas pessoas durante a pandemia de Covid-19.

**Carmem (do estado do PE, mulher negra, 25 anos, solteira, sem filhos e estudante) dividia um apartamento com uma amiga. Mas com a pandemia e a paralisação das aulas, a amiga retornou para a sua cidade natal e ela ficou sozinha. Ela relata que tem tido *“uma quantidade imensa de insônia, tive problemas com ansiedade que são bem complicados, durante esse tempo todo que eu passei tava sozinha no apartamento, né?”***

**GRÁFICO 39: PROBLEMAS EMOCIONAIS VIVIDOS POR PESSOAS DA FAMÍLIA DO/A RESPONDENTE DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA**



Fonte: Pesquisa on-line Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19. Elaboração própria.

Para as pessoas com filhos menores de 14 anos, 79,6% das mulheres deste grupo afirmaram ter tido algum problema emocional, sendo os mais mencionados, em ordem decrescente de escolha, estresse emocional, tristeza, cansaço, insônia, palpitação, agressividade, distúrbio alimentar. As pessoas que optaram por relatar outros sintomas responderam mais frequentemente que a ansiedade foi o principal problema. É válido ressaltar que para esta questão, obtivemos a participação de 324 respondentes, e como era possível a mesma pessoa marcar mais de uma opção, obtivemos 1.361 respostas, que significa uma média de 4,2 respostas por pessoa. Já a média de todas as mulheres participantes da pesquisa ficou em 4,0, demonstrando que a saúde mental das mulheres foi em geral bastante impactada, mas as mães com filhos/as menores foram ainda mais impactadas.

Em relação aos homens com crianças menores de 14 anos, 51,5% dos respondentes deste grupo afirmaram ter tido algum problema emocional, sendo, por ordem decrescente de preferência, estresse emocional, cansaço, tristeza, insônia, agressividade, distúrbio alimentar, palpitação. Dentre os que preferiram relatar outros sintomas, o mais citado também foi a ansiedade. Na medida que contamos com 54 homens respondentes para esta questão e foram citados 183 problemas emocionais por eles, chegamos a uma média que cada homem com filhos/as menores de 14 anos obteve pelo menos 3,4 problemas emocionais durante a pandemia. A média geral para todos os homens participantes da pesquisa foi 3,5 problemas emocionais por pessoa, um equilíbrio entre problemas relatados pelos homens sem e com filhos/as menores. Comparando os dois grupos de mulheres e homens com crianças menores de 14 anos, as mulheres, relativamente, tiveram mais problemas emocionais que os homens. Do grupo de mulheres segundo raça ou cor, 76,2% das negras, 71,8% das pardas, 73,2% das brancas, 67,6% das amarelas e apenas 27,3% das indígenas tiveram algum problema emocional. Novamente pode-se destacar um resultado mais positivo entre as indígenas, o que corrobora a observação anterior sobre ser este um grupo mais solidário.

### **3.8 O que dizem as entrevistas?**

A pesquisa previu inicialmente realizar 21 entrevistas com pessoas de distintos gêneros/sexos, mas algumas já convidadas desistiram e não foi possível substituí-las no prazo da realização da pesquisa. Apesar disso, tivemos êxito em fazer uma escuta pelas diferentes raças ou etnias presentes no Brasil do século XXI, conscientes de que a centralidade da raça é a chave para a compreensão das desigualdades nacionais e latino-americanas (SEGATO, 2021, p. 21). As entrevistas pontuam o tema dos cuidados na sociedade brasileira, na medida que esta

palavra passou a ser utilizada de forma mais corriqueira na linguagem jornalística, nas redes sociais e na propaganda de empresas e seus produtos. Por sua vez, no ambiente acadêmico o tema passou a gozar de grande visibilidade.

Esta pesquisa constata a pouca familiaridade das pessoas entrevistadas com o significado de cuidados e isto talvez seja explicado pelo fato de, até a primeira década deste século, as diversas abordagens da literatura feminista nacional usavam, no contexto da discussão sobre divisão sexual do trabalho, o conceito de trabalho não pago. Por sua vez, o Sistema de Estatística Nacional empregava a denominação de afazeres domésticos quando se referia, de forma genérica, aos trabalhos de reprodução da vida, incluindo tanto os afazeres domésticos como os cuidados com a família.

Embora a literatura feminista latino-americano já empregasse largamente o termo cuidados para denominar todas as tarefas relacionadas ao trabalho não pago realizado em prol dos membros da família, no Brasil este termo só ficou mais popularizado a partir da pandemia de Covid-19, além de dar mais espaço aos estudos sobre esta temática. No entanto, a leitura das entrevistas mostra que este é ainda um conceito ambíguo para a maioria das pessoas que responderam, não importando sua escolarização. Desde pessoas com doutorado a empregadas domésticas ou com o ensino fundamental relatam coisas como *“cuidar é zelar pelas coisas que estão ao redor”* (Carolina, do estado da BA, mulher negra, 39 anos, casada, um filho e professora universitária); *“cuidar exige dedicação, ato de amor, bem-estar físico, social e espiritual”* (Joaquim, do estado de PE, homem branco, 48 anos, casado e fisioterapeuta); *“quem ama cuida”*, e complementa: *“quando você faz alguma coisa para uma pessoa que você ama não é trabalho”* (Lourdes, do estado da BA, mulher parda, 24 anos, casada, 1 filho e agricultora).

Continuando nossa busca para entender como a sociedade entende o que seria cuidados e sua relação com as atividades realizadas no espaço doméstico, que vão desde cozinhar, limpar, lavar a cuidar das pessoas, Carolina (do estado da BA, mulher negra, 39 anos, casada, um filho e professora universitária) afirma que *“o cuidado perpassa por nosso cotidiano, pela nossa rotina o tempo todo”*. Como Mário (do estado da BA, homem indígena, 34 anos, casado, um filho e professor), que expressa que *“... a gente pode pensar de várias maneiras, ... Me remete muito ao meu filho, então a gente tem ... tratamentos específicos em relação a ele, por exemplo a saúde, prevenir, por exemplo, a gente sabe que tem um período de frio, a gente já trabalha na prevenção ...”*. Por sua vez, Clarice (do estado do RJ, mulher branca, 62 anos, solteira, sem filhos e funcionária pública) afirma que *“É cuidar, cuidar. E cuidar quando você tem família é pra todo mundo, é às vezes até pra quem não é família, quantas, quantas vezes eu cuidei das minhas amigas, quantas vezes peguei, fui lá, botei debaixo do chuveiro, dei banho, ou, ou tirei de uma enrascada, não é tarefa, amizade, amor, família pra mim não é tarefa, é cuidar, não é trabalho, trabalho é uma coisa assim né, que você... é mão de obra, que você tá ali pra ganhar o teu sustento, e é toma lá, dá cá, né?”*

De forma difusa, as entrevistas deixam no ar uma ideia de que trabalho é uma profissão, uma ocupação que é paga, enquanto *“o cuidado é um ato de amor”*, como declara Mônica (do estado do RJ, mulher negra, 40 anos, casada, uma filha e podóloga), que completa: *“eu acho que não...”*, e continua: *“trabalho é uma profissão né, mas pra quem faz da família, é cuidado”*. Essa mesma opinião é compartilhada por Catarina (do estado do PA, mulher parda, 36 anos, solteira, um filho e empregada doméstica) e por outras pessoas entrevistadas.

As falas coletadas nas entrevistas sugerem que há ainda um relativo desconhecimento do conceito cuidado, um termo difundido pelo

pensamento feminista europeu e norte-americano. O tema ficou mais recorrente a partir da crise dos cuidados, consequência também do aumento da longevidade da população. Esta literatura e definições foram incorporadas pela literatura da América hispânica, mas o Brasil acadêmico feminista só as incorporou nestas últimas décadas.

### 3.9 Como a pandemia foi vivida?

Os relatos das entrevistas mostram que não houve discrepâncias entre as respostas, de homens e de mulheres, ao questionário e nos depoimentos ouvidos pela nossa equipe. Clarice (do estado do RJ, branca, 62 anos, solteira, sem filhos e funcionária pública) narra que *“Ficou muito complicado, porque ... tenho mais de 60 anos, ... e lei federal dispensava ..., mas no meu setor tem pouca gente, então a gente com mais de sessenta anos virou escala ... porque muita gente do setor teve problema de saúde, e no lugar que eu trabalhava era muita gente de idade, muita gente pegou Covid e alguns faleceram”*. Ao longo do ano de 2020, o isolamento social foi uma exigência sanitária e Gabriela (mulher solteira, arquiteta, uma filha pequena) relata a solidão de viver sozinha a pandemia com uma criança, trabalhando em home-office.

Quanto às condições de trabalho, sobram queixas em relação ao trabalho remoto e à falta de infraestrutura para o trabalho, falta internet, planejamento da chefia com relação às atividades do dia e à substituição de outros funcionários. Outra situação, denunciada pela presidenta da FENATRAD Luiza Batista e ilustrada nesta pesquisa, foi a jornada mais extensa exigida pelo patronato das empregadas domésticas. Uma observação também presente nos depoimentos de outros/as trabalhadores/as, como Clarice, Iracema e Mário, nesse caso funcionárias/os públicos. O caso da empregada doméstica Catarina (do estado do PA, mulher parda, solteira, um filho) afronta a legislação, *“...É,*

*aí eu passei a dormir [no] final de semana, sexta e sábado, sendo que fora do meu salário, esse, com uns meses pra cá. Um extra".* É importante destacar um detalhe. A patroa, para não pagar hora-extra e extensão de jornada de trabalho, dava uma gratificação, como definido por Catarina. Por sua vez, Linda (do estado do RJ, mulher parda, 47 anos, casada, faxineira) perdeu praticamente todas as suas patroas nestes meses. Das quatro casas que atendia, só ficou com uma.

### **3.10 Reflexões Finais**

A pandemia de Covid-19 começou como uma crise sanitária, e se tornou uma crise econômica e social, com efeitos severos sobre a economia e o mercado de trabalho, contribuindo para a amplificação das desigualdades e da pobreza em todo o mundo. No Brasil os reflexos da pandemia, tanto sanitários como sociais, têm sido dramáticos, refletindo no número enorme de mortes - o país tem um dos maiores números de mortes por Covid-19 -, além dos reflexos no mundo do trabalho, com a explosão da precarização da mão de obra.

O isolamento social e o fechamento de grande parte das atividades econômicas não essenciais deixaram milhares de pessoas sem renda e muitas delas sem nenhum tipo de proteção social. Este cenário impôs a necessidade de atuação direta do governo federal e também de governos estaduais, através do aumento dos gastos fiscais e repasse direto de renda, seja para evitar maior número de falências, conter o desemprego, ou com repasses diretos de renda para as pessoas que perderam seus rendimentos. A intervenção de políticas públicas foi necessária tanto para sustentar a economia quanto para garantir a sobrevivência das pessoas, empresas e postos de trabalho, visando a possibilidade de uma retomada mais rápida da economia. Essas políticas no Brasil foram definidas no âmbito do conjunto de medidas

econômicas descritas no Auxílio Emergencial (AE). O AE, no entanto, foi extinto ao final de 2020, aparentemente pela crença do governo federal e do Ministério da Economia de que a pandemia estava vencida. O quadro extremamente grave da pandemia começou a ser revertido com o início e avanço da vacinação que se iniciou no final de janeiro de 2021 por iniciativa do governo paulista, mesmo afrontando a política sanitária negacionista do Presidente da República e seus ministros da saúde. Venceu a sensatez e a cultura de aceitação das vacinas pelo povo brasileiro, acostumados com as campanhas do Sistema Único de Saúde (SUS) de vacinação, desenvolvidas nos últimos 40 anos. No Brasil as pessoas não têm resistência às vacinas, como vemos em outros países. A vacinação tem caminhado e até início de dezembro de 2021 cerca de 63% da população já está vacinada com a segunda dose. Apesar de a guerra contra a crise sanitária estar sendo bem sucedida, com percentuais baixos e decrescentes de pessoas contaminadas e de mortes nos últimos meses, a crise econômica e social é provavelmente a maior dos últimos 100 anos, com desemprego massivo, aumento da informalidade e do subemprego, além de uma perspectiva de crescimento muito baixa ou mesmo negativa em 2022.

Ao mesmo tempo que as mulheres estavam no centro das respostas à pandemia da Covid-19, pelo seu papel de cuidadoras da humanidade, a crise sanitária potencializou as desigualdades no mercado de trabalho e o peso dos trabalhos com a reprodução da vida. No mercado de trabalho remunerado, as estatísticas mostram que as mulheres ainda estão sobrerrepresentadas nas atividades relacionadas aos cuidados (educação, saúde, serviços sociais, serviços em geral, mas principalmente serviços domésticos e de cuidados). Todavia, o maior impacto foi sobre o emprego doméstico e de cuidadoras/es, atividades que exigem contato pessoal. Estima-se, segundo os dados do IBGE, que cerca de 1,2 milhão de postos de trabalho foram perdidos (PNAD Covid-19, PNAD Contínua).



Os dados de emprego e renda mostram que a crise sanitária afetou particularmente as mulheres, os jovens e a população negra. E tem se caracterizado, no caso das mulheres, não numa transição para o desemprego, mas para a inatividade, num contexto do retorno feminino ao espaço doméstico. Milhares de mulheres com idade acima de 14 anos se retiraram do mundo do trabalho remunerado, caindo para a categoria de desocupadas, desalentadas ou subocupadas.

Esta retração da participação feminina na força de trabalho está seguramente relacionada à necessidade de elevar as jornadas de trabalho de cuidado no interior das famílias, em decorrência do fechamento de creches e escolas e da necessidade de distanciamento social, como mostra a pesquisa “Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19”, realizada por formulário on-line. Ao assumirem estes encargos no início da pandemia, boa parte das mulheres que se afastaram de seus postos de trabalho acreditavam - assim como todo mundo - que esta era uma opção temporária, por alguns meses. Elas esperavam retornar à rotina anterior mais ou menos rapidamente. O prolongamento do quadro de pandemia, provocado pelas ondas sucessivas com o surgimento de novas cepas, estendeu demasiado o prazo em que as mulheres assumiram uma carga excessiva de trabalho e o tempo afastadas de suas funções remuneradas.

Os dados disponíveis indicam que houve ampliação da brecha de gênero relativa à taxa de participação no trabalho no mercado de trabalho. Além disso, a redução significativa de postos de trabalho em serviços domésticos, particularmente no Brasil, tem impacto mais significativo sobre as mulheres negras. Do total de trabalhadoras/es domésticas/os, mais de 90% são mulheres, e destas mais de 60% são negras. Mesmo sabendo-se que grande parte, superior a 70%, das/os trabalhadores/as domésticas/os trabalham sem contrato formal e, portanto, sem acesso aos direitos garantidos por lei, a perda desse emprego em

um momento de baixo crescimento e expectativas negativas sobre crescimento futuro do país trouxe empobrecimento. Pode-se afirmar que o empobrecimento será mais significativo justamente entre as famílias que já têm menor renda. E como cerca de 34% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres e que elas são chefes de mais de 90% das famílias monoparentais com filhos/as, a pobreza continuará a ser feminina e negra. Portanto, a crise colocou no primeiro plano no Brasil a interseccionalidade das formas de exploração e precarização da vida.

A crise sanitária potencializou o debate sobre a importância e centralidade dos cuidados; desnudou as desigualdades na sua organização social, principalmente as de gênero; fomentou o debate e a necessidade de se garantir o direito a políticas públicas de cuidados, e no espaço político/acadêmico vemos certo otimismo quando se percebe que entre os economistas o uso de política fiscal volta a ter espaço entre as políticas macroeconômicas. Mas o grande desafio é não deixar a discussão sobre as desigualdades, principalmente de gênero e de raça, serem esquecidas com a retomada econômica.

Não é mais possível que as políticas econômicas sejam discutidas sem que se inclua os aspectos sociais de seu impacto, sem que participem dessa decisão os diferentes grupos sociais interessados e diretamente impactados. Não é mais possível aceitar que as políticas públicas visem prioritariamente o bem-estar e o sucesso de investidores e dos mercados financeiros, relegando à própria sorte os milhares de trabalhadores/as, as pessoas menos qualificadas, as mulheres que precisam de cuidar de suas famílias, como se estas pessoas não tivessem os mesmos direitos. Esta questão é sobretudo ignorada pela política econômica, que precisa ser decidida por muitas e diferentes pessoas, através de uma visão mais holística do mundo. Sem uma visão inclusiva das políticas macroeconômicas, nós apenas estaremos contribuindo para um mundo cada vez mais desigual, violento e onde

será impossível manter ou reproduzir a vida.

Este estudo, além de apresentar um cenário socioeconômico, realizou uma escuta sobre como as pessoas haviam vivido os primeiros 19 meses da pandemia (março de 2020 a setembro de 2021). Devido ao caráter sanitário da crise e a necessidade de se restringir a mobilidade das pessoas nos países atingidos pela pandemia, ocorreu uma hiper domesticção da vida, trazendo para o seio da família, além dos trabalhos de cuidado aí realizados, atividades antes divididas com outros espaços, como o trabalho remunerado e a escola (TORRES SANTANA, 2021, pp. 50-51). Além disso, a crise sanitária se caracterizou por uma redução brusca da produção em vários setores econômicos ao mesmo tempo, provocando a falência de empresas e o desemprego de grande contingente de trabalhadores/as. A pesquisa on-line, realizada nos meses de agosto a setembro, e as entrevistas apresentadas neste trabalho tinham a preocupação de fazer um retrato dos impactos da pandemia de Covid-19 no cotidiano das pessoas, com destaque para as mudanças em relação ao trabalho remunerado – como impacto sobre horas trabalhadas, sobre o rendimento percebido e a necessidade de conciliação com as tarefas que garantiam o bem-estar das pessoas da família –, e ao trabalho não remunerado, como aumento das horas necessárias a estas atividades e a necessidade de incorporação de novas atividades. A pesquisa também tentou captar qual era a percepção das pessoas sobre o que são os cuidados. De forma geral os resultados mostram que as famílias tiveram necessidade de aumentar o número de horas dedicadas ao trabalho não remunerado, que foram majoritariamente assumidas pelas mulheres. A consequência foi o aumento do desemprego feminino e um futuro retorno ao mercado de trabalho no pós-pandemia ainda incerto. Os dados e relatos que podem ser lidos neste texto mostram que a conciliação trabalho/família ainda é vivida com dificuldade pelas mulheres. São tensões que se

revelam tanto nos dados das pesquisas oficiais (IBGE), nas respostas ao nosso questionário, bem como nas entrevistas realizadas, e isto mostra como as estruturas e processos sociais são altamente desiguais, sendo urgente a necessidade de se discutir os cuidados, sua centralidade na vida das pessoas e maneiras de melhorar a sua distribuição entre pessoas e instituições.

A pesquisa “Cuidados no Brasil e os impactos da Covid-19” teve como um de seus objetivos investigar a percepção da sociedade brasileira sobre o significado de cuidados. Ainda que não tenhamos alcançado uma amostra significativamente diversa da população, podemos refletir a partir do extrato alcançado, com maior participação de pessoas da classe média brasileira. É fato também que as entrevistas possibilitaram depoimentos de pessoas que ocupam outros segmentos, o que contribuiu para uma maior diversificação das impressões recolhidas. Contudo, em termos de compreensão sobre os cuidados, não foi possível perceber diferenças marcantes entre as respostas dos/as respondentes. A pergunta “O que é cuidado para você?” pegou muitas pessoas de surpresa. Foi possível perceber que muitas delas nunca haviam parado para refletir sobre o tema, o que criou certa dificuldade para a elaboração da resposta num primeiro momento. Mas, passados alguns segundos, o/a entrevistado/a passava a associar cuidados com a atenção que dispensava a pessoas por quem nutria algum afeto. No formulário, a maioria das pessoas responderam que acreditavam que as tarefas de cuidados podiam sim serem categorizadas como trabalho (não remunerado). Já nas entrevistas, onde foi possível alcançar perfis mais diversos, a percepção sobre o que são os cuidados ficou ou no plano da afetividade ou da obrigação moral, como cuidar de quem já cuidou de você, por exemplo. Estes resultados reforçam a ideia que o tema precisa ser amplamente discutido e retirado da invisibilidade. O fato é que, uma vez que o trabalho de cuidado é majoritariamente

realizado pelas mulheres, elas vivem suas vidas sobrecarregadas. No formulário on-line, o cuidado esteve mais frequentemente associado à alimentação, tanto em relação à compreensão sobre o cuidado dispensado às outras pessoas quanto em relação ao autocuidado. Apesar de os depoimentos das entrevistas refletirem a mesma ideia, vale destacar um fator que apareceu em algumas das experiências relatadas pelo/a entrevistado/a, que é a possibilidade de as pessoas definirem o que seja cuidado a partir do seu momento de vida. Ou seja, a necessidade de cuidar cotidianamente de alguém no momento, desperta compreensões que não tinham ocorrido anteriormente, quando as circunstâncias da vida eram diversas. Outro aspecto é que o cansaço provocado pelo trabalho rotineiro de cuidado não remunerado pode levar a pessoa a repensar sua condição de vida. Este foi o caso com um/a entrevistado/a que durante a entrevista afirmou que cuidado era garantir uma boa alimentação, qualidade de vida e saúde para a pessoa cuidada, mas que, na semana seguinte, procurou uma das pesquisadoras para dizer que cuidado era obrigação, uma reação que aparentemente era decorrente de um esgotamento e cansaço físico e mental.

Durante a divulgação do formulário on-line, e mesmo nos momentos pós-entrevistas, percebemos que esta pesquisa fez as pessoas refletirem sobre os cuidados e as suas respostas refletem o modelo de socialização a que mulheres e homens são submetidos em nossa sociedade de cultura patriarcal. Assim, compreendemos que mais um passo foi dado em relação a disseminar a discussão sobre os cuidados na esfera pública, pois é preciso que, além da academia, este tema seja debatido nas famílias, nas comunidades, associações, nos espaços de trabalho remunerado, para que se definam diretrizes de políticas públicas dos cuidados que visem a redução das desigualdades, principalmente a desigualdade de gênero no Brasil.

4.

# Considerações finais e recomendações

## 4. Considerações finais e recomendações

A pandemia de COVID-19 começou como uma crise sanitária e se tornou uma crise econômica e social, com efeitos severos sobre a economia e o mercado de trabalho, contribuindo para a amplificação das desigualdades e da pobreza em todo o mundo. A necessidade de isolamento social desnudou a pauperização da população mundial, fruto sobretudo de políticas de austeridade neoliberais adotadas na maioria das economias desde meados dos anos 1980.

As características especiais da crise da pandemia de COVID-19 impuseram o isolamento social para o controle do contágio e a redução de mortes, enquanto não se dispunha de remédios apropriados nem de cobertura vacinal significativa. Foi necessário o fechamento de escolas e creches, centros de atendimento sociais a pessoas idosas e com deficiências, além das empresas cujo produto ou serviço fosse considerado não essencial. O alargamento do prazo de isolamento e a clara percepção de que seriam necessários desenvolvimentos de novos conhecimentos científicos (novas vacinas e medicamentos apropriados) para o efetivo controle da doença, demonstraram a necessidade da intervenção de políticas públicas para sustentar a economia, a fim de garantir a sobrevivência do máximo de pessoas, empresas e postos de trabalho.

O Brasil teve muita dificuldade para controlar e combater a pandemia, basicamente porque o governo federal assumiu uma postura negacionista e impediu que houvesse uma coordenação centralizada, situação agravada pela atuação não coordenada do Ministério da Saúde e das sucessivas trocas, sem critérios, do responsável pela pasta. Além disso, o governo federal não atuou para financiar e ampliar a capacidade de atendimento adequado do Sistema Único de Saúde (SUS), além de sabotar ou negar a possibilidade do uso do conhecimento científico brasileiro acumulado ao longo dos anos de experiência em produção e aplicação eficiente de vacinas. A tragédia não foi maior devido à reação da maioria dos/as governadores/as e prefeitos/as que, diante da calamidade, assumiram a responsabilidade em definir regras para o isolamento social, disponibilizar espaço para atendimento das pessoas infectadas, repasse de ajuda financeira a pessoas e empresas, além de coordenarem a vacinação em seus estados e municípios.

Foi neste cenário que se desenvolveu a pesquisa “Os cuidados no Brasil: mercado de trabalho e percepções”, ao longo dos meses de junho a dezembro de 2021. Seus objetivos foram: i) fazer uma análise do impacto da pandemia na participação das pessoas no mundo do trabalho, especialmente das mulheres, as maiores responsáveis pelo trabalho não remunerado executado em prol das pessoas da família e essencial para a preservação e reprodução da vida; ii) entender com mais profundidade como as pessoas no Brasil compreendem o que são os cuidados, sua importância e centralidade na vida humana. Estas impressões foram coletadas através de um formulário disponibilizado *online* e da realização de algumas entrevistas semiestruturadas por telefone, que incluíam perguntas relativas à compreensão do que são os cuidados, bem como sobre os impactos na vida dessas pessoas do redemoinho provocado pela pandemia de COVID-19.



A análise socioeconômica da economia brasileira dos anos de 2019, 2020 e do primeiro semestre de 2021 partiu das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).<sup>31</sup> Essa análise foi complementada com os dados extraídos da pesquisa relativa à compreensão das pessoas sobre os trabalhos de cuidados, tanto remunerados quanto não remunerados, que ficou disponível em ambiente virtual de 15 de agosto a 21 de setembro de 2021 e obteve 3.060 respondentes, sendo a grande maioria, 78,9%, de mulheres.

O estudo utilizou a pesquisa qualitativa porque reconhece que a palavra “cuidados” tem significado amplo, não sendo entendida e percebida da mesma forma por mulheres ou homens, pessoas jovens, adultas ou idosas, que vivem em áreas urbanas ou rurais. O resultado da pesquisa qualitativa e das entrevistas oferece um painel dos diversos entendimentos da sociedade brasileira sobre o que são os cuidados e, juntamente com a análise dos dados do IBGE, destacam-se questões fundamentais para o debate sobre os cuidados no Brasil e um possível desenho de um “Plano Nacional de Cuidados para o Brasil”.

## 4.1 Principais resultados da pesquisa

A pesquisa mostrou que os reflexos da pandemia, tanto sanitários como sociais, foram dramáticos no Brasil, refletindo-se no número enorme de mortes – o país teve um dos maiores números de mortes por COVID-19 do mundo – e no mundo do trabalho, com a explosão do desemprego e da precarização da mão de obra. O quadro extremamente grave da pandemia começou a ser revertido com o avanço da vacinação, iniciada

---

31 Para realizar a PNAD durante o período de isolamento social, o IBGE adaptou a PNAD Contínua e criou a PNAD Covid-19, realizada no período de maio a novembro de 2020, através de consulta telefônica.

no final de janeiro de 2021, por iniciativa do governo paulista. Venceu a sensatez e a cultura de aceitação das vacinas do povo brasileiro, acostumado com as campanhas de vacinação desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O sucesso da campanha de vacinação, no entanto, não pode reverter a crise econômica e social, com desemprego massivo, aumento da informalidade e do subemprego, além de uma perspectiva de crescimento muito baixa para 2022. A crise sanitária potencializou as desigualdades no mercado de trabalho e evidenciou o peso dos trabalhos com a reprodução da vida. No mercado de trabalho remunerado, as mulheres ainda estão sobrerrepresentadas nas atividades relacionadas aos cuidados (educação, saúde, serviços sociais, serviços em geral, mas principalmente trabalhadoras domésticas e de cuidados). O maior impacto da pandemia foi sobre o emprego doméstico e o de cuidadoras/es, atividades que exigem contato pessoal. Estima-se, segundo os dados do IBGE, que essa ocupação perdeu cerca de 1,2 milhão de postos de trabalho (PNAD Covid-19; PNAD Contínua) ao longo de 2020, um setor em que a grande maioria, mais de 90%, é formada por mulheres, especialmente mulheres negras, que representam mais de 60% dessa mão de obra. A perda desses postos de trabalho, parte deles recuperados em 2021 e 2022, implicou em perda de renda e ampliação da desigualdade para um conjunto de pessoas que está entre as que têm menor participação na renda nacional. E o mais dramático é que, no caso das mulheres, esta não foi uma transição para o desemprego, mas para a inatividade, num contexto do retorno feminino ao espaço doméstico. Milhares de mulheres com idade acima de 14 anos se retiraram do mercado de trabalho remunerado, caindo para a categoria de desocupadas, desalentadas ou subocupadas.

O grande desafio é não deixar que a discussão sobre as desigualdades, principalmente as de gênero e de raça, seja esquecida com a retomada econômica, nem aceitar que as diretrizes de políticas econômicas para a retomada sejam discutidas sem que se incluam os aspectos sociais de seu impacto, sem que participem dessa decisão os diferentes grupos sociais interessados e diretamente impactados. Não é mais possível aceitar que as políticas públicas visem prioritariamente o bem-estar e o sucesso dos investimentos e mercados financeiros, contribuindo para a pressão baixista sobre os salários e rendimentos da mão de obra, sem que defendam a importância dos cuidados para a vida humana, sem discutir o impacto dos cuidados na vida das mulheres, principais e muitas vezes únicas responsáveis pelos cuidados das crianças e pessoas de suas famílias, e a necessidade de se criar condições que melhorem a distribuição desta carga de trabalho de forma mais igualitária entre família, membros da família, Estado e setor privado.

O estudo incluiu a realização de entrevistas por telefone a respeito de como as pessoas haviam vivido os primeiros 19 meses da pandemia (março de 2020 a setembro de 2021) para desta forma captar a percepção das pessoas sobre o que são os cuidados. Os resultados mostram que as famílias tiveram necessidade de aumentar o número de horas dedicadas ao trabalho não remunerado, e que estas foram majoritariamente assumidas pelas mulheres, o que provocou o aumento do desemprego feminino, com um futuro ainda incerto de retorno ao mercado de trabalho no pós-pandemia. Os dados e relatos obtidos na pesquisa mostram que a conciliação trabalho/família ainda é vivida com dificuldade pelas mulheres. São tensões que se revelam nos dados das pesquisas oficiais (IBGE), nas respostas ao nosso questionário *online* e nas entrevistas realizadas, mostrando como as estruturas e processos sociais são altamente desiguais, sendo urgente a necessidade de se discutir os cuidados, sua centralidade na vida das pessoas e maneiras

de melhorar a sua distribuição entre pessoas e instituições.

A pesquisa *online* realizada com 3.060 pessoas de todas as regiões brasileiras incluía a questão que solicitava a relação de determinadas tarefas com a compreensão sobre cuidados. Dentre as 24 opções disponibilizadas no formulário, de acordo com a percepção das/os respondentes, os cuidados estão prioritariamente relacionados ao preparo de alimentação; limpeza da casa, decoração e manutenção e, como a terceira opção mais acionada, alimentar, dar banho e trocar roupa das crianças. Já em relação às entrevistas realizadas por telefone, um primeiro aspecto interessante que pudemos observar em relação à questão sobre a percepção acerca dos cuidados é que as pessoas a recebiam com estranheza, pois nunca haviam pensado sobre o que são os cuidados, qual sua importância na vida das pessoas e sobre quem oferta este trabalho e em quais condições. Um segundo aspecto é que as pessoas tendiam a associar cuidados com a atenção que dispensavam a seus entes queridos, algo relacionado à afetividade ou obrigação moral, no sentido de ter de se cuidar de quem cuidou de você. Ainda nas entrevistas, a percepção sobre os cuidados também estava muito frequentemente associada à alimentação, ao autocuidado e ao momento (contexto) de vida. O aumento do trabalho de cuidados durante a pandemia e o cansaço decorrente contribuíram para que as pessoas repensassem sua condição de vida, o seu nível de bem-estar, questionando seu grau de satisfação e de capacidade de bem viver, fenômeno que também ocorreu em outros países.

Com esta etapa qualitativa do estudo, pode-se concluir que, de forma geral, as pessoas ainda não compreendem os cuidados em sua dimensão mais ampla, considerando o seu papel e importância na vida de todas as pessoas, muito menos se tem evidente qual a importância desse trabalho na vida das pessoas e o que ele significa, especialmente

para as principais fornecedoras de cuidados: as mulheres. No campo acadêmico, compreendemos os cuidados como relação de serviço, apoio e assistência, implicando em responsabilidade diante de outrem (KERGOAT, 2016), além de classificarmos como uma categoria de trabalho (remunerado ou não), majoritariamente prestado por mulheres, que quando não comercializado não obtém valor mercantil, logo, comumente invisibilizado e desvalorizado pela sociedade.

A pesquisa tem o mérito de mostrar que os cuidados refletem o modelo de socialização a que mulheres e homens são submetidos numa sociedade de cultura patriarcal. Também permite concluir que a discussão sobre os cuidados deve atravessar o muro da academia e alcançar as famílias, comunidades, associações e espaços de trabalho, envolvendo não apenas as famílias, mas as escolas, o poder público, as organizações sociais e o setor privado para que se definam diretrizes de políticas públicas dos cuidados, que visem a redução das desigualdades no Brasil, principalmente as desigualdades de gênero e raça.

Para além dos achados na pesquisa, que se encontram em fase final de publicação, o estudo do tema reforçou a necessidade de visibilizar a importância de Políticas Públicas de Cuidados, a exemplo do que já ocorre em outros países, e de sistematizar recomendações que devem compor essas políticas. É o que apresentamos a seguir.

## **4.2 Novos olhares sobre política econômica e social**

A pandemia de COVID-19 e seus reflexos sobre a produção, o mercado de trabalho e o funcionamento do que se entendia como normal da economia escancararam a importância e necessidade vital do trabalho

dos cuidados, seja para a reprodução e manutenção da vida, para a geração de bem-estar para as pessoas, seja para a realização da produção mercantil. Pode-se perceber que sem a realização do trabalho não remunerado não é possível o trabalho remunerado nos moldes atuais.

A pandemia escancarou a desigualdade relacionada ao trabalho dos cuidados, deixando claro que são as mulheres as principais responsáveis por sua realização, seja no âmbito da família, quando realizam este trabalho sem nenhuma remuneração, seja quando o realizam de forma remunerada. Também escancarou as desigualdades em suas várias vertentes, seja de renda, gênero, raça ou cor. A resiliência e capacidade de enfrentamento da pandemia e suas consequências econômicas foram bastante diferentes para cada um destes diferentes grupos. Pode-se perceber também que os países com menores índices de desigualdade e com mais e melhores sistemas de serviços públicos obtiveram resultados mais efetivos no enfrentamento da pandemia.

A desigualdade de gênero relaciona-se à tradição religiosa, cultural, histórica e socialmente definidas, e por isso sua eliminação ou redução necessitam transformações profundas no modo de vida da sociedade. Para promover estas mudanças são necessárias definições de novas legislações e diretrizes de políticas públicas que promovam a eliminação da desigualdade de gênero.

São necessárias políticas relacionadas à ampliação e melhoria das estruturas de serviços para que os cuidados tenham reflexo direto sobre a vida das mulheres, já que são elas as principais responsáveis por este trabalho em todas as etapas da vida humana, desde o cuidado e educação das crianças, cuidado dispensado às pessoas com alguma necessidade específica (pessoas idosas, enfermas, com deficiências) e o cuidado necessário à manutenção e reprodução da vida, necessárias

para manter o bem-estar das pessoas (tarefas domésticas).

Para que as mulheres possam assumir suas vidas, é preciso ter autonomia econômica que lhes permita maior e melhor participação no mercado de trabalho.

A implementação dessas políticas não beneficia exclusivamente as mulheres, mas toda a sociedade. Todas as pessoas precisam de cuidado em algum momento de sua vida, sendo um eixo central na vida humana e na estrutura das sociedades. Desta forma, as políticas de cuidados têm efeito sobre toda a comunidade.

Com estas preocupações em mente, foram listadas algumas recomendações para comporem uma “Política Nacional de Cuidados” e que julgamos serem adequadas e relevantes para o combate às desigualdades social, de gênero e de raça/cor no Brasil. A criação desta política é ainda mais relevante por causa do grande impacto sanitário, econômico e social causado pela crise da pandemia sobre a economia brasileira, com aumento do desemprego, da informalidade e do subemprego, aumento da pobreza e do número de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar, e redução da participação das mulheres no mercado de trabalho, não pelo desemprego, mas pela saída do mercado de trabalho. A Política Nacional de Cuidados deve ser elaborada com a ampla participação da sociedade civil e das organizações feministas e de mulheres, com o intuito de garantir o direito irrestrito de todas as pessoas a receber cuidados e o dever de cuidar.

### **4.3 Cuidados: atores e debates**

As propostas sobre o que e como fazer para ampliar e melhorar as

estruturas de serviços públicos e privados de cuidados que garantam seu acesso a todas as pessoas, em especial às famílias de menor renda, devem ser resultado de debates que envolvam instituições, organizações e pessoas representantes da sociedade civil, de organizações sindicais, de organizações sociais e de organizações feministas.

Este debate deve incorporar a análise de experiências bem-sucedidas e propostas adotadas em outros países, colocando as políticas de cuidados no centro das decisões de políticas econômicas, visando a redução das desigualdades, garantindo um crescimento mais justo, igualitário e ecologicamente sustentável.

Exigir que o Estado brasileiro ratifique a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada em 3 de junho de 1981, e que reconhece a necessidade de se criar condições adequadas de uma convivência harmoniosa entre trabalho e família.

Exigir que os debates sobre o tema dos cuidados sejam incluídos como tema transversal no processo educacional, da primeira infância ao ensino médio, contribuindo para a desmistificação desse tema como “coisa de mulher”.

Exigir que as empresas vejam os cuidados como parte integrante do mundo do trabalho por ser parte da vida das pessoas, possibilitando maior flexibilização de carga horária.

Contribuir para que o tema dos cuidados seja parte integrante das discussões das políticas econômicas e das definições de diretrizes de política de Estado.

Exigir que as discussões e proposições de diretrizes de política nos vários níveis de governo representem adequadamente a perspectiva interseccional dos cuidados, além das diferenças importantes relativas a gênero, raça ou cor, etnia, diferenças sociais, regionais e entre as populações urbanas e rurais.



Discutir a incorporação de estatísticas sobre gênero e raça/cor em todas as pesquisas realizadas pelos órgãos públicos de pesquisa.

Discutir a necessidade da criação de novas pesquisas e estatísticas relativas a gênero, raça/cor e local de moradia.

Promover discussões e medidas para acabar com ciclos de pobreza vividos pelas pessoas de baixa renda, principalmente as mulheres, por não terem acesso aos serviços de cuidados, creches e escolas públicas em tempo integral com vagas suficientes, mantendo-as fora do mercado de trabalho.

### 4.3.1 Políticas públicas

Não há dúvida que o Estado, em seus diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal) e através de suas ações legislativa e executiva, tem papel preponderante na definição de ações que promovam uma melhor distribuição dos cuidados entre pessoas e instituições da sociedade, bem como na criação, melhoria e expansão de serviços de cuidados acessíveis e de qualidade. Esta atuação é fundamental para gerar uma sociedade mais igualitária e de crescimento econômico ecologicamente sustentável.

Exigir aumento de matrículas em creches públicas de tempo integral de forma a viabilizar uma melhor distribuição do trabalho de cuidados.

Exigir que as escolas públicas para crianças até 14 anos sejam de tempo integral, permitindo participação mais efetiva das mulheres no mercado de trabalho.

Exigir a extensão do período de aulas no ensino público brasileiro como forma de melhorar a qualidade do ensino e reduzir desigualdades.

Exigir a criação, melhoria e ampliação de vagas e instituições para atendimento de pessoas com algum tipo de necessidades específicas, idosas, enfermas, pessoas com deficiências, sejam instituições para

cuidados por dia ou continuada, de estadia permanente ou temporária.

Exigir a ampla criação e expansão de vagas em casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero, para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade e para pessoas sem teto.

Criar restaurantes populares, importantes como instrumento de combate à insegurança alimentar, sendo uma forma de garantir a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional para todas as pessoas, sobretudo em tempos de empobrecimento e aumento do desemprego decorrentes de crises.

Exigir a implementação de uma reforma agrária. A garantia da posse da terra é garantia de cuidados básicos familiares para a população do campo.

Propor uma política de reconhecimento da economia dos cuidados como uma política de luta contra a pobreza e a desigualdade, de proteção social e do trabalho e a ampliação e o fortalecimento de sistemas públicos de cuidados.

Incluir nos planos econômicos, orçamento público federal, estadual e municipal os créditos necessários para a criação dos equipamentos necessários nas escolas e nas cidades para democratizar a economia dos cuidados para toda a população.

### **4.3.2 Pesquisas e informações estatísticas**

Mais e melhores informações estatísticas são fundamentais para o bom delineamento de políticas públicas, reduzindo seus vieses e garantindo sua melhor adequação e resultados.

Realizar regularmente (a cada cinco ou dez anos) pesquisas de “Uso do Tempo” sobre a organização social dos cuidados e a economia dos cuidados (trabalho remunerado e não remunerado).

Criação da Conta Satélite do Trabalho Não Remunerado, formulada a partir das pesquisas regulares de Uso do Tempo, a ser incorporada às Contas Nacionais.

Promover estudos e pesquisas sobre cuidados no Brasil com inclusão de recortes de sexo, raça e/ou cor, etnia, região do país, capital e interior, zona rural e urbana.

### *4.3.3 Uma melhor distribuição do trabalho dos cuidados*

Os cuidados devem ser entendidos como parte da vida de todas as pessoas. Sendo assim, algumas medidas devem viabilizar uma melhor distribuição desse trabalho entre as pessoas da família e entre as famílias e instituições públicas e privadas da sociedade.

Formalizar licenças parentais que garantam a pais e mães, biológicos ou adotivos, um mesmo tempo de cuidado do bebê, usando como referência o que tem sido implementado em outros países e análises sobre resultados.

Criar formas de se viabilizar a permanência ou o retorno à escola de jovens mães que tiveram gravidez na adolescência, possibilitando sua qualificação para uma melhor participação no mercado de trabalho.

Exigir que as empresas e empregadores aceitem maior flexibilização das horas de trabalho, contribuindo para mudar a cultura de serem sempre as mulheres aquelas que saem ou faltam ao trabalho para atender eventos de doença ou demandas de familiares. E que por esta razão são preteridas para postos de trabalho.

Exigir legislação e formas de coerção que garantam remuneração igual para trabalhos iguais, punindo discriminações por gênero ou raça/cor.

# Referências Bibliográficas

ABREU, A. R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.) **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; CANO, I. **Onde as desigualdades de gênero se escondem? Gênero e divisão do trabalho doméstico: o Brasil em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

BAHIA, L.; CHADE, J.; DEDECCA, C. S.; DOMINGUES, J. M.; GONÇALVES, G. L.; HERZ, M.; LAVINAS, L.; OCKÉ-REIS, C.; ORTIZ, M. E. R.; SANTOS, F. A tragédia brasileira do coronavírus. **Insight Inteligência**, Ano XXIV, abr/mai/jun, 2021, pp. 60-89. <https://inteligencia.insightnet.com.br/pdfs/93.pdf>

BANDEIRA, L.; MELO, H. P. de; PINHEIRO, L. Mulheres em dados: o que informa a PNAD/IBGE, 2008. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Edição especial, 2009, pp.107-119

BRUSCHINI, C.; PINTO, C. R. (org.). **Tempos e lugares de gênero**. SP: Fundação Carlos Chagas, Ed. 34, 2001.

DAFLON, V. T. **Tão longe e tão perto, pretos e pardos e o enigma racial**. Tese (Doutorado), Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2014.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, **Boletim EMPREGO em Pauta**, SP, Junho de 2021

ECLAC Economic Commission for Latin America and the Caribbean. “The economic autonomy of women in a sustainable recovery with equality”, **Special Report COVID-19**, n. 9, February 10th, 2021, [https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46634/S2000739\\_en.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46634/S2000739_en.pdf)

CONSIDERA, C. M.; KELLY, I., “O V da Vacina”, **Monitor PIB**, FGV, 19/10/2021.

FARES, L. S; OLIVEIRA, A. L. M. de; CARDOSO, L.; NASSIF-PIRES, L. As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a pandemia sob a perspectiva de gênero, **Nota de Política Econômica**, Made / FEA / USP, n. 6, janeiro, 2021.

FEDERICI, S. **O Patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismos**. São Paulo: Boitempo, 2021, vol. 1, 1a ed.

GORAYEB, D. S.; FONSECA, C. V. C; FILLETI, J. de P.; CAJUEIRO, J. P. M. Uma análise do mercado de trabalho no contexto da crise econômico-sanitária de 2020: efeitos sobre as mulheres, sua saída da força de trabalho e sua indisponibilidade. In: **Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia Política**, evento virtual, 08-11 de junho, 2021. [https://enep.sep.org.br/uploads/1649\\_1615673090\\_SEP\\_trabalho\\_identificado\\_pdf\\_ide.pdf](https://enep.sep.org.br/uploads/1649_1615673090_SEP_trabalho_identificado_pdf_ide.pdf)

HIRATA, H. Care e interseccionalidade, uma questão política. In: MARUANI, M. (org.). **Trabalho, logo existe**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, pp.79-91.

HIRATA, H. S.; GUIMARÃES, N. A. **O Gênero do Cuidado: desigualdades, significados e identidades**. SP: Ateliê Editorial, 2020.

HIRATA, H.; SEGNINI, L. R. P. (org.). **Organização, trabalho e Gênero**. São Paulo: Ed. SENAC, 2007.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010**. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, vários anos, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE, 2015, 2016 e 2021.

\_\_\_\_\_. Outras formas de trabalho 2016, PNAD contínua, IBGE, 2017

\_\_\_\_\_. **Brasil em números**. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 29, 2021

\_\_\_\_\_. **PNAD Contínua**, vários anos

\_\_\_\_\_. **PNAD Covid-19**, 2020

\_\_\_\_\_. **Sistema de Contas Nacionais**

ILO International Labor Organization. COVID-19 and the world of work. **ILO Monitor: Updated estimates and analysis**, 7th edition, January 25th, 2021.

IMF International Monetary Fund. **World Economic Outlook: Recovery during a Pandemic - health concerns, supply disruptions, price pressures**. Washington, DC: IMF, October, 2021. <https://static.poder360.com.br/2021/10/world-economic-outlook-fmi-out2021.pdf>

IPEA INSTITUTO DE POLÍTICA ECONÔMICA APLICADA. O trabalho remoto e a pandemia: o que a PNAD Covid-19 nos mostrou. **Carta de Conjuntura**, Nota de Conjuntura 8, Rio de Janeiro: IPEA, n. 50, 1º trimestre, 2021.

ITABORAÍ, N. R.; RICOLDI, A. M. (org.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais**. Belo Horizonte/MG: ABEP, 2016.

JESUS, J. C. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência**. Tese (Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LOURENÇO, M. I. M.; CASTRO, M. G. Domestic workers and Covid19 in Brazil: staging resistance, presenting scenarios and challenges. In: **Insights feministas, resiliências e resistência em tempos de Covid-19: perspectivas do sul global**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In., HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, pp. 67-75.

\_\_\_\_\_. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A. R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 17-26.

\_\_\_\_\_. O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero? In: MARUANI, M. (org.). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, pp. 287- 294.

LOPEZ, F. G.; PALOTTI, P. L. de M.; BARBOSA, S. C. T.; KOGA, N. M. Mapeamento dos profissionais de saúde no Brasil: alguns apontamentos em vista da crise sanitária da Covid-19. **Nota Técnica**, Rio de Janeiro: IPEA / DIEST, n. 30, abril, 2020.

MARUANI, M.; MERON, M. Como contar o trabalho das mulheres? França, 1901-2011. In: ABREU, A. R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 59-70.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; SABATTO, A. di. Os afazeres contam. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas/SP: UNICAMP, vol. 16, 3(31), dezembro, 2007, pp. 435-454.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; SABATTO, A. di. Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil, In: FONTOURA, N.; ARAUJO, C. (org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ / SPM / IPEA, 2016, pp.173-188.

MELO, H.P.de; MORAES, L. L, de (orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**, Campinas/SP: Pontes Ed., 2020, p. 245.

MELO, H. P. de; MORANDI, L. **Cuidados no Brasil: conquistas, legislação e políticas públicas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, dezembro de 2020.

MELO, H. P. de; MORANDI, L.; DWECK, R. H. Uso do tempo e valoração do trabalho não remunerado no Brasil. In: MELO, H. P. de; MORAIS, L. de (org.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**, Campinas/SP: Pontes Ed., 2020, pp.75-107.

MELO, H. P. de; MORANDI, L. Uma análise da distribuição do PIB per capita entre mulheres e homens no Brasil, 1991-2015. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 1, jan/abr, 2021, pp.1-23.

MELO, H. P. de; MORANDI, L. Cuidados en Brasil: logros, legislación y políticas públicas. In: TORRES SANTANA, A. **Los cuidados: del centro de la vida al centro de la política**. Santiago de Chile: Friedrich-Ebert-Stifung (FES), Tomo 3, pp. 145-185.

MELO, H. P. de; THOMÉ, D. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. RJ: FGV Editora, 2018.

MORAES, L. L. de; NASCIMENTO, N. M. da S. Mulheres rurais nordestinas e desviantes: um estudo sobre a quebra das expectativas de gênero no meio rural. **Amazônica: Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 12, n. 2, pp. 725-747, fev. 2021. ISSN 2176-0675. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8310>, doi: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v12i2.8310>.

MORAES, L. L. de; SIEBER, S. S.; FUNARI, J. N.; PONTES, N. L. M. T. Classificação do uso do tempo em atividades e trabalhos diários das mulheres rurais (CATMUR). In: MELO, H. P. de; MORAES, L. L. de. (org.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Campinas: Pontes Editores, e-book, 2021, pp. 235-372.

MORANDI, L. Política fiscal no Brasil: principais diretrizes e impactos, 2000-2019. In: GUANZIROLI, C. E.; CASTELLANO, A.; GHIBAUDI, J.; ARTICA, R. P. **Políticas públicas na Argentina e no Brasil (2003-2020): diferenças, convergências e desafios**. UFF / EDUFF / UNS / CAPES, cap. 5, pp. 143-159, 2021, no prelo.

MORANDI, L.; MELO, H. P. de. Mujeres y educación en Brasil: una mirada de género. In: PÉREZ, T. G. (coord.). **La Educación de las Mujeres en Iberoamérica: análisis histórico**. Valencia, España: Tirant Humanidades, 2019, pp. 719-758.

NASSIF, A.; MORANDI, L.; ARAÚJO, E.; FEIJÓ, C. Economic development and stagnation in Brazil (1950-2011). **Structural Change and Economic Dynamic**, vol. 53, June, 2020, pp. 1-15.

OLIVEIRA, A. L. M.; PASSOS, L.; GUIDOLIN, A. P.; WELLE, A.; PIRES, L. N. Austeridade, pandemia e gênero. In: DWECK, E.; ROSSI, P.; OLIVEIRA, A. L. (org.). **Economia pós-pandemia, desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico**. SP: Autonomia Literária, 2020, pp.153-171.

OROZCO, A. P. **Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados**. Este texto fue editado por el Consejo Económico y Social en 2006. Editores: Madrid : Consejo Económico y Social, 2006.

OXFAM OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEF. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. OXFAM Internacional, janeiro, 2020. <https://depositorioceds.espm.edu.br/tempo-de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-crise-global-da-desigualdade/>

PARREIRAS, C.; MACEDO, R. M. Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas. **Boletim Cientistas Sociais da ANPOCS**, n. 36, 08 de maio, 2020. <http://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2350-boletim-n-36-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em 08/05/2020.

PENA, M. V. J. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.



PEREZ, C. C. **Invisible women: exposing data bias in a world designed by men.** London: Vintage, 2019.

PICCHIO, A. La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida. In: CAIRÓ | CÉSPEDES, G.; MAYORDOMO RICO, M.; CARRASCO BENGOA, C.; VILLOTA GIL-ESCOIN, P. de (comp.). **Por una Economía sobre la vida: aportaciones desde un enfoque feminista.** Barcelona: Icaria Editorial, 2005.

PNUD PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; UNICEF FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; UNESCO ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA; OPAS ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **COVID-19 e desenvolvimento sustentável: avaliando a crise de olho na recuperação.** Brasília, DF, 2021.

QUIGGIN, J. **Zombie economics: how dead ideas still walk among us.** UK / USA: Princeton University Press, 2010.

ROSEMBERG, F.; MADSEN, N. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (org.). **O Progresso das mulheres no Brasil 2003-2010.** Rio de Janeiro / Brasília: CEPIA / ONU Mulheres, 2011, pp. 390-434.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SAINI, A. **Inferior: how science got women wrong and the new research that's rewriting the story.** Boston: Beacon Press, 2017

SAYEH, A.; HONDA, J.; RENTERIA, C.; TANG, V. "Engendering the recovery: budgeting with women in mind", **IMFBlog**, March 5th, 2021, <https://blogs.imf.org/2021/03/05/engendering-the-recovery-budgeting-with-women-in-mind/>

SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SOARES, C. A importância das informações de uso do tempo para os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações sobre as pesquisas domiciliares oficiais. In: MELO, H. P. de; MORAIS, L. de (org.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas.** Campinas/SP: Pontes Ed., 2020, pp. 75-107.

SOUZA, P. H. G. F. de. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926-2013.** São Paulo: Hucitec, ANPOCS, 2018.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: dominação e resistência.** São Paulo/SP: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2010, 2a. ed.

STORM, S. "Austerity raises covid deaths". **Institute of New Economic Thinking**, 2021. <https://www.ineteconomics.org/perspectives/blog/austerity-raises-covid-deaths>

TEIXEIRA, M. O. A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. de (org.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**, 2018, pp. 281-300.

TORRES SANTANA, A. Introducción: la larga duración del debate sobre los cuidados. In: TORRES SANTANA, A. **Los cuidados: del centro de la vida al centro de la política**. Santiago de Chile: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), Tomo 1, 2 e 3, pp. 9-61.

UNFPA United Nations Population Fund. “New UNFPA projections calamitous impact on women’s health as COVID-19 pandemic continues”, **UNFPA Press Release**, April, 2020, <https://www.unfpa.org/press/new-unfpa-projections-predict-calamitous-impact-womens-health-covid-19-pandemic-continues>

UN Women United Nations Women. “Whose time to care? Unpaid care and domestic work during Covid-19”. **Technical Note on UN Women Rapid Gender Assessment Surveys**, November, 2020, <https://data.unwomen.org/publications/whose-time-care-unpaid-care-and-domestic-work-during-covid-19>

VANDELAC, L.; BÉLISLE, D.; GAUTHIER, A.; PINARD, Y. (org.). **Du travail et de l’amour: les dessous de la production domestique**. Montréal / Québec: Les Éditions Saint-Martin, 1988, 2a. ed.

VAROUFAKIS, Y. **The global minotaur: America, Europe and the future of the global economy**. London: Zed Books, 2015.

VIECELI, C. P. **Economia Feminista e Trabalhos Reprodutivos Não Remunerados: Conceito, Análise e Mensuração**. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

VICKERY, C. The time-poor: a new look at poverty. **The Journal of Human Resources**, vol. 12, n. 1, Winter, 1977, pp. 27-48.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, vol. 22, n. 44, ago/dez, 2014, pp. 203-220.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

WAJNMAN, S. “Quantidade” e “qualidade” da participação das mulheres na força de trabalho brasileira. In: ITABORAÍ, N. R.; RICOLDI, A. M. (org.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais**. Belo Horizonte/MG: ABEP, 2016, pp. 45-58.

WARING, M. **If women counted: a new feminist economics**. EUA: Harper San Francisco, 1988.

A pandemia de COVID-19 e seus reflexos sobre a produção, o mercado de trabalho e o funcionamento do que se entendia como normal da economia, escancarou a importância e necessidade vital do trabalho dos cuidados, seja para a reprodução e manutenção da vida, para a geração de bem-estar para as pessoas, seja para a realização da produção mercantil. Pode-se perceber que sem a realização do trabalho não remunerado não é possível o trabalho remunerado nos moldes atuais. A pesquisa tem o mérito de mostrar que os cuidados refletem o modelo de socialização a que mulheres e homens são submetidos numa sociedade de cultura patriarcal. Também permite concluir que a discussão sobre os cuidados deve atravessar o muro da academia e alcançar as famílias, comunidades, associações e espaços de trabalho, envolvendo não apenas as famílias, mas as escolas, o poder público, as organizações sociais e o setor privado para que se definam diretrizes de políticas públicas dos cuidados, que visem a redução das desigualdades no Brasil, principalmente as desigualdades de gênero e raça.